

UNIVERSIDADE FEEVALE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PROCESSOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

JÉFERSON LUIS STAUDT

CORPO NEGRO E TRABALHO NA REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA (1939-1940)

Novo Hamburgo
2019

JÉFERSON LUIS STAUDT

CORPO NEGRO E TRABALHO NA REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA (1939-1940)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale.

Orientadora: Prof^a Dr^a Magna Lima Magalhães

Novo Hamburgo

2019

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Staudt, Jéferson Luis.

Corpo negro e trabalho na Revista Educação Physica (1939-1940) / Jéferson Luis Staudt. – 2019.

128 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2019.

Inclui bibliografia.

“Orientadora: Prof^a Dr^a Magna Lima Magalhães”.

1. Revista Educação Physica. 2. Corpo negro. 3. Trabalho. I.
Título.

CDU 613.94

JÉFERSON LUIS STAUDT

Dissertação do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais, com o título **CORPO NEGRO E TRABALHO NA REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA (1939-1940)**, submetida à banca examinadora, como requisito necessário para obtenção do título de Mestre.

Aprovado por

Prof.^a Dr.^a Magna Lima Magalhães (Orientadora)

Universidade Feevale

Prof. Dr. Alessandro Mario Kerber

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. André Luiz dos Santos Silva

Universidade Feevale

Novo Hamburgo, 19 de fevereiro de 2019.

Agradecimentos

Agradeço, sobretudo, a minha mãe Geneci, pelo suporte afetivo, emocional e espiritual durante esses dois anos de imersão no mestrado. Tua força e fé são a minha inspiração, mãe.

A minha companheira Bruna, pelo carinho, estímulo e compreensão nos momentos em que o tempo dedicado aos estudos me fez ausente.

A minha orientadora Magna, pela disponibilidade e comprometimento com a realização desta pesquisa. Enalteço a forma interessada como orientou este trabalho e sou imensamente grato pelos incentivos e críticas construtivas que contribuíram para o meu crescimento como pesquisador.

Aos amigos Roberto e Rômulo, pelos auxílios dispensados ao refinamento deste trabalho.

Aos professores André, Aline e Gustavo, pelos quais guardo grande admiração.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais.

E a Capes.

RESUMO

A Revista Educação Physica foi o primeiro periódico especializado na Área editado no Brasil. Produzida pela Companhia Brasil Editora (RJ), a revista circulou pelo país entre os anos de 1932 a 1945, atingindo um total de 88 edições publicadas. O contexto de veiculação do periódico foi marcado por um complexo debate sobre a identidade brasileira, pauta que incluía questões como unidade étnico-cultural e positividade do trabalho e do trabalhador nacional. A partir de setembro de 1939, Francisco de Assis Hollanda Loyola assume a direção técnica da Revista Educação Physica após desligar-se da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político que defendia um projeto nacionalista alinhado a tese do branqueamento, mas que, entretanto, foi extinta com a instauração do Estado Novo (1937-1945). Considerando a importância política das discussões relativas à raça e ao trabalho, este estudo analisa as representações da Revista Educação Physica que associavam o corpo negro ao trabalho entre 1939 e 1940, período que compreende a investigação de 17 exemplares veiculados durante a direção técnica de Hollanda Loyola – da edição nº 34, de 1939 a edição nº 49, de 1940. Tomada como fonte de pesquisa, a revista é analisada como artefato social construído a partir de distintas relações de poder, cujo editorial guarda vestígios de um contexto marcado pelas disputas por representação entre os diferentes grupos étnico-raciais. A investigação mostra que a Revista Educação Physica defendia percepções ambíguas sobre branqueamento, determinismo biológico e pessimismo racial, refletindo os dilemas conceituais que envolviam o debate racial dos anos 1930 e 1940. De modo análogo, a revista estabelecia uma relação dúbia entre corpo negro e trabalho, que ora dava a vê-lo como fisicamente apto para trabalhar, ora psicológica e moralmente inapto para esses fins.

Palavras-Chave: Revista Educação Physica. Corpo Negro. Trabalho.

ABSTRACT

The “Educação Physica” magazine was the first specialized journal on the Physical Education subject edited in Brazil. It was published by “Companhia Brasil” Publisher, located in Rio de Janeiro. The referred magazine had been published in the country from 1932 to 1945, in the total amount of 88 published editions. The journal was published in a historical moment of the country, marked by a great debate on the Brazilian identity, a subject which included relevant matters such as ethnic-cultural unity, the affirmation of labor rights and the importance of the national work force. In September of 1939, Francisco de Assis Hollanda Loyola takes over the technical direction of “Educação Physica” magazine, after resigning from “Ação Integralista Brasileira (AIB)”, a political movement which defended a national project towards the “whitening thesis” that was, later on, extinct by the establishment of the “New State” (1937-1945). Considering the political relevance of those racial and labor matters, the present study analyzes the publications of “Educação Physica” magazine that associated black people’s bodies to labor, from 1939 to 1940, a period of time in which 17 issues of the previously mentioned magazine were under investigation, during the technical direction of Hollanda Loyola – from the 34th issue, of 1939, to the 49th, of 1940. Taken as the source of this current study, the magazine is analyzed as a social artifact constructed from different social power classes. The magazine also shows us traces of a historical context outlined by disputes for representations among the different ethnic-cultural groups of that time. The investigation shows that “Educação Physica” magazine defended ambiguous perceptions about the whitening thesis, biological determinism and racial pessimism, reflecting the conceptual dilemmas that involved the racial debates in the years 1930s and 40s. In the same manner, the magazine used to stablish a dubious relation between black people’s bodies and labor, in such a way that, sometimes, we could see black people’s bodies being classified as suitable for labor, yet, sometimes they would be psychologically and morally classified as unsuitable for labor as well.

Keywords: “Educação Physica” Magazine. Black People’s Bodies. Labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Capa da edição 34	36
Figura 2: Capa da edição 44	37
Figura 3: Escala racial de Edgar Roquette-Pinto.....	39
Figura 4: Domingos da Guia	52
Figura 5: Leônidas da Silva.....	57
Figura 6: Dave Albittron (enquadramento 1 e 2)	67
Figura 7: Dave Albittron (enquadramento 3 e 4)	67
Figura 8: Dave Albittron (enquadramento 5, 6 e 7)	67
Figura 9: Dave Albittron (enquadramento 8 e 9)	67
Figura 10: Dave Albittron (enquadramento 10 e 11)	67
Figura 11: Dave Albittron (enquadramento 12 e 13)	67
Figura 12: Dave Albittron (enquadramento 14, 15)	68
Figura 13: Dave Albittron (enquadramento 16, 17)	68
Figura 14: Dave Albittron (enquadramento 18, 19)	68
Figura 15: Joe Louis	69
Figura 16: "Corpos-máquinas"	75
Figura 17: O operário	79
Figura 18: Ginasta francês.....	82
Figura 19: Os "louros" da vitória.....	85
Figura 20: Crianças no "padejão de assento"	103
Figura 21: Crianças no carrossel	104
Figura 22: Crianças nos balanços	104

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O BRASIL MODERNO (1930 – 1940)	15
2.1	A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO E A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INSTRUMENTO “CÍVICO”	15
2.2	O TRABALHO COMO REFERÊNCIA NACIONAL	21
2.3	RAÇA E MISCIGENAÇÃO: UM DEBATE CONTROVÉRSO	27
2.4	A REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA COMO FONTE DE PESQUISA	33
3	O “NEGRO ESPORTISTA”: UM CORPO PRODUTIVO	39
3.1	NEGRO, ESPORTE E TRABALHO: CONSTRUINDO RELAÇÕES	50
3.2	O CORPO NEGRO: UM “TIPO IDEAL” PARA O TRABALHO BRAÇAL	61
4	TRABALHADOR, DISCIPLINADO E BRANCO: O “CORPO-MÁQUINA”	74
4.1	O NEGRO APÁTICO E IMPRODUTIVO	87
4.2	COMBATENDO A IMPRODUTIVIDADE: O CORPO NEGRO INFANTIL	100
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

“Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos” (Fanon, 2008).

Em “Pele negra, máscaras brancas”, Frantz Fanon nos fala sobre a experiência de ser negro em “mundo de brancos”. Nesse “não-lugar”, o “homem de cor”¹ encontra dificuldades de reconhecer a sua negritude objetificada pelo olhar do outro. Em uma sociedade racista, como a brasileira, sua fala é um convite para pensarmos como o próprio corpo negro consiste em um “não-lugar”, pois a relação que estabelece consigo é construída em um universo cultural que o ensina a constituir-se como sujeito “desracializando” seu corpo.

Na experiência de ser negro tenho aprendido desde muito cedo que os arquétipos inferiores se constituem à imagem do meu próprio corpo: “*Não faça trabalho de preto*”, disseram ao colega na sala de aula; “*Quando não está preso está armado*”, falaram no recreio à negra de cabelo crespo; “*Da próxima vez não faça negrises*”, advertiram o menino de castigo; “*Negro parado é suspeito, correndo é ladrão*”, escreveram na questão de “conhecimentos gerais”².

Brincadeiras e piadas de teor racista, como essas, nos devolvem uma imagem metafórica³ de nós mesmos, ratificando que existem modos de ser e de estar no mundo que são “próprios da nossa raça”⁴. Assim, a relação que o negro constrói consigo se estrutura em meio a uma atmosfera de incertezas e de negações, uma construção complexa de si em um mundo com o qual seu corpo estabelece interações contínuas (FANON, 2008).

¹ De acordo com Kabenguele Munanga (2004), negro, amarelo, branco ou “homem de cor”, são categorias cognitivas a partir das quais os indivíduos pensam a sua identidade racial. Essas denominações resultam das evidências físicas, portanto, possuem conteúdo muito mais ideológico do que propriamente biológico. Sendo o termo *mestiço* reservado à mistura índio/espanhol e *mulato*, à mistura negro/branco, a expressão “homem de cor” teria sido utilizada, no século XVIII, para preencher as lacunas deixadas pela diversidade de casos de mistura racial evidenciados na época.

² “Questão de concurso público associa texto bíblico a alternativas racistas: ‘Negro para é suspeito, correndo é ladrão’”. Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/questao-de-concurso-publico-associa-texto-biblico-a-alternativas-racistas-negro-parado-e-suspeito-correndo-e-ladrao.ghtml>. Acesso em: 15/05/2018.

³ Ao tratar sobre os efeitos do discurso colonial, Homi Bhabha (1988, p.120) afirma que o estereótipo foi estratégia discursiva empregada pelos colonizadores para reconhecer e simultaneamente mascarar a diferença negra, em um processo no qual seriam eleitas características particulares para evidenciar a “ontologia negra”. Em suas palavras, “o processo pelo qual o “mascaramento” metafórico é inscrito em uma falta, que deve então ser ocultada, dá ao estereótipo sua fixidez [...] sempre as mesmas histórias sobre a animalidade do negro [...] tem de ser contadas (compulsivamente) repetidamente [...]”.

⁴ A repetição pura e simples do termo “raça” dissimula a ilegitimidade científica do conceito, enquanto categoria discursiva que denota a existência de subdivisões entre a espécie humana. Embora não tenha respaldo científico, Antonio Sérgio Guimarães (1999) nos lembra de que “raça”, enquanto conceito sociológico, mergulha os indivíduos em situações distintas de poder, de direitos e de cidadania.

Não existindo em si mesmo, a não ser como produto do discurso, o corpo negro tem sido representado a partir de enfoques uniformes, para que pareça “ser o mesmo”, “sempre igual a si”, “estabilizado em sua imagem”. Para que seja mantida a “ordem natural das coisas”, “o que vem a ser o negro” não pode ser alterado e, para tanto, certos “traços de negritude” são estrategicamente reiterados como forma de manter o *status quo* e as hierarquias sociais construídas com base nas distinções reconhecidas na pele e na “raça”.

Na sociedade brasileira, que “tem preconceito de não ter preconceito” e que empurra o racismo para baixo do “tapete da democracia racial”, manifestar a necessidade de pôr em suspeição as anedotas ou de discutir sobre os “não-lugares” do nosso corpo é um ato político. Compreender-se negro em nossa sociedade, é acima de tudo um exercício político, é aceitar um mundo cultural expresso na pele, no cabelo, nas feições do rosto, na ancestralidade, é reivindicar para si próprio a negritude como identidade, como afirmação e não como diferença.

Subjetivado pelo debate racial, meus estudos privilegiam a análise da visibilidade negra em periódicos editados na primeira metade do século XX. Licenciado em Educação Física, meu Trabalho de Conclusão de Curso investigou as representações do homem negro na Revista Educação Physica entre os anos de 1939 a 1944, período em que a editoração técnica do periódico esteve a cargo de Francisco de Assis Hollanda Loyola. Nessas análises, me chamou a atenção as representações que associavam o corpo negro ao trabalho braçal, entretanto, devido ao volume de documentos⁵ e de fontes identificadas, essa ligação careceu de discussões mais aprofundadas.

Neste sentido, essa dissertação aborda as intersecções⁶ entre corpo negro e trabalho na Revista Educação Physica, visando ampliar o entendimento da questão a partir da delimitação do tema, do corpus de análise e do acréscimo de novas fontes recolhidas ao revisar os documentos. Para tanto, esta pesquisa privilegia a análise dos exemplares publicados entre os anos de 1939 a 1940, totalizando 17 edições de periodicidade mensal – da edição nº 34, de setembro de 1939 a edição nº 49, de dezembro de 1940. O acesso a esses exemplares se deu via consulta ao Acervo Histórico da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS ESEFID –, na cidade de Porto Alegre.

⁵ A pesquisa realizada no meu TCC compreendeu a análise de todas as edições publicadas durante a direção técnica de Hollanda Loyola, totalizando 47 exemplares cujo o número de páginas oscilava entre 60 e 80 folhas.

⁶ Neste texto, as menções ao conceito de interseccionalidade / intersecção remetem ao cruzamento de identidades sociais que desencadeia sistemas sobrepostos de opressão. Nessa perspectiva, a intersecção seria o ponto de encontro entre dois ou mais marcadores identitários – raça, classe, gênero, etc. – que produz relações de poder e subordinação sobrepostas e entrecruzadas – racismo, classismo, sexismo, etc (CRENSHAW, 2002).

A biblioteca Edgar Sperb disponibiliza um acervo especializado em Educação Física, que inclui a coleção completa da Revista Educação Physica.

Essas edições foram selecionadas tendo em vista a viabilidade da pesquisa e porque compreendem o primeiro ano de editoração técnica de Hollanda Loyola. Esse recorte é sintomático porque guarda uma estreita distância entre o momento em que Loyola assumiu o cargo de editor técnico da Revista Educação Physica e o período em que esteve filiado a Ação Integralista Brasileira (AIB)⁷, organização política que defendia perspectivas racistas de nação. Além disso, o período estudado está vinculado a um contexto marcado pelo autoritarismo político e pela campanha de nacionalização empreendida pelo Estado Novo (1937-1945), cuja busca pelo sentimento de unidade nacional perpassou a ideia de homogeneidade étnico-racial.

Na década de 1930, a AIB pretendeu Governo com um projeto político calcado na preservação dos elementos raciais, culturais e históricos “especificamente” brasileiros. Dentre as intenções integralistas, esteve a proposta de reconstrução da nação a partir de uma base étnico-racial comum, cuja homogeneidade se daria por meio do fomento à miscigenação racial. Nesse sentido, o projeto integralista de unidade racial pretendia formar uma sociedade brasileira sob a perspectiva da ideologia do branqueamento (CRUZ, 2004).

Enquanto esteve filiado à AIB, Hollanda Loyola exerceu a função de Mestre de Campo da Milícia no Rio Janeiro, além de ter escrito diversos artigos e crônicas sobre Educação Física e esportes para os jornais integralistas⁸. Todavia, com a instauração do Estado Novo, características ditatoriais se intensificaram no Governo Vargas, que determinou a supressão de todos os partidos políticos, inclusive, a AIB. Para manter suas atividades, a AIB efetuou uma série de modificações e se tornou uma entidade civil denominada “Associação Brasileira de Cultura” (ABC), que funcionou na clandestinidade até ser extinta em 1938 (SIMÕES, GOELLNER, 2012).

Portanto, logo após desvincular-se da AIB, Hollanda Loyola assumiu em setembro de 1939, o cargo de editor técnico da Revista Educação Physica. Assim, o primeiro ano de editoração técnica de Loyola foi privilegiado nesta pesquisa devido a proximidade com a sua

⁷Arquitetada por Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, a Ação Integralista Brasileira foi um movimento político nacionalista, de extrema direita e de inspirações fascistas, que surgiu em São Paulo, em outubro de 1932 (BERTONHA, 2013; CRUZ, 2004).

⁸ Destaco os artigos escritos por Loyola no jornal integralista “A Offensiva”, veículo de doutrinação editado pela AIB entre os anos de 1934 e 1938. Além das produções vinculadas ao movimento integralista, Loyola contribuiu para elaboração de programas e métodos específicos para a Educação Física e foi autor de 17 livros publicados pela Companhia Brasil Editora (SIMÕES, GOELLNER, 2012).

passagem pela AIB. Além disso, o debate biotipológico e as menções à Eugenia⁹ foram substancialmente ampliadas enquanto Loyola exercia a função de editor (SILVA ALS, 2014).

Como redator, Hollanda Loyola se tornou o colaborador mais produtivo da Revista Educação Physica, com cerca de 129 artigos publicados. O período em que foi editor técnico (1939-1944) corresponde ao momento mais estável e regular de veiculação do periódico no país (ALMEIDA, 2008). Produzida pela Companhia Brasil Editora (RJ), a revista também foi editada pelos professores de Educação Física, Paulo Lotufo (entre os anos de 1932 a 1945), Oswaldo Murgel Rezende (entre os anos de 1932 a 1944) e Roland de Souza (entre os anos de 1936 a 1941). Enquanto se manteve em circulação, que data de 1932 a 1945, o periódico atingiu o número de 88 edições publicadas, tendo inclusive, expressivo alcance nacional e também extensão internacional (SCHNEIDER, FERREIRA NETO 2004).

No período de editoração técnica de Hollanda Loyola, a imprensa periódica passava pela censura política da ditadura estado-novista, que a tomou como instrumento de intervenção e controle social (CAPELATO, 1999). Portanto, o estatuto de fonte histórica da Revista Educação Physica advém de suas relações com a imprensa, pois segundo Tânia de Luca (2008, p.120), nela seria possível perceber “a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, [...] os conflitos e os esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as "classes perigosas", [...] as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene”, dentre outros propósitos.

Cláudio Pereira Elmir (1995) afirma que o uso da imprensa como fonte história reclama alguns cuidados quanto a sua leitura. Nesse tocante, argumenta que o pesquisador deve fazer uma “leitura intensiva” dos periódicos, distintamente ao modo “extensivo” como o leitor convencional os lê. Em conformidade com Elmir (1995), esta pesquisa explora “intensivamente” a Revista Educação Physica, realizando uma leitura minuciosa que abrange a análise de textos, imagens, charges e noticiários que compõem o editorial do periódico. Além disso, estabelece uma relação volúvel e politizada com o ato de ler (CHARTIER, 2002), atribuindo a essas representações sentidos que não necessariamente condizem aos significados que os editores da revista pretendiam imprimir à leitura.

Concebida neste estudo como fonte de pesquisa, a produção da Revista Educação Physica não esteve isenta de inclinações políticas específicas. Como artefato socialmente

⁹ Criada por Francis Galton (1822-1911), a Eugenia foi conceituada pela primeira vez na obra “Hereditary genius” (1892). O nascimento do saber eugênico teve estreitas relações com a necessidade de depuração racial da nação (SILVA ML, 2015). No Brasil, o neo-lamarckianismo foi a primeira vertente eugênica adotada pelos eugenistas brasileiros, que consistia, basicamente, na ideia de que os desvios genéticos poderiam ser corrigidos em unicamente uma geração. Na década de 1920, especialmente, a linha mendeliana recebe maior respaldo científico no Brasil (TELLES, 2003).

construído a partir de múltiplas relações de poder, essa revista guarda vestígios do passado assim como as marcas deixadas pelas disputas por representação entre os diferentes grupos étnico-raciais.

Neste sentido, para discutir a associação entre corpo negro e trabalho a partir das publicações da Revista Educação Física, lançamos mão do conceito de *representação*. Segundo Roger Chartier (1991; 2002), as representações teriam o potencial de fazer reconhecer posições e identidades sociais, portanto, as lutas por representação envolveriam o próprio ordenamento e hierarquização da estrutura social. Sandra Pesavento (2003, p.39), afirma que a representação se expressa a partir de instituições, discursos e imagens capazes de criar uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas que, no entanto, “são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real”. Stuart Hall (1997, p.61), por sua vez, define representação como um processo pelo qual os indivíduos de uma cultura instituem significados através da linguagem. Assim sendo, declara que as coisas do mundo não possuem, nelas mesmas, “qualquer sentido fixo, final ou verdadeiro. Somos nós, em sociedade, entre culturas humanas, que atribuímos sentidos às coisas. Os sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão de uma cultura para outra e de uma época para outra”.

Além disso, esta pesquisa opera com a noção de corpo entendendo-o como um elemento histórico, biológico e cultural, tomado, ao longo dos tempos, como objeto de inscrição de normas e códigos socioculturais internalizados por meio de meticulosos processos de educação. Portanto, o corpo “é inscrição que se move e cada gesto aprendido e internalizado revela trechos da história da sociedade a que pertence” (SOARES, 2006, p. 109). No tocante ao homem negro, Nilma Lino Gomes (2017, p.94), afirma que “o corpo negro não se separa do sujeito”, portanto, sua identidade se constrói na dialeticidade do seu corpo com o mundo. A autora ainda declara que marcas identitárias como cor da pele, cabelo e nariz, quando comparadas ao corpo branco, inferiorizam o corpo negro e justificam hierarquias étnico-raciais na sociedade brasileira desde o período escravocrata.

Do mesmo modo, cabe ressaltar que o entendimento de trabalho, nesta dissertação, diz respeito a uma prática que se constitui a partir de “condições históricas socialmente construídas” (FRIGOTTO, 2005, p.63). Portanto, embora seja uma atividade consciente de criação e subsistência humana, o ato de trabalhar é uma escolha condicionada por determinações sociais, ou seja, em meio a relações de força entre os próprios seres humanos. Ricardo Antunes (2009, p.139), afirma que o trabalho, entendido “como produtor de valores de uso, é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza”. Através do ato

laborativo, os “objetos naturais são transformados em coisas úteis [e] nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa relação homem-natureza desenvolvem-se inter-relações com outros seres sociais, também com vistas à produção de valores de uso”. Luís Antônio Cardoso (2011), ainda acrescenta que o trabalho, como ação humana consciente e intencional, exprime a própria distinção dos seres humanos em relação aos animais, incapazes de projetar as suas ações e a sua própria existência.

O manuseio destes conceitos denota a perspectiva interdisciplinar desta dissertação, que busca aporte teórico na História Cultural, nos Estudos Culturais, na Antropologia e na Sociologia para pavimentar o trânsito pela História da Educação Física, especialmente nos seus desdobramentos com as discussões étnico-raciais. Esta pesquisa vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais e filia-se à linha de pesquisa “Memória e Identidade”, que centra suas investigações nas tensões sociais que permeiam os processos de preservação da memória e construção identitária, privilegiando a interdisciplinaridade como método de pesquisa.

Assim sendo, a escrita desta dissertação baseou-se nas seguintes questões norteadoras: A partir de quais representações a Revista Educação Physica estabelecia a relação entre corpo negro e trabalho? Que imagem de trabalhador negro era construída pelas representações do periódico? Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a associação do corpo negro ao trabalho a partir das representações da Revista Educação Physica. Como objetivos específicos propõe: a) contextualizar, de forma concisa, o período histórico de veiculação da revista, atentando para a importância política conferida à Educação e à Educação Física, as discussões relativas ao trabalho como “dever cívico” e ao debate acerca formação racial do país e b) compreender o entendimento de corpo negro produzido pelas representações da revista; c) entender as concepções de trabalho construídas pelo periódico; d) identificar as relações que a revista constrói e estabelece entre corpo negro e trabalho.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, estão incluídas as considerações feitas até momento, que contemplam o tema de pesquisa e os conceitos que norteiam a análise dos documentos. No segundo capítulo, “O Brasil moderno”, é apresentado, de forma breve, a conjuntura histórica de veiculação da Revista Educação Physica, atentando, especialmente, para o debate político, educacional e racial do período. Neste mesmo capítulo, ainda lançamos os primeiros olhares sobre a revista, destacando seu potencial como fonte de pesquisa. O terceiro capítulo, “O “negro esportiva”: um corpo produtivo”, discute sobre os posicionamentos do periódico acerca do debate racial bem como tensiona e contextualiza as representações que notabilizam os negros como atletas e prováveis

trabalhadores braçais. O quarto capítulo, “Trabalhador, disciplinado e branco: O “corpo-máquina”, aborda as representações que sustentavam a ideia da inaptidão do negro para o trabalho na relação com o branco. Por fim, no capítulo quinto, são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

2 O BRASIL MODERNO (1930 – 1940)

Nos idos 1930-1940, circulou pelo Brasil um complexo debate racial, discussão que atraía o interesse de variados setores sociais, incluindo a imprensa periódica e os projetos nacionalistas de Getúlio Vargas e da Ação Integralista Brasileira (AIB). Em meio a centralidade da discussão, parte do Governo iniciou iniciativas políticas de valorização das heranças culturais negras e de posituação da mestiçagem como característica genuinamente nacional.

Estando o Brasil em um processo tardio de industrialização, não interessaria ao Governo, do ponto de vista socioeconômico, estimular antagonismos sociais, uma vez que a coesão nacional era um fator substancial para desenvolvimento econômico do país. Além disso, possíveis manifestações racistas não se enquadrariam ao modelo de Brasil “moderno”.

Como parte da imprensa da época, a Revista Educação Physica esteve sujeita a produção de concepções de corpo negro e trabalho, haja vista o enfoque dado às questões e, especialmente, devido à estatização dos veículos de comunicação e das Áreas educacionais, tomadas pelo Estado Novo como instrumentos de multiplicação do seu projeto nacionalista.

Cabe realçar que em meio a esse amplo debate sobre as características raciais da nação, o movimento negro aquecia as discussões ao denunciar o racismo e a segregação racial que atingia os negros brasileiros em diversas esferas sociais. Portanto, o segmento negro não esteve alheio ao debate político do seu tempo, ao invés disso, criou espaços de mobilização política como agremiações, organizações de ensino, assistência médica e social, clubes esportivos e, além disso, veiculou jornais destinados especificamente às questões da “raça” - a imprensa negra.

2.1 A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO E A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INSTRUMENTO “CÍVICO”

A Era Vargas corresponde a um marco importante na história política do Brasil, período que inicia com a posse de Getúlio Vargas, em outubro de 1930, cargo no qual se manteve durante quinze anos ininterruptos, que compreendem um contínuo de três fases políticas distintas: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado-Novo (1937-1945) (FAUSTO, 2015). Com a chegada de Vargas ao poder, foram

instaladas as bases materiais e simbólicas da modernidade brasileira, que consistiam, basicamente, no estímulo a industrialização e à coesão étnico-cultural da nação (GUIMARÃES, 2001).

No tocante à Educação, as providências postas em prática durante o Governo Vargas tiveram um viés autoritário, assim como em outros setores sociais. Assim sendo, a Educação foi organizada de “cima para baixo”, uma vez que não mobilizou as camadas populares da sociedade brasileira. Mesmo permeada por valores hierárquicos e por conservadorismos de influência católica, a formação escolar não possuiu um caráter totalitário coeso, já que abrangia variados aspectos do universo cultural (FAUSTO, 2015).

Em geral, a política educacional varguista foi conduzida por políticos mineiros, caso de Francisco Campos, ministro da Educação entre novembro de 1930 a setembro de 1932, e de Gustavo Capanema, ministro da Educação por 11 anos consecutivos, de 1934 a 1945 (FAUSTO, 2015). Pode-se dizer que o programa de reformas educacionais, iniciado nos 1920, teve efetividade política a partir dos anos 1930. Até então, as mobilizações em prol da Educação consistiam em iniciativas esparsas, pouco sistematizadas e elaboradas em diferentes estados da Federação pela iniciativa de educadores pontuais¹⁰, o que acenava para a inorganicidade da política educacional brasileira (BOMENY, 1999).

Com a Reforma Francisco Campos, instaurada em 1931, foram prescritas bases curriculares e programas de ensino secundário, ficando definido o currículo seriado, o ensino por ciclos, a frequência obrigatória e a exigência da formação secundária para entrada no ensino superior. Implementada em nível nacional, a Reforma Campos conferia organicidade ao ensino secundário brasileiro e as suas medidas pretendiam formar estudantes secundaristas disciplinados e produtivos, em conformidade com uma sociedade industrializada e capitalista que se sedimentava na década de 1930 (DALLABRIDA, 2009). Ademais, essas medidas também visavam formar um sistema educativo que se dirigisse do centro à periferia, tendo como foco a formação de uma ampla elite intelectualizada (FAUSTO, 2015).

Assim, se às reformas dos anos 1920 faltava coerência, estrutura e unidade sistêmica (BOMENY, 1999), a Reforma Francisco Campos marcava um momento significativo na história do ensino secundário no Brasil, uma vez que rompia com o desalinho estrutural que caracterizava a escolarização nesse nível de ensino (DALLABRIDA, 2009).

Com efeito, a partir da década de 1920 e, sobretudo, nos anos 1930, a Educação Física passou a atrair o interesse do Estado e de distintos setores sociais, reclamando um plano

¹⁰ Caso das reformas Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, criadas por eles mesmos (BOMENY, 1999).

nacional para Área. Pautas como coesão nacional, disciplina e organização racional do trabalho passaram a compor os afazeres médicos, juristas e pedagógicos de Áreas como a Educação Física que, em decorrência disso, lucrou visibilidade e respaldo político como disciplina capaz de regenerar uma população tida como racialmente indefinida, fraca e inábil ao trabalho. Nessa direção, em 18 de abril de 1931, dentre as disposições da Reforma Francisco Campos, o ministro da Educação torna obrigatória à prática da Educação Física na educação básica (SILVA ALS, 2014).

Contudo, datava dos anos 1920 os debates relativos ao método de ensino da Educação Física e a Criação do Centro Militar de Educação Física, em 1922, no Rio de Janeiro. Convém apontar que no século XIX, as Escolas da Marinha e do Exército foram os primeiros locais de formação de profissionais especializados na Área, que adotavam a natação, a esgrima e a equitação como práticas esportivas obrigatórias. Para o ensino dessas modalidades era aplicado o método ginástico alemão, que foi substituído pelo francês a partir do decreto 14.784, de 27 de abril de 1921 (AZEVEDO, 2013).

As atividades do Centro Militar de Educação eram ministradas por oficiais da Missão Francesa que ofereciam os cursos de formação de oficiais instrutores e sargentos monitores (AZEVEDO, 2013). Todavia, em outubro de 1933, o Centro Militar de Educação Física foi transformado em Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), a partir do decreto 23.254. A partir de então, a EsEFEX passou a formar oficiais, sargentos e monitores civis, tornando-se um parâmetro para os cursos de formação em Educação Física até os anos finais da década de 1930 (SILVA ALS, 2014).

O Departamento de Educação Física, sob a orientação da EsEFEx, criou em 1938 o Curso de Emergência, destinado a formação de professores civis. A entrada no curso exigia a formação a nível secundário, exames clínicos e a aprovação em algumas provas práticas. Especialmente para os médicos, existia o Curso de Emergência em Medicina Esportiva, o que indica a importância atribuída à especialização de médicos tidos como dotados do saber teórico sobre Educação Física¹¹.

Entretanto, as bases curriculares da Educação foram reordenadas com a Reforma de Gustavo Capanema, que passou a dar ênfase ao ensino profissionalizante e a produção de mão de obra qualificada para suprir os interesses do Estado. Elaborada no contexto ditatorial

¹¹ Os Cursos de Emergência eram realizados no Rio de Janeiro em locais separados por sexo: As aulas para os homens ocorriam na EsEFEx, no Forte do bairro Urca e para as mulheres, no Instituto de Educação, no bairro da Tijuca. A composição curricular dos cursos abrangia disciplinas pedagógicas, técnico-desportivas e biológicas, a saber: Pedagogia, Fisiologia, Cinesiologia, Massagem, Higiene, Biometria, História – teóricas / conceituais e Educação Física, Ataque e Defesa, Corrida, Desportos Coletivos, Pesos e Halteres, Natação, Ginástica de Aparelhos – disciplina práticas (AZEVEDO, 2013).

(1937-1945), a reforma teve como característica marcante a supressão dos debates educacionais, com isso, as ideias da Escola Nova¹² perderam espaço durante o Estado Novo. De qualquer modo, tanto a Reforma Campos quanto a Reforma Capanema, deram pouca margem para diálogos sobre as diretrizes curriculares educacionais (MOREIRA, 2003), pois assim como outros setores da sociedade, a Educação também transitava pela cercadura centralizadora do regime varguista, sendo a criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) o marco da centralização política (FAUSTO, 2015).

Assim, a Educação profissional florescia fundamentada na formação de uma juventude em moldes fascistas e na preparação dos jovens para a guerra. O poder centralizador do Estado produziu, como instrumento de controle, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), elaborado para monitorar os resultados obtidos pelo MES (MOREIRA, 2003). Com efeito, a criação do MES, já no primeiro ano do Governo Vargas, evidenciava a tomada da Educação pelo Estado como estratégia de controle político, que encontrou nas Áreas educacionais um local privilegiado de moralização dos comportamentos, de aquisição de hábitos salubres e de cultivo a saúde física e mental (SILVA ML, 2015).

Em meio às aproximações entre Educação e saúde pública, o artigo 131 da Constituição de 1934, tornava a Educação Física disciplina curricular obrigatória nas escolas de nível primário e secundário do Brasil. A Educação Física, junto com a Educação Moral e Cívica, aparecia como peça chave no projeto de socialização de um “novo homem” para o Estado Novo – trabalhador, patriótico, sadio e produtivo. Sendo assim, a Constituição de 1937, outorgada pelo Governo ditatorial de Vargas, manteve em seu documento a obrigatoriedade do ensino da Educação Física (SILVA ALS, 2014; BOMENY, 1999).

A importância conferida à Área nos anos 1930 repercutia em instituições educacionais, que em distintas ocasiões, colocaram a Educação Física em pauta reforçando a relevância social que fruía a disciplina. Foi o caso da Associação Brasileira de Educação (ABE), que entre os anos de 1926 e 1937, potencializou o debate acerca da Educação Física através da “Secção de Educação Physica e Hygiene”. Em 1935, essa mesma associação promoveu o VII Congresso Nacional de Educação, no Rio de Janeiro, cujas discussões davam enfoque particular à Educação Física (LINHALES, 2009; SILVA ALS, 2014).

Logo após a Constituição de 1937, surge o interesse do Estado pela construção de uma escola de Educação Física, dada a importância cívica que o Governo conferia à Área.

¹² O movimento conhecido como Pioneiros da Escola Nova surgiu na década de 1920 propondo reformas na Educação brasileira. Nesse sentido, defendiam a intervenção sistemática do Estado na elaboração de um programa de ensino nacionalizador (BOMENY, 1999).

Acreditava-se que a Educação Física seria capaz de propagar os principais interesses do regime ditatorial, tendo como horizonte o fortalecimento orgânico da população e o aperfeiçoamento da raça brasileira. Por determinação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, foi elaborado, em 1937, um projeto de lei que propunha a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) (AZEVEDO, 2013).

A ENEFD, vinculada à Universidade do Brasil, foi construída através do decreto 1.212, de 17 de abril de 1939, que além dos cursos superior e regular de Educação Física, oferecia cursos de Técnica Desportiva, Treinamento e Massagens e Medicina da Educação Física. Para a realização desses cursos, era exigido o certificado de conclusão do curso secundário fundamental e para o curso de Medicina da Educação Física e Desportos, o diploma médico era requisito básico (AZEVEDO, 2013).

A Universidade do Brasil surgiu na esteira dos investimentos do Estado no ensino superior, sendo uma continuação da antiga Universidade do Rio de Janeiro – instituída, em 1920, a partir da união das escolas superiores da cidade. Na época, o Governo buscou condições para criar universidades capazes de incrementar o ensino e a pesquisa no Brasil bem como recrutar a formação de uma elite intelectual no país. Nessa direção, foram criadas a Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e a Universidade do Distrito Federal, em 1935, sendo a USP criada pela iniciativa do governo estadual. A Universidade do Brasil foi construída em 1937 e tinha como objetivo instaurar em todo o país um modelo único de ensino superior, ao qual a própria USP deveria se inspirar. Essa concepção unitária e normativa visava à nacionalização do ensino superior como parte do projeto educacional empreendido pelo MES (BOMENY, 1999; FAUSTO, 2015).

Portanto, no projeto político de construção do Estado nacional, a Educação Física ocupou um lugar de destaque, tendo como propósito principal a formação da juventude e a difusão de pautas políticas. Por intermédio da Educação Física, o Estado buscava tutelar os jovens, enquadrando seus pensamentos às exigências sociais partilhadas pelo Estado autoritário. Inspirado nos modelos de organização fascista experimentados na Alemanha, na Itália e em Portugal, planejava-se implantar uma educação pré-militar a juventude, que não raras vezes buscou aporte nas intervenções da Educação Física (BOMENY, 1999).

Nesse sentido, o Governo intercedeu nas Áreas educacionais buscando a socialização de interesses e valores substanciais ao seu projeto de nação. A política autoritária do Estado Novo, em proveito da ordem e da disciplina, efetuou mudanças nas diretrizes curriculares da Educação com o intuito de manter o controle social. Não foi por acaso, que a definição da política educacional após o golpe de 1937 contou com a participação ativa do Exército.

Valores militaristas como disciplina, avigoreamento físico, moral e patriotismo, passaram a integrar o currículo das escolas públicas, centralizando no Estado o controle das orientações educacionais (BOMENY, 1999).

Naquela época, a Educação Física também guardava fortes relações com o Exército Brasileiro e, cabe lembrar, que os militares tiveram forte influência na criação da ENEFD, em 1939. De fato, as Instituições médicas e militares foram as pioneiras na formação de instrutores e especialistas em Educação Física no país (AZEVEDO, 2013). Além da ENEFD, em janeiro de 1937, o MES criou a Divisão de Educação Física (DEF), que subordinada ao Departamento Nacional de Educação, tornou-se um dos principais setores de formulação de projetos voltados à Educação Física, durante o Estado Novo (PARADA, 2011).

Além dessas Instituições, anos antes já haviam sido criados cursos e estabelecimentos de ensino específicos na Área. O governo do Pará criou o Departamento de Educação Física, com base no decreto 1.138, de 30 de dezembro de 1933 e o curso de formação de instrutores via decreto 1.164, no dia 8 de janeiro de 1934. Em 24 de setembro de 1936, também foi criada a Escola Superior de Educação Física do Estado do Espírito Santo, através do decreto 98 e em São Paulo, em 28 de maio de 1936, foi regulamentada a Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo, por intermédio do decreto 7.688¹³ (AZEVEDO, 2013).

Conforme afirma Helena Bomeny (1999), a Educação traduzia fielmente as pretensões do Estado para o Brasil nos anos 1930, cujo programa de nacionalização constituiu variadas pautas como “objetos pedagógicos”. Nessa direção, à Educação foi atribuído o papel de potencializar o debate sobre nação e nacionalidade e, nesse sentido, o Estado recorreu aos currículos escolares como ferramenta de reorientação da problemática étnico-cultural. O desejo de “homogeneizar” a população, evitando o risco de interdição do projeto de identidade nacional, exigiu a nacionalização ou “abrasileiramento do ensino”, nos termos da época. Além disso, para a construção de um “homem novo” – forte, saudável, disciplinado e trabalhador – o Estado interviu nas Áreas educacionais visando à difusão da ideia de patriotismo através da afeição e dos cuidados do corpo para o trabalho e, sob esse ângulo, a Educação Física ganhou evidência como disciplina capaz de potencializar a saúde física e o disciplinamento moral da classe operária. Em paralelo ao respaldo político da disciplina, o Governo Vargas instaurou leis trabalhistas e construiu estratégias ideológicas a fim de positivar o trabalho e a identidade do trabalhador nacional, como veremos a seguir.

¹³ Além desses, há registros da realização de cursos não regulamentados nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco (AZEVEDO, 2013).

2.2 O TRABALHO COMO REFERÊNCIA NACIONAL

Ao assumir a presidência, Getúlio Vargas conferiu contornos novos ao modelo político brasileiro. Em seu Governo, um forte apelo às massas e às demandas sociais concorria com estratégias políticas de controle e restrição das liberdades sociais. Para a construção da coesão nacional, Vargas centralizou a política, principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), período caracterizado pelo autoritarismo e pela regulação política (SPECHT, SILVA, 2014).

Quando dissolveu o Congresso Nacional, em novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu não apenas o poder executivo, como também o legislativo, os estaduais e os municipais. Além disso, demitiu os antigos governadores e nomeou, em substituição, intermediários federais, com exceção do governador eleito em Minas Gerais. A mesma concentração se deu em âmbito econômico, com a centralização do café em 1933, através da criação do Departamento Nacional do Café (DNC) (FAUSTO, 2015).

Na esfera econômica, o Governo Provisório (1930-1934) buscou inicialmente estabilidade frente aos impactos econômicos da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Como efeito da crise econômica mundial, o Brasil passou por dificuldades financeiras: as produções agrícolas perderam mercado, houve um aumento nas taxas de desemprego nas grandes metrópoles e a receita das exportações despencou (FAUSTO, 2015).

Na prática, a crise de 1929 agravava as dificuldades que já existiam na economia brasileira. Na época, o Governo havia desenvolvido um programa de defesa do preço do café e, em decorrência disso, uma grande safra foi produzida nos anos finais de 1920, coincidindo com a Grande Depressão econômica de 1929. Tentando conter a queda do preço do café, o próprio Governo brasileiro comprou os excedentes e distribuiu pelo país, todavia, não conseguiu evitar o decréscimo das importações e das receitas vindas dos impostos sobre o comércio exterior. O estado de São Paulo, o maior produtor de café, foi especialmente acometido pela crise econômica (CARVALHO, 2012).

A situação financeira do Brasil fez com que o Governo substituísse as importações pelo apoio ao processo de industrialização, em parte, controlado pela ideologia nacionalista. A industrialização no Brasil, iniciada no final do século XIX, concentrou seu foco na cidade de São Paulo, favorecida pelo capital vindo da economia cafeeira, pela força de trabalho imigrante e pela instalação de redes de transporte ferroviário (BERCITO, 2011).

Portanto, a Crise de 1929 interrompia o avanço da industrialização, cuja produção havia quase quintuplicado entre 1907 e 1920 (ANDREWS, 1998). Entretanto, esse processo

foi rapidamente retomado na década de 1930, haja vista que as taxas anuais de crescimento industrial, entre os anos de 1933 e 1936, foram de 10% e de 6%, entre 1937 e 1939 (BERCITO, 2011).

Esse percentual de crescimento fez com que produção industrial dobrasse nos anos 1930, o que representava um rendimento significativamente auto, tendo em vista a depressão mundial e a crise no setor cafeeiro brasileiro. Fruto do crescente avanço industrial, nos anos 1940 o Brasil possuía cerca de 70.000 firmas, que empregavam aproximadamente 1,4 milhões de trabalhadores (BERCITO, 2011; ANDREWS, 1998).

No contexto de instabilidade financeira, intelectuais brasileiros passaram a propor reflexões sobre as causas da pobreza e suas implicações para a estrutura econômica do Brasil. As considerações viam a pobreza como um obstáculo ao desenvolvimento nacional e o imobilismo do Estado como uma das razões da sua manutenção, urgindo a intervenção do poder público. Nesse sentido, o Estado passou a investir em estratégias de significação positiva do trabalho, visando à melhoria das condições objetivas do cidadão e, conseqüentemente, a ascensão econômica da nação. Segundo Ângela de Castro Gomes (1999), a Era Vargas foi inovadora no que se refere à orientação da questão trabalhista, pois foi nesse período que se deu a elaboração de toda a legislação trabalhista, reforçada em boa parte, pela ideologia de valorização do trabalho.

O desejo político de promover e intensificar a capacidade produtiva dos trabalhadores passou a reclamar providências sociais direcionadas a melhoria das condições ambientais e somáticas da população. Dentre as políticas sociais aplicadas, os seguros contra doença, invalidez, óbito, acidentes de trabalho e seguro-maternidade, apontavam para a especial preocupação com a saúde física e orgânica do operário (GOMES, 2002).

No período entre guerras, a redução dos acidentes e a melhoria das condições de trabalho tornaram-se objeto de saber médico, que passou a intervir no ambiente de trabalho a partir de propostas fortemente balizadas pela Biotipologia¹⁴. Na época, acreditava-se que haveria em determinados indivíduos certa “predisposição” às doenças, aos acidentes e a ocupações específicas, cabendo à avaliação biotipológica definir os perfis mais adequados para cada profissão (BERCITO, 2011).

Os acidentes de trabalho, particularmente, perturbavam a ordem racionalizada da produção e, por essa razão, em variadas ocasiões apareceu como objeto de debate nas sessões

¹⁴ Segundo Silva ALS (2014, p.14), a Biotipologia era “entendida como a ciência das constituições, temperamentos e caracteres” [...]. Da visão dos biotipologistas, os fatores biológico-hereditários somados às influências do meio, determinariam as tendências comportamentais e as inclinações sociais de certos indivíduos.

promovidas pela Sociedade de Medicina Legal, no Rio de Janeiro. A criação e promulgação das leis de acidente de trabalho, em 1934 e 1944, por exemplo, buscaram inspiração em propostas discutidas nessas sessões (FERLA, 2005).

Além disso, as proposições médicas concebiam o trabalho em sentido irrestrito, visto que não apenas cooperavam para a racionalização científica da produção e para prevenção de acidentes e doenças, como também, defendiam o trabalho como estratégia de regeneração social de indivíduos “desviantes” – “delinquentes”, “alcoólatras”, “vagabundos”, “presidiários” –, cujos possíveis “desvios” eram observados desde a infância (FERLA, 2005).

Portanto, os acidentes de trabalho e a redução dos níveis de saúde consistiam em empecilhos a capacidade produtiva e conseqüente progresso econômico do Brasil. O interesse do Estado de conduzir o próprio progresso demandou estratégias de intervenção política no corpo social, entendido como organismo vivo, que para fins de rendimento, reclamaria a produção de corpos hígidos, saudáveis, aptos para o trabalho e, sobretudo, cientes da estreita relação do trabalho com o compromisso cívico.

Entretanto, exigiu muito esforço político produzir uma identidade positiva para o trabalhador e tornar consensual a crença do trabalho como dever “cívico” e um encargo moral e social do cidadão com o Estado. De um lado, porque essa ideia se baseava na afirmação da dignidade do trabalho em um país onde havia persistido durante quatro séculos o trabalho escravo e, portanto, a configuração liberal que pretendia articular o trabalho à cidadania sempre foi uma perspectiva ausente no Brasil. De outro lado, porque a identidade desses indivíduos que integravam o mercado de trabalho não tinha contornos fixos, pois não consistiam em todo homogêneo em termos étnico-racial, etário, sexual, etc. (GOMES, 2002).

A política trabalhista foi um tema transversal a todo o regime varguista, cuja intenção consistia em desarticular as mobilizações políticas da classe trabalhadora urbana e conduzir o proletariado ao apoio integral ao Governo. As intenções de Vargas se anunciaram já em novembro de 1930, com a elaboração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com a instauração de leis de proteção ao trabalhador e com a criação de órgãos destinados a atenuar as relações entre patrões e operários – Juntas de Conciliação e Julgamento (FAUSTO, 2015).

A relação entre trabalhadores e patronato ganharia novos contornos com o decreto 19.770, de março de 1931, que estabelecia novas normas de sindicalização. O decreto instituía a unidade sindical, determinando a existência de apenas uma associação por profissão e o reconhecimento de todas pelo Estado. Ao serem legalmente reconhecidos, os sindicatos tornaram-se órgãos colaborativos do Estado e, por essa razão, a sindicalização almejada e

existente no movimento operário, passou a transitar pela órbita do poder público, desarticulando mobilizações contra o Governo (GOMES, 2002).

Além desse decreto, em 1931 foi criado o Departamento Nacional do Trabalho e em 1932, fixada a jornada de oito horas trabalhadas no comércio e na indústria. Em 1932, também foi regulamentado o trabalho feminino, que coibia o serviço noturno para as mulheres e instituía a igualdade salarial entre os sexos. Nesse mesmo ano, ainda foi regulamentado o trabalho para menores, apesar da existência de lei antecedente a 1930 (CARVALHO, 2012).

Em 1933 foi regulamentado o direito a férias para comerciários, bancários e industriários e criado o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos (IAPM), dando prosseguimento as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) da década de 1920. E 1934, foi confirmada a jornada de oito horas de trabalho e decretado o salário mínimo, efetivamente adotado em 1940 (CARVALHO, 2012).

Boris Fausto (2015) afirma que o interesse do Governo pelo trabalho poderia ser visto sob dois ângulos: de um lado, pelas disposições materiais e, de outro, pela construção simbólica de Vargas como defensor dos operários. No primeiro aspecto, o autor situa as providências de organização sindical, a instauração de leis e os estatutos legais destinados ao proletariado. Para dispor sobre as questões trabalhistas, o Governo teria criado em maio de 1939, a Justiça do Trabalho, órgão oriundo da Junta de Conciliação e Julgamento. Dos investimentos em torno da valorização do trabalho e do trabalhador brasileiro, surgem em 1943, as Leis do Trabalho (CLT), como resultado da ampliação da legislação trabalhista.

Para a construção da figura de Vargas como protetor dos trabalhadores, o Governo investiu em eventos cerimoniais¹⁵ e nos usos políticos dos meios de comunicação, sobretudo, o rádio. O ministro do Trabalho frequentemente fazia comunicações radiofônicas para aproximar os trabalhadores ao Governo e, em suas falas, habilmente enaltecia os avanços sociais viabilizados pela política varguista. Com base na politização de eventos e veículos de comunicação, foi construída a imagem do Presidente “amigo e pai” dos operários, dos quais, esperava fidelidade política e suporte social em troca dos benefícios concedidos.

Todavia, o Governo já havia estabelecido que somente os operários filiados a sindicatos reconhecidos pelo Estado poderiam fruir dos benefícios da legislação que começava a ser instaurada no Brasil. A criação da carteira de trabalho, em 1932, favorecia o controle do acesso aos benefícios oferecidos pelo Ministério (GOMES, 2002). Além disso, a

¹⁵ Entre as cerimônias, as realizadas em comemoração ao 1º de Maio, praticadas a partir de 1939 em estádios de futebol, concentravam uma grande massa de operários. Com a alocação “Trabalhadores do Brasil”, Vargas iniciava seu discurso, aproveitando habilmente a ocasião para anunciar a implementação de alguma medida aguardada pelo povo (FAUSTO, 2015).

carteira de trabalho era uma identidade do trabalhador, que muitas vezes foi usada como prova em disputas judiciais com os patrões, mediadas pela Junta de Conciliação e Julgamento (CARVALHO, 2012).

Em todo caso, a CLT teve longa duração, pois resistiu ao período de redemocratização, em 1945, e perdura até os dias atuais tendo sofrido poucas alterações. Entretanto, a legislação social validada entre 1930 e 1945, foi instaurada em um contexto de pouca atividade política e de frágil vigência dos direitos civis. A própria forma como eram distribuídos os direitos trabalhistas colocava em suspeição sua dimensão democrática, além de prejudicar o pleno avanço de uma cidadania ativa (CARVALHO, 2012).

Por outro lado, cabe frisar que a história dos direitos trabalhistas no Brasil se deu através da participação ativa dos próprios trabalhadores, sendo impróprio falar sobre a implementação de leis trabalhistas sem mencionar a mobilização política da classe operária. As reivindicações dos operários iniciaram na Primeira República e se organizaram, basicamente, a partir de duas frentes: as organizações corporativas – ligas, clubes, associações, sindicatos, etc. – e as organizações político-partidárias (GOMES, 2002).

Lideranças de variadas correntes da época, como socialistas, comunistas e anarquistas, apesar de divergirem quanto às formas de enfrentamento político, concordavam sobre a necessidade de mobilizar e de formar uma consciência de trabalhador. Dentre as principais demandas reivindicadas, independente da liderança política, estavam: “carga horária de oito horas de trabalho; regulamentação do trabalho feminino (com normas que protegessem a gravidez) e dos menores; uma lei de acidentes do trabalho” (GOMES, 2002, p.18).

Tais iniciativas culminaram em diversas manifestações e greves, sobretudo, entre os anos de 1917 e 1920, apontando para a ativa participação política da população urbana. Embora o resultado das mobilizações tenha sido pequeno e efêmero, evidencia que no final da Primeira República já existia uma figura de trabalhador nacional engajado na luta por direitos trabalhistas e pela regulamentação do trabalho. Portanto, pode-se dizer que antes mesmo da década de 1930, uma identidade de trabalhador já havia sido forjada em meio às lutas por direitos trabalhistas (GOMES, 2002).

A política de valorização do trabalho e do trabalhador brasileiro deu ênfase substancial à Educação e a Educação Física, vista como forma de socializar a construção de cidadãos adaptados às necessidades nacionais e dispostos a servir as causas da nação. Para tanto, o Estado Novo definiu diretrizes nacionais para a Educação tendo em vista a socialização de valores como moralidade, disciplina e apreço ao trabalho. Portanto, o estímulo ao trabalho, à

iniciativa e aos cuidados com a saúde física do operário, foram princípios que passaram a compor os afazeres pedagógicos das escolas públicas do Brasil (GOMES, 1999).

Em suma, durante o Governo Vargas o Estado providenciou a troca do trabalho estrangeiro pela mão de obra brasileira e construiu uma classe operária com estatuto político regularizado. Diferente de períodos anteriores em que se buscou modernizar o Brasil através da europeização e do fomento à emigração europeia, nos anos 1930 o país passou a adotar uma ideia de nação com base em traços étnico-culturais próprios. Com efeito, foi nesse período que o Brasil começou a pensar a si próprio como nação multicultural e miscigenada, constituída a partir da miscigenação étnico-cultural entre negros, índios e brancos (GUIMARÃES, 2001).

Como efeito do “abrasileiramento” do trabalho, no mesmo ano em que assumiu a presidência, Vargas decretou a “Lei dos 2/3”, estabelecendo que todas as empresas tivessem 2/3 de trabalhadores nacionais, não raras vezes, preteridos em relação aos estrangeiros (GOMES, 2002). Na década de 1930, o decréscimo das correntes imigratórias desencadeou movimentos de migração interna no país, sobretudo, das regiões norte e nordeste em direção à região sul. Os estados do Distrito Federal e São Paulo foram os mais visados pela mobilidade populacional. Como resultado, a composição da classe operária paulista deixou de ser majoritariamente estrangeira (CARVALHO, 2012).

Com a redução das taxas de imigração estrangeira nos anos 1930 e com o respaldo da política de cotas para o trabalhador nacional, uma grande massa de operários negros e mestiços foi incorporada ao mercado de trabalho, vindos, sobretudo, da região nordeste rumo às regiões sul e sudeste do Brasil (GUIMARÃES, 2001). Por outro lado, a redução das taxas de imigração também se tornou um problema de segurança nacional, uma vez que a mobilidade europeia ainda era vista como estratégia de branqueamento da nação. Embora a valorização da mestiçagem como característica genuína do país, a definição do tipo racial brasileiro mantinha a atenção de diversos setores sociais (CARNEIRO, 2013). Assim, a despeito do predomínio da ideologia da “democracia racial brasileira” e do empreendimento varguista de valorização das heranças negras na década de 1930¹⁶, a implantação de cotas para imigrantes atestava o desejo de branquear a “raça brasileira”, como discutiremos em seguida.

¹⁶ Partiu do então ministro da educação, Gustavo Capanema, ao médico Arthur Ramos, a solicitação para encaminhar os festejos do cinquentenário da Abolição da Escravatura, promovido pelo Governo Vargas em maio de 1938. Os festejos articulados por Ramos incluíram seminários, lançamento de livros, apresentações de canto, dentre outras intervenções (CUNHA, 1999).

2.3 RAÇA E MISCIGENAÇÃO: UM DEBATE CONTROVÉRSO

Inspirado no racismo e na xenofobia dos regimes nazi-fascistas da época¹⁷, médicos, eugenistas, políticos e intelectuais da vanguarda brasileira, dentre os quais, Oliveira Viana¹⁸ e Renato Ferraz Kehl¹⁹, foram acionados para pensar uma política migratória para o Brasil nos anos 1930. Com o intuito de salvaguardar a identidade racial brasileira, foram implementadas medidas restritivas que favoreciam o ingresso de imigrantes brancos²⁰, preferencialmente católicos, ocidentais e produtivos e barravam a entrada no país de pessoas de cor negra e amarela²¹ (CARNEIRO, 2013; SILVA, 2008).

Na base da política de cotas para imigrantes, circulava a ideia da “condição” excêntrica, subversiva e inferior dos povos não-brancos, que associados a desordem e ao animalesco, constituíam elementos perturbadores a formação racial da nação. Nessa perspectiva, as barreiras restritivas à imigração, a veiculação de literaturas racistas, bem como os artefatos da imprensa constituíam a opinião pública favorável à exclusão dos “desafetos raciais” (CARNEIRO, 2013).

Para além da preocupação com composição racial da nação, vista nas medidas de restrição migratória às “pessoas de cor”, os estrangeiros na zona de colonização passaram a atrair a atenção das autoridades governamentais. A formação de núcleos estrangeiros fechados em torno de uma nacionalidade própria constituía-se como empecilho ao projeto de nacionalização. Nesses locais, os imigrantes mantinham suas próprias características étnicas-culturais, preservando laços de pertencimento com a nação de origem em paralelo ao anseio político de realçar os elementos pertencentes à identidade nacional (BOMENY, 1999).

¹⁷ Refiro-me ao regime fascista de Benito Mussolini, que assumiu o poder na Itália em 1922 e ao regime nazista de Adolf Hitler, que ascendeu ao poder na Alemanha em 1933 (FAUSTO, 1999).

¹⁸ Advogado e historiador, Oliveira Vianna foi um dos maiores entusiastas do branqueamento da população, sustentando a ideia de que o negro era “incivilizável” (MAGALHÃES, 2017).

¹⁹ Médico eugenista muito influente no Brasil, Renato Kehl advogava entre anos de 1910 e 1920 que às práticas de exercício física eram capazes de eugenzar a população do país. Além disso, via a miscigenação como algo pernicioso, pois, segundo ele, o negro era um elemento biologicamente inferior em relação ao branco (SILVA ALS, 2014).

²⁰ De qualquer modo, por intermédio da educação, esses imigrantes deveriam ser incorporados à cultura nacional e distanciados de seus vínculos de origem - costumes, religião e língua - possibilitando a construção de laços de pertencimento e identificação com os elementos próprios da identidade brasileira enaltecidos naquele período (CARNEIRO, 2013; SEYFERTH, 1999).

²¹ Tais medidas restritivas são observadas nos parágrafos 6 e 7 do art. 121 da Constituição de 1934. Além disso, outros tantos grupos foram constituídos naquele momento como elementos nocivos a campanha de nacionalização do país, caso dos ciganos, comunistas, judeus, prostitutas, vagabundos, russos, assírios, dentre outros (CARNEIRO, 2013).

Apesar da dimensão racista da política imigratória, na década de 1930 ganhava força novas interpretações acerca da formação racial brasileira, cujas perspectivas dialogavam com o ideal de Brasil moderno e socialmente desenvolvido pretendido pelo Estado. Para tanto, as teorias raciológicas, elaboradas no século XIX, deveriam ser superadas, reclamando novas orientações conceituais (ORTIZ, 1994). A reorientação da temática racial era de suma importância, dada à relevância do debate racial para a compreensão do Brasil e devido a sua relação com as discussões acerca da identidade nacional (MUNANGA, 2004).

Esses novos olhares partiram de autores como Gilberto Freyre e Arthur Ramos²², que inspirados na Antropologia Cultural de Franz Boas²³, propuseram uma abordagem culturalista da questão racial brasileira, criticando o biodeterminismo predominante até a década de 1930. Arthur Ramos, ao articular os conceitos de raça e cultura positivou as heranças culturais negras conferindo novos contornos ao panorama pessimista que pairava sobre a composição racial brasileira (SCHWARCZ, 1987).

Em “Casa Grande e Senzala”, publicada em 1933, por Gilberto Freyre, o sociólogo fez uma releitura do quadro agrário escravagista dos séculos XVI e XVII no nordeste brasileiro. Ao sinalizar o processo de miscigenação entre negros, índios e brancos, argumentou em favor de um hibridismo cultural que teria emergido em paralelo à mistura das raças. Ao positivar as heranças culturais africanas, Freyre respondeu a questão da identidade nacional ao deslocar a ênfase da biologia para a cultura, constituindo sólido argumento contrário ao determinismo biológico (MUNANGA, 2004).

O paternalismo do senhor de escravos e a docilidade do cativo, defendidos em sua escrita, foram noções realçadas na comparação com o convívio racial nos Estados Unidos, caracterizado por um racismo violento, segregacionistas e institucionalizado. O antropólogo Raimundo Nina Rodrigues²⁴, antes de falecer precocemente em 1906, defendia a adoção de leis criminais imputadas por “raça”, proposta que marca o que o Brasil teve de mais próximo em termos de segregação racial legal (SCHWARCZ, 1987, TELLES, 2003).

²² Discípulo intelectual de Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos reorienta seus estudos e, de adepto as teorias do evolucionismo social, passa a criticá-las a partir de novas bases teóricas de pesquisa (SCHWARCZ, 1987).

²³ Franz Boas foi um antropólogo norte-americano cujas teorias na Área da Antropologia Cultural apontavam para o equívoco conceitual de explicar as formas culturais a partir da constituição biológica dos povos. Os estudos sobre Antropologia Cultural foram amplamente desenvolvidos na época, sobretudo nos Estados Unidos, a partir da escola boasiana (BOAS, 2005).

²⁴ Catedrático da Escola de Medicina da Bahia, Nina Rodrigues foi o primeiro intelectual brasileiro a estudar a cultura africana, prevendo, inclusive, que o Brasil seria futuramente negro, sobretudo, na região nordeste do país. No tocante às discussões raciais, defendia a inferioridade negra acima de qualquer suspeita científica, advogando a impossibilidade da “raça” negra atingir o nível de cognição da “raça” branca (SCHWARCZ, 1987; TELLES, 2003).

Em sua classificação racial, Nina Rodrigues esteve indeciso quanto a posição do mulato, sendo ele próprio mestiço assim como boa parte da elite brasileira. Em virtude disso, a miscigenação consistia em um impasse para os eugenistas e demais intelectuais, que em parte, oscilaram em suas conclusões sobre os mestiços. A ambiguidade de Rodrigues quanto a classificação mestiça impediu que ele e outros membros da elite investissem em segregações extremistas como as dos Estados Unidos e da África do Sul, notabilizadas no final do século XIX e início do século XX (TELLES, 2003).

Especialmente nas décadas de 1920 e 1930, os debates sobre raça foram amplamente fomentados por Estados nacionais com pretensões imperialistas, culminando em tragédias de grandes proporções. Nessa época, as discussões em torno do nacionalismo brasileiro investiram na desqualificação do conceito de raça, por se tratar de uma noção inapropriada ao projeto de modernização e nacionalização do Brasil. A inconveniência do racismo se explica pelo embate existente entre, de um lado, os efeitos negativos da miscigenação propalados pelas teorias racistas e, de outro, a importância dos negros e mestiços para engrenagem socioeconômica do país (GUIMARÃES, 1999).

As relações raciais, como área de estudos científicos, buscaram inspiração nos desdobramentos raciais manifestos nos Estados Unidos. Os cientistas sociais tomaram como paradigma as relações raciais norte-americanas para compreender a construção social das “raças” em outras sociedades. No Brasil, a adoção desse modelo acabou silenciando a existência de “raças” e, conseqüentemente, as desigualdades raciais brasileiras. Ao contrário dos Estados Unidos, o modelo brasileiro tinha como característica, ambígua e complexa, a evidente diferença de status social e de possibilidade de ascensão econômica coexistindo com a igualdade jurídica e com a ausência de distinções raciais formais (GUIMARÃES, 1999).

Em todo caso, embora a Casa Grande e Senzala tenha atribuído novas roupagens as heranças culturais africanas, sua escrita preservava concepções evolucionistas que discutiam em favor do branqueamento da nação. A dimensão eurocêntrica do culturalismo de Freyre previa que o branco iria adquirir novas feições culturais na relação bilateral com africanos e indígenas, estes em menor proporção (SCHWARCZ, 1987). Ademais, Gilberto Freyre manteve em sua obra os conceitos de superioridade e inferioridade racial, além de romantizar a violência sexual praticada durante o período escravista (SCHWARCZ, 1998).

Apesar disso, Gilberto Freyre mostrou que negros, índios e brancos legaram contribuições positivas a cultura brasileira, especialmente no tocante ao estilo de vida – comida, indumentária, etc. Assim, a miscigenação, que até aquele momento era vista como degenerativa, foi reescrita como caráter positivo do Brasil, permitindo completar os traços de

uma identidade há muito tempo esboçada. A ideia de democracia racial teria se constituído a partir da miscigenação de aspectos culturais e raciais, dando origem à crença de um povo democrático e sem preconceitos, dado o rompimento de fronteiras entre os aspectos biológicos e culturais específicos de cada raça (MUNANGA, 2004).

A dispersão da obra *Casa Grande e Senzala* propiciou mudanças nas maneiras como os cientistas e a sociedade brasileira, de forma ampla, reconhecia os povos africanos e seus descendentes no Brasil. Freyre, ao viabilizar a apropriação intelectual do conceito antropológico de cultura e ao positivar as heranças africanas à civilização brasileira, atribuiu descrédito a noções racistas como as de Nina Rodrigues, que na época ainda eram postulados influentes nos círculos intelectuais brasileiros²⁵ (GUIMARÃES, 1999).

Portanto, foi durante o Governo Vargas que a miscigenação tornou-se uma especificidade da civilização brasileira, construindo a base sobre qual foi pensada a nova narrativa da nação. A significação positiva da miscigenação esteve no cerne das estratégias políticas do Estado, já que ela sedimentava o discurso da não existência do racismo e dos conflitos raciais no Brasil moderno. Assim, a miscigenação passou a estruturar as narrativas acerca da identidade nacional e o mestiço brasileiro tornou-se a prova da ausência de preconceitos por raça ou cor no país (SPECHT, SILVA, 2014).

Nesse sentido, o mestiço foi transformado em ícone nacional, uma representação de nossa identidade mista na biologia e híbrida na cultura, isto é, no samba, no carnaval, no candomblé e no futebol. Porém, o discurso do “mestiço nacional” desafrikanizou vários elementos da cultura negra, simbolicamente clareados – caso da feijoada, do samba e da Capoeira. Por esse motivo, a valorização do mestiço era uma retórica que não se concretizava do ponto de vista cultural e social, visto que a população negra/mestiça ainda sofria com a discriminação racial (SCHWARCZ, 1998).

Diante da inexistência de distinções raciais institucionalizadas, o racismo brasileiro se reproduzia na relação contraditória que existia entre o direito formal à cidadania e a parca efetividade desses direitos do ponto de vista prático, cerceados pela violência e pela pobreza cotidiana. Esse quadro refletia a situação de exclusão social do negro, desprovido do íntegro acesso à cidadania e a possibilidade de ascensão social. A cidadania restrita e a distância econômica e educacional com os brancos colocavam a mostra a estrutura e os efeitos do racismo brasileiro (TELLES, 2003; GUIMARÃES, 1999).

²⁵ De acordo com Antonio Alfredo Guimarães (1991), as premissas racistas de Nina Rodrigues e de Cesare Lombroso fruíram de respaldo intelectual até meados do século XX nas instituições de Direito do Brasil.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a 5ª sessão da Conferência Geral da Unesco, realizada em Florença, autorizou a proposta de realização de uma pesquisa no Brasil sobre relações étnico-raciais, que pretendia identificar os fatores econômicos, sociais, políticos e psicológicos favoráveis ou não às relações sociais positivas entre as “raças” e os grupos étnicos (GRIN, MAIO, 2013).

Como parte das providências antirracistas da agência internacional, os estudos sobre as relações raciais no Brasil, patrocinados pela Unesco, foram realizados entre os anos de 1950 e 1953 e pretendiam descobrir os segredos da harmonia racial brasileira em um contexto marcado pelo racismo e pelo genocídio. O projeto reuniu cientistas sociais brasileiros, como Florestan Fernandes, que em perspectiva contrária à de Gilberto Freyre, acenou para generalização do racismo na sociedade brasileira a partir de dados sociológicos que mostravam uma forte relação entre “raça”, “cor” e status socioeconômico na dinâmica racista do país (GUIMARÃES, 1999; TELLES, 2003).

Cumprir lembrar, que na década de 1930 o movimento negro já vinha sinalizando sobre a existência do racismo na sociedade brasileira. Foi nesse cenário que surgiu a Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, em São Paulo, movimento que emerge e potencializa o debate racial da época ao denunciar a marginalização da população negra. A FNB foi a mais expressiva entidade negra do país das primeiras décadas do século XX. Com o lema “Congregar, Educar e Orientar”, a Frente Negra pretendia aglutinar as diversas organizações associativas a fim de constituir um movimento negro denso e global. O movimento que chegou a abarcar cerca de 20 mil pessoas organizou departamentos artísticos, esportivos, jurídicos, médicos, pedagógicos e de imprensa, este último com a publicação de um jornal próprio denominado “A Voz da Raça” (DOMINGUES, 2007; 2013).

A organização negra fez emergir ainda o jornal “A Raça”, em 1935, em Uberlândia (MG) e o jornal Alvorada, de Pelotas (RS), periódico da imprensa negra de maior longevidade do país – de 1907 a 1965²⁶. Tais jornais denunciavam as distintas mazelas, além de serem tomados como lócus de discussão sobre as formas de enfrentamento ao racismo na sociedade brasileira do início do século XX, servindo de veículo para evidenciar um regime de segregação racial que ocorria em diversas cidades do país. Com o intuito de congrega as comunidades e sujeitos negros, assim como constituir um senso de solidariedade e resistência contra as representações negativas associadas aos negros e sua cultura, a imprensa negra

²⁶ Além desses, ainda é possível destacar a circulação dos seguintes periódicos da imprensa negra: “O Alfinete (1918)”; “A Liberdade (1919)”; “O Kosmos” e “O Elite” (1924), “Escravos” (1935), “O Progresso” (1931); “Promissão” (1932); “Cultura Social e Esportiva” (1934), dentre outros (DOMINGUES, 2007).

constituiu um sistema de representação positivado sobre sua ancestralidade, constituição estética e modos de organização cultural. Porém, assim como todas as outras organizações político-partidárias, a Frente Negra Brasileira foi extinta com o Estado Novo (1937-1945), (DOMINGUES, 2007; 2013).

Além do associativismo negro, foram realizados os Congressos Afro-Brasileiros, em 1934, no Recife e em 1937, na Bahia. O sociólogo Gilberto Freyre, sob assistência de seu primo, o professor e psiquiatra Ulysses Pernambuco, organizou o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1º CAB) no Teatro Santa Isabel, entre os dias 11 e 16 de novembro. O 2º Congresso Afro-Brasileiro (2º CAB) ocorreu foi realizado entre os dias 11 e 20 de janeiro, no Instituto Nina Rodrigues e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) (SILVA, 2010; SKOLAUDE, 2014).

Esses eventos abrigaram perspectivas que confrontavam as teorias da época ao problematizar os pressupostos teórico-metodológicos do racismo científico. Os congressos propuseram uma reestruturação do campo analítico dos estudos africanos/afro-brasileiros e das relações étnico-raciais, propondo a substituição do conceito biológico de “raça” por cultura. Essa reorientação conceitual pretendia apontar para o caráter social das diferenças étnico-raciais (SILVA, 2010).

Entretanto, o caráter positivo da influência africana e afro-brasileira no país não foi um total consenso entre as teses apresentadas nesses congressos. Ainda que os eventos tivessem oportunizado espaços de discussão crítica sobre as teorias do racismo científico, algumas teses apresentadas fundamentaram suas análises em aspectos biológicos, eugênicos e biotipológicos de degeneração racial de negros e mestiços (SKOLAUDE, 2014).

Em suma, na década de 1930 a “democracia racial” foi propalada como um verdadeiro mito de Estado, de tal modo que menosprezava a discriminação racial e as desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos (SCHWARCZ, 1998). Baseada na dupla miscigenação entre aspectos biológicos e culturais, a “democracia racial” penetrou na sociedade brasileira e permitiu a elite política acobertar o racismo e desarticular conflitos e mobilizações de enfrentamento às desigualdades raciais (MUNANGA, 2004).

Na busca pela coesão social e construção de uma opinião pública favorável ao Estado, Vargas criou já em 1931, o Departamento Oficial de Publicidade e, em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que na época esteve a serviço do Governo. O DIP compreendia o controle político do cinema, do rádio, do teatro e da imprensa periódica, censurando as publicidades contrárias as ideologias pertinentes ao regime (FAUSTO, 2015). Assim, em um período de cerceamento dos artefatos da imprensa, Hollanda Loyola assumia,

em 1939, a editoração técnica da Revista Educação Physica, periódico apreendido nesta dissertação como fonte de pesquisa e análise histórica.

2.4 A REVISTA EDUCAÇÃO PHYSICA COMO FONTE DE PESQUISA

Ao longo dos tempos os paradigmas da História relegaram ao limbo da disciplina os usos da imprensa como fonte história. Em sua busca incessante pela “verdade das coisas”, os pesquisadores a julgaram poder acessá-la somente por meio de documentos “confiáveis”, por esse motivo, a adoção de revistas e jornais como fonte de pesquisa por muito tempo enfrentou resistência acadêmica. A objeção quanto aos usos de periódicos como local de documentação do passado foi uma perspectiva que orientou a historiografia durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Sobrepujado o entendimento de que a isenção política era característica de documentos específicos, a historiografia passou a reconhecer que qualquer artefato cultural eleito como fonte histórica possuía legitimidade, devido ao seu estatuto de produto socialmente construído a partir de relações distintas de poder: étnico-raciais, de gênero, econômicas, religiosas, científicas, políticas, etc. (FERREIRA, 2009).

As relações de poder que constituem os documentos informam também sobre a multiplicidade de ângulos que um mesmo artefato pode ser visto e analisado. Na qualidade de fonte de pesquisa, a Revista Educação Physica já foi objeto de variados olhares, como exemplo, citamos a tese defendida por Silvana Vilodre Goellner (2003), “Bela, maternal e feminina: Imagens da mulher na Revista Educação Physica”, onde a autora, fundamentada na História e na História da Mulher, explorou os modos como o periódico representava o feminino. Omar Schneider (2003), em “A revista Educação Physica (1932-1945): Estratégias editoriais e prescrições educacionais” lançou mão da História Cultural e da *arqueologia dos objetos* para compreender os procedimentos e as intervenções usadas pelos editores da revista para construir um projeto editorial durante os treze anos de veiculação do periódico. Na tese, “O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)”, Edvaldo Gois Junior (2003) recorreu às publicações da Revista Educação Physica para comparar o discurso dos higienistas do início do século XX com o dos intelectuais do campo da saúde e da Educação Física do final do século. Em “A Revista Educação Physica e a Eugenia no Brasil (1932-1945)”, Tarciso Alex Camargo (2011) analisou as relações da Eugenia com a

Educação Física a partir do debate proposto pelo periódico. De autoria de André Luiz dos Santos Silva (2014), a tese “Nos domínios do corpo e da espécie: Eugenia e Biotipologia na constituição disciplinar da Educação Física”, investigou as inserções do debate eugênico e biotipológico na Educação Física entre os anos de 1930 e 1940, período em que a Área constituiu-se como disciplina²⁷.

Corroborando com a relevância da Revista Educação Physica como fonte de pesquisa, Renée Zicman (1985) afirma que para alguns períodos a imprensa periódica se constituiu como única fonte de reconstituição histórica, o que permitiu aos pesquisadores um melhor conhecimento sobre as condições de vida e as características sociais, políticas e culturais de determinadas sociedades.

No Brasil, até meados do século XX, a imprensa foi um instrumento de opinião pública que se caracterizava pela defesa de posições ideológicas, cumprindo funções importantes no cenário político. Nesse sentido, por agir sempre no campo ideológico, os debates veiculados por jornais e revistas não eram “informações dadas ao azar, mas ao contrário, denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação”, uma vez que os periódicos noticiavam as matérias segundo seu próprio “filtro” (ZICMAN, 1985, p.90).

Nos idos 1930-1940, especialmente, a imprensa brasileira foi alçada a instrumento político de controle da população. Com efeito, o uso da imprensa como estratégia de propaganda política sempre foi característica de regimes políticos, contudo, em Governos ditatoriais essa tendência adquire contornos mais evidentes (LUCA, 2008).

Com a instauração do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas passou a utilizar a imprensa como estratégia de controle social, censurando e monopolizando as informações veiculadas pelos meios de comunicação. O domínio sobre os artefatos da imprensa tinha em vista conferir legitimidade ao Estado Novo, obter aprovação dos trabalhadores à política varguista e garantir a paz, a ordem e a segurança pública. Para fins de efetivo controle, o Governo criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que garantia a intervenção do Estado nos meios de comunicação - jornais, revistas, rádio, cinema, etc. (CAPELATO, 1999).

A dimensão do controle e da manipulação varguista sobre a imprensa pode ser estimada quando se notifica que as instituições jornalísticas bem como os profissionais da imprensa, somente puderam exercer as suas funções se obtivessem registros outorgados pelos órgãos do DIP. Advogando que haveria nos jornais inerentes inclinações políticas, o Estado

²⁷ As pesquisas relacionadas estão disponíveis para acesso no Catálogo de Teses e Dissertações do portal CAPES, através do link: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/>.

estabeleceu que a “natureza” política da imprensa deveria desempenhar funções públicas atreladas aos interesses do Estado (CAPELATO, 1999).

Como artefato da imprensa, a Revista Educação Physica é concebida nesta pesquisa como local por onde transitaram interesses políticos, desconsiderando a perspectiva de “veículo imparcial de informações” sobre a Educação Física. Embora tenha sido um periódico editado para atingir um público específico, nos capítulos seguintes será possível perceber que a revista potencializou discussões que aludiam às demandas sociais, políticas e econômicas do seu tempo.

Nessa perspectiva, a Revista Educação Physica acabou veiculando representações que interseccionavam concepções de corpo negro e trabalho. A despeito disso, foram identificadas poucas fontes que debatiam abertamente sobre os efeitos da “raça” e da miscigenação para a formação da nação. Por outro lado, o número limitado de fontes de forma alguma indica o descrédito do periódico como fonte de pesquisa sobre o debate racial dos anos 1930-1940. Lilia Schwarcz (1987, p. 14), ao analisar as representações negras nos jornais veiculados em São Paulo, durante o século XIX, indica que “a partir de um só artigo é possível apreender dimensões diversas, diferentes imagens que nos falam sobre a condição e situação negra [...]”.

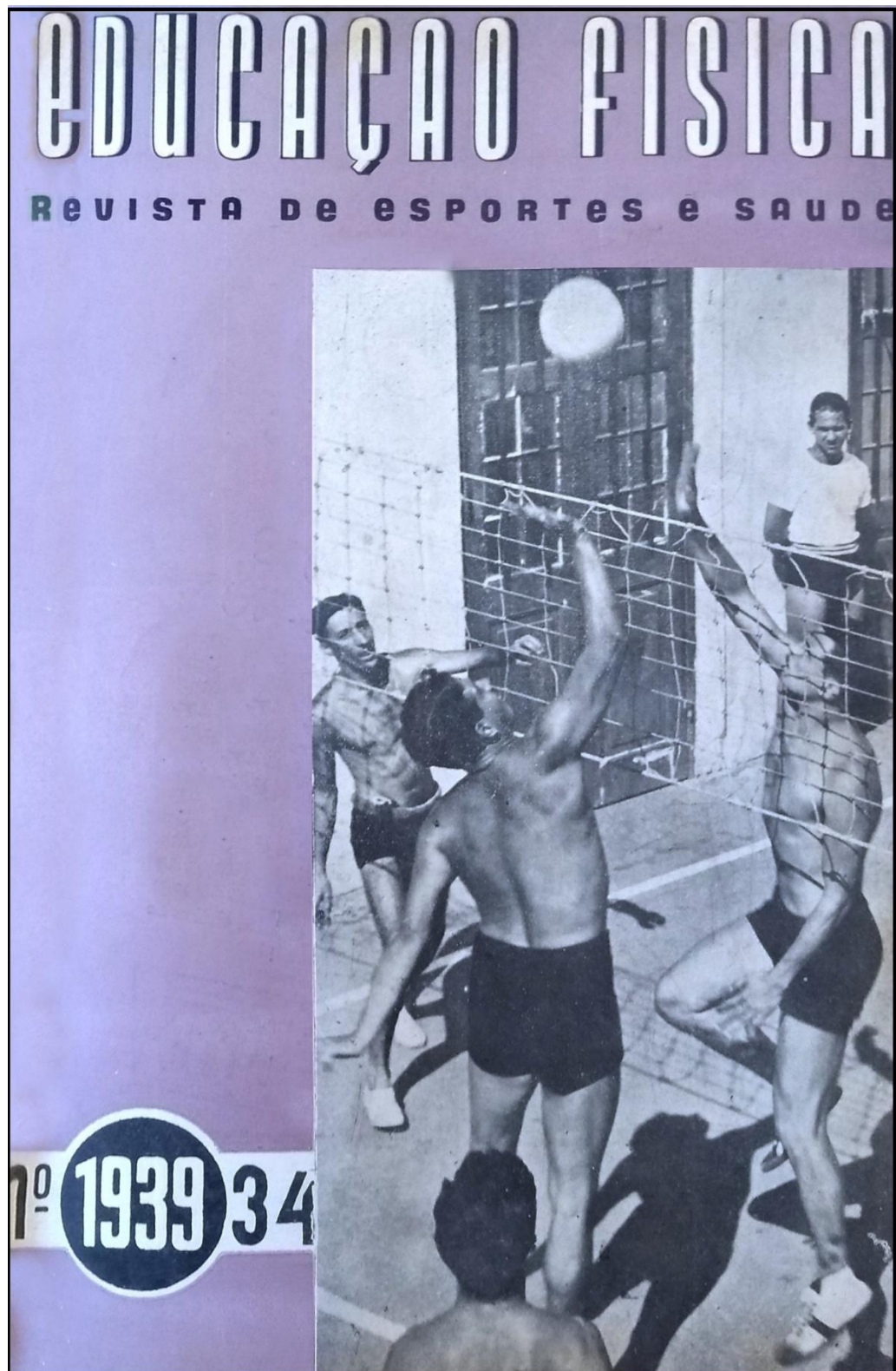
Por esse motivo, a Revista Educação Physica se tornou um local privilegiado de acesso à compreensão do contexto político de sua época, indicando íntimas relações com o universo cultural, com os valores sociais e com os projetos políticos almejados para o Brasil.

Portanto, em um contexto marcado por um complexo debate em torno da definição do tipo racial brasileiro, o periódico não se mostrou alheio às discussões e sustentou noções de “raça”, miscigenação e corpo negro a partir das imagens e textos veiculados em seu editorial. Essas noções em certos momentos foram potencializadas ou negadas, mas, de qualquer forma, pareciam “[...] construir uma espécie de caleidoscópio no qual, com um único jogo, e com os mesmos elementos, formam-se múltiplas imagens” (SCHWARCZ, 1987, p. 99).

Quanto à apresentação e a estrutura interna do periódico, ao lado esquerdo das capas, na parte inferior, a Revista Educação Physica informa aos leitores o ano e número de cada exemplar. Na parte superior, centralizado, em letras versais e cobrindo toda a largura da folha, figura o nome do impresso em letras brancas - “EDUCAÇÃO FÍSICA” e logo abaixo os escopos da revista em letras pretas - “REVISTA DE ESPORTES E SAÚDE²⁸”, como mostra as imagens abaixo:

²⁸ Cabe mencionar que esta dissertação privilegia o nome inaugural do periódico que, em 1932, foi lançado como “Educação Physica: Revista Técnica de Esportes e Atletismo”. A partir do seu terceiro exemplar (dezembro de 1937), passou a ser intitulada “Educação Physica: Revista Technica de Esportes e Saúde”. Na edição seguinte foi

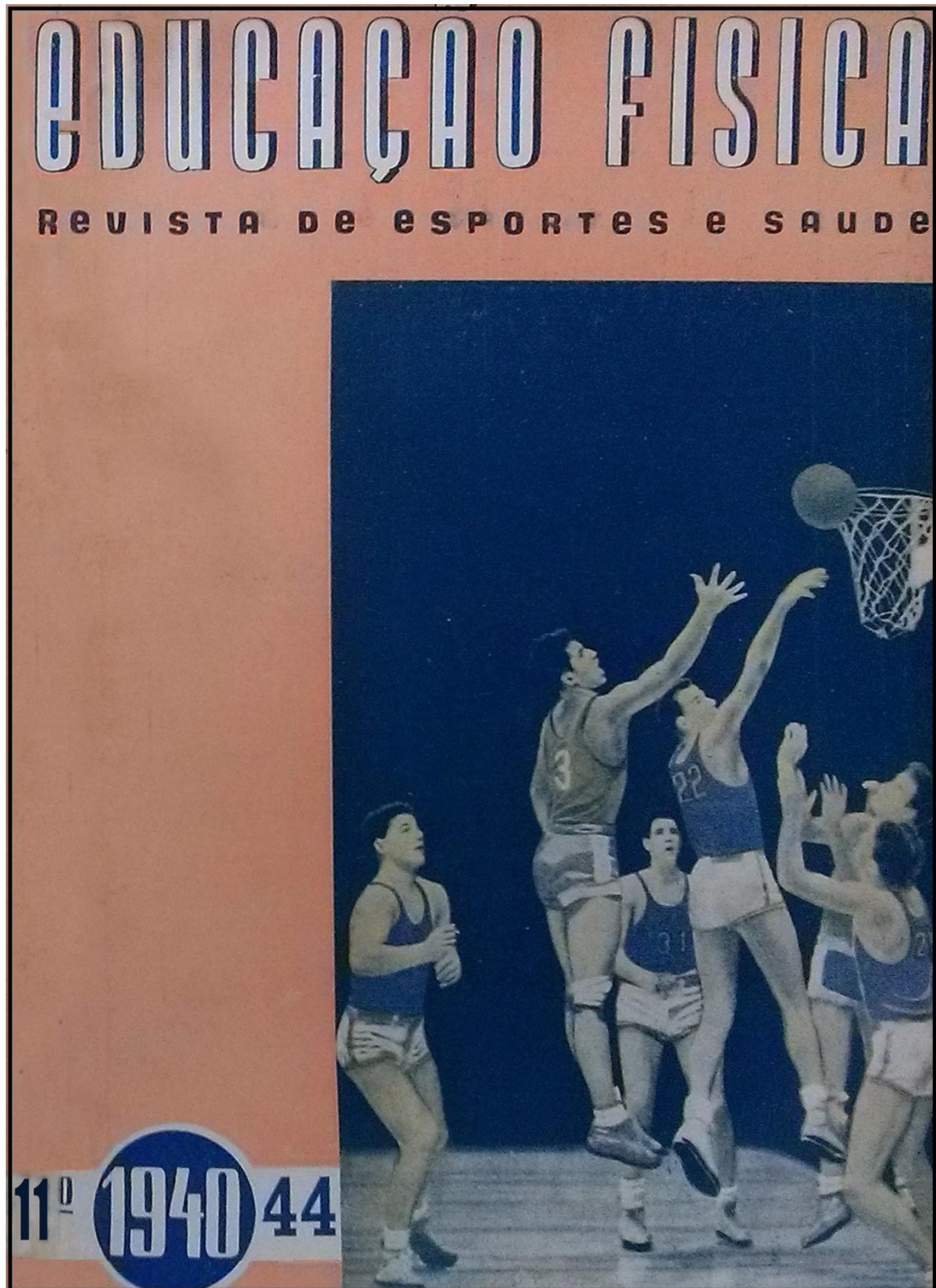
Figura 1: Capa da edição 34



Fonte: Revista Educação Física, ed. 34, 1939.

veiculada como “Educação Física: Revista de Esportes e Saúde” e a partir do exemplar nº 28/29, passou a ser editada como “Educação Física: Revista de Esportes e Saúde”, nomenclatura inalterada até a sua última edição, em 1945 (SCHNEIDER, FERREIRA NETO, 2004).

Figura 2: Capa da edição 44



Fonte: Revista Educação Física, ed. 44, 1940.

Todas as edições analisadas possuem um número de páginas que oscila entre 70 e 80 folhas e as matérias internas são organizadas em trezes seções. Entretanto, chama atenção o

fato de que o índice das edições não está organizado em ordem numérica. O artigo “A máquina humana e seu combustível”, por exemplo, aparece como primeiro artigo do índice da edição 34, seguido pelo texto “Não sabemos como comer, mas sabemos dar lições...” localizado na página 47. Em vista disso, a organização interna do periódico obedece a um sistema aleatório de distribuição dos textos, tal qual apresentado no índice. Além disso, na parte interior do periódico os textos publicados não possuem cabeçalho que indique a qual seção o texto lido estaria vinculado, portanto, esta informação seria obtida exclusivamente no índice dos exemplares.

Outra particularidade do editorial da revista diz respeito ao “fracionamento” de algumas publicações, pois foi comum encontrar textos que iniciavam em uma página e eram concluídos em páginas posteriores, com uma defasagem significativa de folhas. Na edição 37, por exemplo, o artigo “Educação Física e a futura raça brasileira” inicia na página 10 e se estende até a página 13, onde é informado ao leitor que será concluído somente na página 60. Em outros casos, ainda ocorre de uma publicação iniciar em um exemplar e terminar somente na edição seguinte, onde é advertido ao leitor que se trata da continuação de um texto publicado na edição anterior.

Ao que tudo indica, talvez essa tenha sido uma estratégia empregada pela equipe diretiva da revista para seduzir os leitores a “correr os olhos” por toda a edição do periódico e também, como forma de fomentar a compra das edições posteriores à adquirida, sobretudo, diante do evidente investimento da revista em filiar novos assinantes e divulgadores.

Em comum a todas as edições analisadas, ao lado esquerdo do índice, a Educação Physica apresenta aos leitores suas finalidades políticas, sociais e pedagógicas, quais sejam: “EDUCAÇÃO FÍSICA tem por objetivo VULGARIZAR os princípios científicos e básicos da educação física: ESTIMULAR a prática dos esportes, como fator de aperfeiçoamento da raça; INCENTIVAR a formação de técnicos especialistas; PROPAGAR os fins morais e sociais das atividades físicas; DESPERTAR a atenção pública para esse aspecto do problema educativo; COADJUVAR o governo e instituições particulares na execução de seus programas de educação física”.

Assim sendo, no capítulo seguinte exponho o posicionamento da Revista Educação Physica acerca da formação racial brasileira, evidenciando as perspectivas dúbias dos editores da revista quanto às discussões ligadas ao determinismo biológico, ao branqueamento e ao pessimismo racial. Além disso, abordo as publicações que põe em evidência o corpo negro nos esportes, mostrando que a partir dessas representações o periódico veiculava a imagem do “negro esportista” e apto às atividades físicas e braçais.

3 O “NEGRO ESPORTISTA”: UM CORPO PRODUTIVO

Afinada às pretensões políticas do Estado, a Educação Física esteve envolvida na tarefa de potencializar a unidade racial da nação e intensificar a capacidade de trabalho a partir do avigoramento físico da população. Na busca por representações do corpo negro associadas ao trabalho, percebeu-se que a Revista Educação Physica concedeu um modesto espaço de visibilidade ao homem negro nas suas publicações. Em geral, esteve representado nas práticas esportivas do boxe, do atletismo e do futebol e em algumas publicações apareceu como “objeto” de discussões acerca da constituição racial da nação.

Em paralelo à veiculação do periódico, como dito, transitava pelo Brasil um complexo debate sobre a definição do tipo racial brasileiro, cuja pauta atraía a atenção de políticos, intelectuais e da imprensa periódica, inclusive, da Revista Educação Physica e de seus leitores, que atentos às questões proeminentes do seu tempo, se reportaram ao periódico em busca de referências sobre o assunto.

Veiculada nas páginas finais de cada exemplar, a revista edita a seção “INFORMAÇÕES UTEIS: SECÇÃO DE CONSULTAS”, página destinada a responder perguntas pertinentes à Área²⁹. Sob a responsabilidade de Hollanda Loyola e precisamente no exemplar que inaugura o período de editoração técnica sob os seus cuidados, Elza Toledo, de Niterói, Rio de Janeiro, escreve à seção e questiona a revista sobre a possível existência de alguma classificação racial especificamente brasileira, como indica a figura abaixo:

Figura 3: Escala racial de Edgar Roquette-Pinto

ELZA TOLEDO Rio de Janeiro — Niterói
 — **Ha alguma classificação racial nossa? —**
 Temos a do Dr. Roquete Pinto, diretor do Museu Nacional que abrange quatro tipos: 1.º — Leucodermos = brancos; 2.º Faisodermos = brancos x negros comumente chamada mulatos; 3.º Xantodermos = branco x indio, o caboclo; 4.º Melanodermos = negros.

Fonte: Revista Educação Physica, ed. 34, 1939, p. 62.

²⁹ Seção que acolhia dúvidas relativas à “pedagogia da educação, técnica desportiva, medicina especializada, higiene e fisiologia aplicadas à educação física, biometria, história do esporte e da educação física”, dentre outras. INFORMAÇÕES UTEIS. Revista Educação Physica, 1939, ed. 34, p.62.

Em resposta a questão, Loyola apresenta a classificação racial desenvolvida pelo antropólogo Edgar Roquette-Pinto³⁰ em seu livro, “Notas sobre os *typos* antropológicos do Brasil”, publicado em 1928. Interessado em elaborar um retrato antropológico dos “tipos raciais brasileiros”, Roquette-Pinto analisou centenas de fichas antropométricas com dados de jovens de todo o país. Essa classificação (figura 1), que posiciona os negros na base da pirâmide racial brasileira, foi constituída a partir do estudo da composição psicossomática e dos efeitos do ambiente e da miscigenação nos indivíduos (SOUZA, 2011).

Apesar de negar a existência de hierarquias raciais, Roquette-Pinto entendia que cada grupo possuía características comportamentais e psicológicas congênitas. Assim sendo, suas pesquisas reiteraram noções comuns à época, tais como a concepção de que os mestiços possuíam traços afetivos e emotivos à parte dos atributos de intelecto e civilidade. Além disso, suas investigações também sustentavam a ideia de que os mestiços tendiam ao branqueamento, pois, baseado na genética mendeliana, identificava as caracteres raciais brancos como fatores hereditários supostamente dominantes³¹ (SOUZA, 2011).

Embora seus achados reafirmassem a tese do branqueamento, Roquette-Pinto teria sido um dos intelectuais brasileiros que melhor formulou críticas ao racismo científico, nesse sentido, suas ideias exprimiam a própria ambiguidade e os dilemas do debate racial brasileiro (SOUZA, 2011). Creditando as más condições de saúde, educação e saneamento as causas dos problemas raciais do Brasil, Roquette-Pinto se posicionava contrário ao radicalismo das teorias eugênicas. Em defesa do mestiço, o antropólogo profere “Notas sobre os *typos* antropológicos do Brasil” em 1929, em ocasião do I Congresso Brasileiro de Eugenia, texto que se tornaria umas das referências para a elaboração da obra “Casa Grande e Senzala”, publicada por Gilberto Freyre, em 1933 (SILVA ALS, 2014).

Sem ignorar as críticas de Roquette-Pinto ao determinismo biológico, no âmbito da classificação racial publicada pela Revista Educação Physica (figura 1), estaria presente um discurso biodeterminista que se constituía a partir de uma relação dicotômica: emoção *versus* razão – negro em oposição ao branco. Portanto, nas estrelinhas dessa escala raciológica, a “condição negra” compreenderia aos domínios alheios a razão e a civilidade, estando muito próxima da natureza, da irracionalidade e da barbárie.

³⁰ Roquette-Pinto foi um antropólogo brasileiro reconhecido no cenário nacional. Antes da publicação de “Notas sobre os *typos* antropológicos do Brasil”, já havia publicado as obras “Rondônia”, em 1917 e “Seixos Rolados: Estudos Brasileiros”, em 1927. A autoria dessas obras, inclusive, o credenciou a compor a Academia Brasileira de Letras, a partir de 1928. Além disso, assumiu a chefia da Quarta Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia, em 1924 e a direção do Museu Nacional, em 1926 (SOUZA, 2011).

³¹ A genética mendeliana compreendia a transmissão de características por hereditariedade. A esse respeito indico: “A perfeição expressa na carne: A educação física no projeto eugênico de Renato Kehl – 1917 a 1929” (SILVA, 2008).

O debate racial instigado pela leitora Elza Toledo tornou a aparecer no artigo, “Educação Física e a futura raça brasileira”, assinado por Manuel Lourenço Filho³² e publicado em 1939, no exemplar nº 37 da Revista Educação Physica, na seção “Doutrina”. A convite de Gustavo Capanema, Lourenço Filho esteve envolvido na organização de políticas educacionais do Ministério da Educação e Saúde, durante o Estado Novo (BOMENY, 1999). Com respaldo político, Lourenço Filho (1939, p. 11) escreve à revista e adverte que poucos haviam “calculado o quanto a Educação Física precisa ser parte nos projetos de [...] realização [da] pátria ideal”.

Ao tratar sobre a importância cívica da Educação Física, Lourenço Filho argumenta em favor da cultura esportiva e dos seus efeitos positivos no tocante ao apuramento racial da nação. Na visão do autor, a miscigenação entre negros, índios e brancos teria criado um povo sentimentalista e pouco produtivo, nesse sentido, defendia que a regeneração da raça passaria pela Educação Física, em virtude da saúde e do “otimismo sadio que instala [...] a vida esportiva” (LOURENÇO FILHO, 1939, p.12). Dedicando especial atenção às características raciais do povo brasileiro, o autor prossegue sua escrita dizendo:

“Não se deu no Brasil, diz Tasso da Silveira, como em outros jovens países, a transplantação de uma velha raça europeia que se conservasse quase intacta [...] Nós viemos verdadeiramente do princípio, começamos a constituir uma raça verdadeiramente nova” (SILVEIRA *apud* LOURENÇO FILHO, 1939, p.12).

Lourenço Filho retira essa passagem do artigo, “A consciência brasileira”, escrito por Tasso Azevedo da Silveira³³. O referido texto integrava o livro “À Margem da História da República”, composto por uma coletânea de artigos organizada por Vicente Licínio Cardoso³⁴ e publicado em 1924. Além de Tasso da Silveira, a coletânea reunia ensaios de respeitados intelectuais da época, caso de Gilberto Amado, Tristão Atháide e Oliveira Vianna. Em geral,

³² No início do século XX, Lourenço Filho cooperou ativamente para a constituição da Educação e da Psicologia como campos de saber científico, dedicando parte de suas pesquisas à divulgação de saberes psicológicos aplicados à Educação. Nesse sentido, prestou notáveis serviços à Área educacional, com destaque para: a participação nas Reformas Educacionais do Ceará, em 1922 e de São Paulo, em 1930; a direção do gabinete de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde; a atuação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932 e a direção do Departamento Nacional de Educação e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, em 1937 (SGANDERLA, CARVALHO, 2008; SILVA, CUNHA, 2013).

³³ Na década de 1920, o escritor Tasso da Silveira compôs a corrente literária conhecida como *espiritualista*, formada no Rio de Janeiro. Por intermédio da literatura, os *espiritualistas* pretendiam recuperar os valores morais e espirituais do ser humano. Com intuito de divulgar seus ideais, os *espiritualistas* passaram a editar a revista “Festa”, que teve em Tasso da Silveira um de seus idealizadores (ARAÚJO, 2011).

³⁴ Vicente Licínio foi um intelectual brasileiro adepto a doutrina positivista. Na década de 1920, suas obras discutiam sobre o Estado, a cultura e a formação de uma nacionalidade brasileira. Em “À Margem da História da República”, Vicente Licínio pretendia responder às causas do fracasso da experiência republicana brasileira (GOMIDE, 2005).

os ensaios da coleção lançavam um olhar pessimista sobre o povo brasileiro, tido como despolitizado, analfabeto, doente e desordeiro (CARVALHO, 2003).

Em consonância com o pessimismo dos ensaístas da coletânea, na Revista Educação Physica, Lourenço Filho discute sobre os problemas do povo brasileiro dando a entender que seriam efeito da miscigenação. Porém, em paralelo ao seu pessimismo quanto a mistura racial, usa como metáfora “as três côres originárias da raça” para prever o surgimento do futuro brasileiro:

“As contribuições migratórias [...] coloram com seus contingentes, aqui e ali, de matizes novos o país. A força diluidora do tempo esfumará harmoniosamente as manchas fortes. Há de ver-se, então, o brasileiro do futuro, desempenhando a sua missão, grande e significativa [...]” (LOURENÇO FILHO, 1939, p. 11 e 12).

Diluir “as manchas fortes” significa, em sentido implícito, clarear a pele da população, tornando branca a cor do “brasileiro do futuro”. Embora o Brasil não tivesse “transplantado uma raça europeia”, Lourenço Filho atestava, veladamente, que a mistura entre as raças estaria conduzindo o país a um pacífico processo de branqueamento. Uma vez que a filiação racial no Brasil se definia através da aparência física, o “desescurecimento” da população colocava os negros sob o risco iminente de desaparecer.

O branqueamento subentendido na escrita de Lourenço Filho soa como uma solução viável ao sentimentalismo e a improdutividade do povo brasileiro, características que, naquele momento, eram impensáveis ao Brasil, que por estar em processo de industrialização reclamava pela capacidade produtiva do povo brasileiro. Uma vez que a população seria a base tanto da riqueza como do poderio do Estado, nos termos de Foucault (2008b), o branqueamento surge como estratégia biopolítica³⁵ capaz de garantir que essa população trabalhe e se constitua essencialmente como força produtiva.

A aderência de Lourenço Filho ao branqueamento se deu em um período marcado pelo aparecimento de novas narrativas sobre a nação, que inversamente as suas considerações, viam a miscigenação como característica genuína do país. Conforme Emanuel Tadei (2002), naquela época a miscigenação se tornava uma estrutura discursiva que balizava as maneiras de pensar e falar sobre o Brasil, o que atribuía certa racionalidade a identidade brasileira.

³⁵ Biopolítica é um termo empregado por Michel Foucault (2005, p. 289) para designar a forma pela qual a espécie humana, a partir do século XVIII, foi inserida em uma dinâmica de poder que racionalizou a vida biológica, um fenômeno que passou a funcionalizar o poder ao nível da espécie e da raça. Não apenas centrado em técnicas de disciplinamento individual, o biopoder atuaria sobre “a multiplicidade dos homens, [...] uma massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, [...] como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.”.

Como estratégia de controle da população, Tadei (2002, p.3) identifica a miscigenação “[...] como um conjunto de saberes e de estratégias de poder que atua sobre a nossa identidade nacional, tendo como objetivo integrar e tornar dóceis as etnias que estão na raiz de nossa nacionalidade [...]”, nessa direção, ao diluir-se no contexto nacional, a miscigenação criaria “uma consciência entre todos esses elementos díspares, gerando subjetividades dóceis, mal delimitadas e manipuláveis”.

Assim sendo, dentre as formas de gestão política da população esteve à miscigenação, como estratégia discursiva capaz de torná-la reconhecidamente “homogênea”. Em um contexto de construção do Estado nacional, a miscigenação permitia ao país pensar-se uno em termos raciais e, com isso, dissimular possíveis conflitos emergentes da discriminação racial (SPECHT, SILVA, 2014).

Apesar de o branqueamento ter sido uma tese influente até a década de 1930, de modo mais velado e comedido persistia no Estado Novo, permeando as discussões ligadas à miscigenação e a imigração (SEYFERT, 1999). Como exemplo, em 1938, Afrânio Peixoto³⁶ publica “Clima e saúde — introdução bio-geográfica à civilização brasileira”. Em razão da superioridade da raça branca, da inexistência de negros puros e da fraqueza física e moral dos mestiços, o texto de Afrânio previa o branqueamento da nação em 200 anos (CUNHA, 1999).

Recaídas ao branqueamento racial também eram vistas nos textos publicados pela “Revista de Imigração e Colonização”, entre 1940 e 1945. Em 1940, Oliveira Vianna submete a esse periódico um artigo sobre as características antropológicas dos imigrantes semitas e mongóis e, assim como Lourenço Filho, advertia implicitamente sobre a possibilidade de a população escurecer. Nos trabalhos de Arthur Hehl Neiva, publicados em 1944, o autor projeta uma futura nação branca e estimula uma política seletiva que privilegie o imigrante branco e a contínua miscigenação como forma de clarear a raça brasileira (SEYFERT, 1999).

Outras menções a formação racial brasileira estiveram presentes no artigo, “Educação”, submetido à Revista Educação Physica por Pedro Calmon³⁷ e veiculado no exemplar nº 42, de 1940, na seção “Doutrina”. Interessado em definir o caráter do povo brasileiro, Pedro Calmon dedicou seus estudos a busca da origem da identidade nacional, aquecendo o debate racial que circulava no Brasil dos anos 30. Em 1933, publica “História da

³⁶ O médico e escritor Afrânio Peixoto, integrou o movimento higienista nas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro. Ao longo da década de 1930, Afrânio desenvolveu pesquisas alinhadas ao debate criminológico e a Antropologia Criminal lombrosiana (CUNHA, 1999).

³⁷ Pedro Calmon Muniz de Bittencourt nasceu em Amargosa - BA, em 1902. Entre os anos de 1920 e 1930, dedicou sua produção acadêmica ao debate relativo à nacionalidade e a formação do povo brasileiro. Além de historiador, Pedro Calmon também foi escritor, chegando, inclusive, a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1936 (ARAÚJO, 2006).

Civilização Brasileira”, livro que fez parte da “Coleção Brasileira”, organizada por Fernando de Azevedo e editada pela Companhia Editora Nacional (ARAÚJO, 2006).

Parte do debate proposto por Pedro Calmon, na Revista Educação Física, contrariava o artigo de Lourenço Filho, escrito, como vimos, sob a perspectiva do determinismo racial. Compreendendo o povo brasileiro como produto da miscigenação entre negros, índios e brancos, o autor afirma que:

“As raças em formação desconcertam os sábios e os seus cálculos, desorientam as teorias e os seus dogmas, arruinam os preconceitos e as suas leis presunçosas. O “melting pot” nacional criou, na heterogênea e variada população brasileira, a energia substancial das gentes rijas. Plástica atlética, corpulência sólida, espírito claro, forma e fibra de heróis. Lapouge e Gobineau recuariam, atônitos, êles que inventaram o mito da inferioridade das sub-raças de matizes transitórios – diante dessa juventude nortista bronzeada e robusta, do homem do litoral hercúleo e sadio e robusto, do homem meridional que, na cruz das correntes imigrantistas, não perdeu, na aparência ou na psicologia, nenhum dos traços nobres de sua origem caucásica” (CALMON, 1940, p.2).

Em passagem pelo Brasil em 1869, Arthur de Gobineau³⁸ atestaria a decadência dos povos mestiços devido aos efeitos negativos do sangue negro. Georges Lapouge³⁹, concluía na época, que o Brasil, ao longo de um século, iria se tornar um país predominantemente negro e, portanto, fadado à barbárie. Do ponto de vista desses intelectuais, a “promiscuidade” sucedida no período colonial havia produzido elementos degenerados e instáveis, desprovidos de qualquer condição de potencializar o progresso da nação (SCHWARCZ, 1987).

A tese de Gobineau foi expressa através da obra, “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas” (1858), na qual defendia a inferioridade negra e a superioridade racial ariana. Embora tenham sido considerações destituídas de critérios científicos, obteve respaldo acadêmico devido ao prestígio que o discurso biodeterminista conquistava no Ocidente. No ano posterior a publicação de Gobineau, Charles Darwin⁴⁰ publica “Origem das Espécies” (1859), literatura que conferiu rigor científico as suas ideias evolutivas (SILVA ML, 2015).

Essas teorias predominaram entre os intelectuais brasileiros até os anos 1930, criando um clima de pessimismo racial quanto ao futuro da nação, vista como incapaz de civilizar-se devido à influência degenerativa da população negra. Contrariando o determinismo racial de Gobineau, Lapouge e também, Lourenço Filho, o texto de Pedro Calmon advogava em favor

³⁸ Conde de Gobineau (1816-1882) residiu no Rio de Janeiro entre 1869 a 1870, vindo ao Brasil como representante da França. Ao observar a diversidade étnico-racial do país, declara que a miscigenação havia afetado todos os brasileiros, tornando o povo feio, preguiçoso e infértil (TELLES, 2003).

³⁹ O francês Georges Lapouge, foi um darwinista social cujos postulados científicos influenciaram diretamente os intelectuais brasileiros da época (SCHWARCZ, 1987).

⁴⁰ Produto de suas investigações e do descrédito que atribuía à teoria lamarckiana, Charles Darwin escreve “A Origem das Espécies” e aponta para a seleção natural como efeito de variantes evolutivas, conferindo pouca importância às influências externas (BLACK, 2003 *apud* SILVA ALS, 2014).

de um tipo nacional rijo, física e moralmente, que teria surgido da miscigenação entre as três raças formadoras da nação.

Na obra “História da Civilização Brasileira”, publicada anos antes de escrever à Revista Educação Physica, Pedro Calmon já discutia sobre os efeitos da miscigenação deslocando o foco da biologia para as teorias culturalistas. A perspectiva teórica do autor se construiu na esteira da influência do culturalismo, que eclodiu no Brasil na década de 1930 a partir da obra “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre. Com efeito, o debate racial sob a perspectiva culturalista já vinha sendo feito desde as décadas de 1910 e 1920, através dos trabalhos do antropólogo norte-americano Franz Boas. Ao adentrarem no Brasil, essas teorias passaram a confrontar as premissas do determinismo biológico (ARAÚJO, 2006).

Portanto, para Pedro Calmon o mestiço representaria o elemento genuinamente brasileiro, fruto da miscigenação física e psicológica entre negros, índios e brancos. Desprezando o pessimismo quanto à influência biológica da raça negra, o autor voltava-se para o campo da cultura em busca da identidade nacional. Todavia, Pedro Calmon não desprezou por completo as diferenças raciais evidenciadas pela biologia da época e ao tratar sobre a contribuição das três raças no processo de formação da nação brasileira, atribuiu relevo a superioridade do homem branco, simbolizada na figura do português, “como o grande articulador da civilização nascente, em meio a um espaço onde só havia aspereza, selvageria, paisagem [...]” (ARAÚJO, 2006, p. 73).

Embora o debate proposto por Pedro Calmon na Revista Educação Physica pudesse indicar sua posição favorável à miscigenação étnico-cultural, na mesma escrita apresentou um panorama contraditoriamente alinhado àqueles defendidos por Gobineau, Lapouge e Lourenço Filho. O argumento de que a miscigenação havia produzido “tipos raciais” fortes e robustos, cedeu lugar, na passagem abaixo, a noções próximas a degenerescência racial:

“Somos no mundo inteiro o povo mais necessitado de cultura física. Não há nisto um conceito convencional. Revela uma verdade séria. Exatamente porque somos um povo sem coesão étnica, sem tipo definido, sem antropologia estável, mais mesclado do que uniforme, mais nervoso do que musculoso, mais frágil do que forte, nas linhas provisórias do seu perfil irregular” (CALMON, 1940, p.2).

Portanto, nota-se que no mesmo texto o autor apresenta os brasileiros ora como indivíduos fortes e de moral rija, ora como indivíduos nervosos e frágeis fisicamente. Em páginas anteriores, vimos que Roquette-Pinto embora fosse abertamente contrário as teorias do racismo científico, suas pesquisas sobre os tipos antropológicos do Brasil acabaram reafirmando a tese do branqueamento racial. Ao encontrarmos ambiguidades semelhantes no artigo de Pedro Calmon, podemos dimensionar as controvérsias que envolviam as discussões

raciais contemporâneas à Revista Educação Physica, sujeitas a variadas influências teóricas e às relações de força existentes entre os diferentes grupos étnico-raciais em disputa por representação positiva. Tal fato também coloca em discussão a ausência da autoria negra nos debates sobre corpo, raça e miscigenação sustentados pelo periódico, já que não havia uma diversidade racial que escrevia na revista, mas sim, reconhecidos intelectuais brancos falando sobre o negro e sobre questões de suma importância para a comunidade negra.

De qualquer modo, em ambos os casos, Pedro Calmon deu enfoque a constituição física da população para avaliar os efeitos da mistura racial. Em paralelo a forma contraditória como reconhecia o tipo físico nacional, aspirava à definição dos traços característicos do homem brasileiro: “Queremo-lo rijo, vivaz, resistente e disciplinado” (CALMON, 1940, p.2). Para esses fins, via as práticas relativas à Educação Física como métodos oportunos para a formação do brasileiro, devido ao adestramento moral proveniente das atividades atléticas, da higiene das práticas esportivas e da saúde lograda pelos exercícios ginásticos.

Na esteira da centralidade atribuída aos aspectos corporais, Pedro Calmon construiu representações distintas de corpo masculino a partir de diferentes localizações geográficas. Compreendendo o nortista como indivíduo bronzeado e vigoroso e o homem do litoral como sadio e robusto, Calmon (1940, p.2) definia, em contrapartida, o homem meridional como indivíduo que não havia perdido “na aparência ou na psicologia, nenhum dos traços nobres de sua origem caucásica”.

Interessante observar como os enfoques dado ao corpo não são os mesmos para cada região. Nas regiões norte e litorânea, por exemplo, fica evidente a ênfase dada ao bronzeado da pele e ao vigor físico dos homens, enquanto na região meridional, a ênfase é transferida para a manutenção dos aspectos físicos e psicológicos de procedência caucasiana. Portanto, se em “História da Civilização Brasileira” Calmon discutia em proveito do mestiço como elemento étnico nacional (apesar de revalidar diferenças biológicas entre as raças), na Revista Educação Physica propôs um debate ambíguo que fragmentava o “tipo racial” brasileiro, indo na contramão do projeto de coesão étnico-racial almejado pelo Estado Novo.

Essa perspectiva não era exclusiva de Pedro Calmon, para Oliveira Vianna a homogeneidade dos grupos étnico-raciais da nação era um conceito usado de forma equivocada. Em 1933, em sua obra, “Raça e Assimilação”, Vianna afirmava que em cada região do Brasil havia se constituído um “tipo étnico” particular, sendo assim, seria mais adequado atestar a existência de “tipos locais uniformes” (ARAÚJO, 2006). Na obra “Os Sertões”, publicada por Euclides da Cunha em 1902, o autor já apontava para o mesmo fato, indicando que em diferentes partes do território nacional se constituíam indivíduos como

variadas características físicas e culturais. Em uma das obras mais emblemáticas daquele período, Euclides da Cunha defendia o sertanejo como o “cerne da nacionalidade” e descrevia o mestiço do litoral como elemento degenerado e incapaz de civilizar-se (MUNANGA, 2004).

Em sua caracterização dos “tipos raciais” de cada região, Pedro Calmon exalta, na Revista Educação Physica, a força e a aptidão física do mestiço das regiões litorânea e norte do Brasil. Ao fazer referência apenas às suas características físicas, silencia sobre a possibilidade de terem preservado parte da sua ascendência africana ou indígena, tal qual havia feito com os descendentes europeus da região meridional.

Nesse sentido, as representações construídas sobre o mestiço no periódico dialogavam com o seu entendimento acerca das contribuições dos povos africanos no processo de formação do Brasil. Mariele Araújo (2006), afirma que para Calmon a civilização do país só teria sido possível com chegada dos portugueses, relegando aos povos africanos apenas a contribuição do seu trabalho compulsório nas zonas agrícola, de mineração e também nos serviços domésticos. Desse modo, as referências exclusivamente físicas que fez aos mestiços na Revista Educação Physica dão a entender a aptidão desses indivíduos às tarefas braçais.

Interessante observar como essas representações sobre raça e miscigenação não eram uníssonas, nas páginas iniciais da edição nº 37, Miss Eva Louise Hyde, assina o texto “Educação”⁴¹, no qual constrói um “contra-discurso” ao determinismo biológico presente na escala racial de Roquette-Pinto (figura 1) e ao pessimismo racial de Lourenço Filho e de Pedro Calmon. Na época em que escreveu à Revista Educação Physica, Eva Hyde atuava junto ao Instituto Metodista Centenário (RS)⁴² e nas primeiras décadas do século XX, fez parte de um seleto grupo de missionárias norte-americanas composto por mulheres católicas e protestantes, engajadas em movimentos de reforma social, educacional, abolicionismos e sufragismos. Em 1932, inclusive, fizeram forte oposição aos princípios educacionais propostos pelos Pioneiros da Escola Nova (NETTO, 2017; SILVA EM, 2011; MIGOT, 2016).

No texto submetido ao periódico, Eva Hyde trata sobre a importância da educação moral na infância, apontando para o caráter socialmente construído de representações racistas, pois da sua perspectiva, muitos “dos preconceitos [...] de raça, classe social, ou religião de que

⁴¹ Eva Hyde publicou três textos na Revista Educação Physica, todos sob o título “Educação”, nas edições 36, 37 e 38. Curiosamente, em duas ocasiões seu nome foi anexado aos textos de forma equivocada, aparecendo como Eva Hâde no exemplar 37 e como Eva Haydé, na edição 38. Assim sendo, privilegiamos nesta pesquisa a escrita correta do nome da autora.

⁴² Eva Hyde, após dedicar cerca de quarenta anos de prática docente no Brasil, recebeu, em 1954, a Ordem Nacional do Mérito no Grau Oficial, homenagem destinada a generais e diplomatas de renome internacional (MESQUITA, 2005).

resultam intolerância e ódio e até perseguição de outros, são unicamente o resultado de hábitos de pensar adquiridos inconscientemente no meio social [...]” (HYDE, 1939, p. 2).

Descritas como classificações apreendidas socialmente, José Carlos Rodrigues (1986) nos lembra que os indivíduos são incapazes de ter experiências com sentidos isolados dos códigos do grupo social. Por se tratar de um sistema de classificação construído de forma inconsciente não é, portanto, fiel à realidade que lhe é exterior. Nesse sentido, o que indivíduos entendem como “mundo real” “é inconscientemente construído a partir dos códigos da sociedade. O cérebro humano seleciona e processa as informações que lhe oferecem os órgãos dos sentidos segundo um “programa” que lhe é introjetado pela socialização” (RODRIGUES, 1986, p.12).

Portanto, a definição do racismo como um “hábito socialmente adquirido”, transporta a noção de que o preconceito racial seria uma prática provida de consentimento social. Haja vista que o racismo pressupõe a existência de hierarquias entre as raças, as representações racistas somente fariam sentido em um contexto social no qual escalas raciais, como as Roquette-Pinto, fossem vistas como uma “verdade aceita” acima de qualquer suspeita.

Como parte estruturante das relações sociais das décadas de 1930 e 1940, o preconceito por “raça ou cor” apoiava-se na dispersão de representações racistas, que baseadas em estudos científicos, conferiam legitimidade e neutralidade ao racismo. Alinhados às teorias do racismo científico, Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro⁴³ e Waldemar Berardineli, por exemplo, defendiam a delinquência e o alcoolismo como atributos congênitos de negros e mestiços. Em 1935, Leonídio Ribeiro e Waldemar Berardineli receberam, em Turim, o prêmio Cesare Lombroso⁴⁴, por suas pesquisas afinadas aos debates neolombrosianos. O trabalho premiado evidenciava, entre negros e mestiços, sinais de “criminalidade étnica” manifesta na “natureza” dos seus corpos (CUNHA, 1999; SILVA ALS, 2014).

Assim sendo, nesse “jogo de representações”, intelectuais como Hollanda Loyola, Lourenço Filho, Pedro Calmon e Eva Hyde, estabeleciam relações com as lutas políticas em torno do debate racial a partir das representações que adotavam e colocavam em

⁴³ Leonídio Ribeiro esteve a frente das primeiras pesquisas realizadas pelo Laboratório de Antropologia Criminal, que reuniu médicos-legistas, clínicos especializados em endocrinologia e “antropologistas”. A equipe encabeçada por Ribeiro deu início às primeiras investigações biotipológicas destinadas à identificação criminal no país, em 1932 (SILVA ALS, 2014).

⁴⁴ Professor, médico e criminalista, Césare Lombroso (1835-1909) dedicou seus estudos à análise da delinquência e suas possíveis manifestações no corpo dos criminosos, advogando que era possível identificar marcas ou “desvios” nos corpos que fossem tendenciosos ao delito. Em 1870, Lombroso realiza a autópsia do cadáver do conhecido assassino “Jack o estripador” e percebe que, no interior do crânio do assassino, há uma cavidade comum em outras espécies de animais de níveis inferiores de evolução. Sendo assim, depreende que a delinquência carregaria marcas de animalidade (SILVA ALS, 2014).

funcionamento como “verdadeiras”. Enquanto as publicações dos demais autores alinhavam-se ao biodeterminismo e ao pessimismo quanto à mistura racial, Eva Hyde, em contrapartida, identificava o preconceito racial como prática socialmente construída e (re)produzida nas relações sociais.

Conforme argumenta Hyde (1939, p.2), os preconceitos por classe, religião ou “raça” seriam produtos da repetição pura e simples de coisas admitidas como verdadeiras. Compreendidos como hábitos socialmente adquiridos, afirma que “quanto maior o número de repetições do acto ou do pensamento tanto mais fixo e permanente se torna [...]”. Consoante à Eva Hyde, o antropólogo Franz Boas (2005) acreditava, na época, que parte significativa do comportamento social seria automatizada. Embora reconhecesse que algumas atividades fossem determinadas por fatores orgânicos, entendia que as atitudes em geral advinham de respostas condicionadas socialmente. Nesse sentido, por serem práticas convencionalizadas, a própria natureza do comportamento fugiria à consciência dos indivíduos.

De acordo com Boas (2005), naquela época o entendimento de raça reportaria a um grupo de pessoas que partilhava de características corporais. Assim, a pele clara, os cabelos lisos e o nariz delgado, eram associados à raça branca, enquanto a pele escura, os cabelos crespos e o nariz achatado, à raça negra. Ratificando esse fato, a Revista Educação Physica publica o artigo, “BIOMETRIA: Instruções para o serviço médico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino”⁴⁵. Nesse texto, o periódico apresenta diversas categorias que compõe as fichas biométricas aplicadas na Educação Física, incluindo a filiação a uma determinada raça a partir de evidências corporais, como a cor da pele e o formato do cabelo⁴⁶.

Como afirma Hall (2003), a identificação racial a partir da percepção das características físicas também pode ser usada para conotar diferenças sociais e culturais. Para o autor, a cor da pele, as feições do rosto e o tipo físico, não raras vezes, atuaram como signos da maior proximidade dos negros com a natureza e, como consequência, da probabilidade de

⁴⁵ “BIOMETRIA: Instruções para o serviço médico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino – Instruções baixadas pelo Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação.” Revista Educação Physica, Rio Janeiro, edição 37, 1939, p.38.

⁴⁶ “**Côr da pele** – Segundo o critério de classificação do professor Roquette Pinto: brancos – **leucodermos**, negros – **melanodermos**, mulatos – **faiodermos**, caboclos – **xantodermos**. Para outros tipos, puros ou mestiços, muito mais raros na população, não há designações especiais. Os **leucodermos** podem ser: claros ou morenos; os primeiros serão designados por L1 e os segundos por L2. Entre os **melanodermos** distinguem-se os não muitos escuros e os retintos; os primeiros serão designados por M1 e os segundos por M2. Os **faiodermos** podem ser: claros ou escuros; os primeiros serão designados por F1 e os segundos por F2. Os **xantodermos** podem ser: claros ou escuros; os primeiros serão designados por X1 e os segundos por X2. **Tipos de cabelo** – Usando o seguinte critério: **liso** – 1 –, **ondulado** – 2 –, **espiralado** – 3 –, e os tipos mistos: 1-2 e 2-3. **Nota** – Na **Côr da pele** e **Tipo do cabelo**, basta registrar na ficha as letras e números convencionalizados (BIOMETRIA..., 1939, p.41).

serem previamente reconhecidos como indispostos, indolentes e destituídos de capacidades intelectuais, já que guiados pela emoção ao invés da razão.

Nesse sentido, afastado do entendimento de racionalidade o negro adquire evidência pelo corpo, tal como visto no artigo de Pedro Calmon. Entretanto, as representações do corpo negro flutuam entre os polos negativos e positivos, conforme o espaço social em que são evidenciados (ABRAHÃO, SOARES, 2009). Se por um lado seus traços físicos atuam como signos que ratificam sua invisibilidade em espaços de distinção intelectual, por outro, são mobilizados para respaldar sua visibilidade em espaços que denotam sua propensão às atividades físicas, esportivas e braçais, caso observado na Revista Educação Physica, como será discutido a seguir.

3.1 NEGRO, ESPORTE E TRABALHO: CONSTRUINDO RELAÇÕES

Como vimos anteriormente, “marcadores sociais” como a cor da pele, o cabelo e o nariz, além de designarem filiação racial, podem ser usados para justificar as diferenças socioculturais entre as “raças”. Esses processos de diferenciação geram, como efeito, o entendimento de que haveria espaços sociais próprios a cada grupo racial (BRAH, 2006).

Na Revista Educação Physica, o homem negro foi representado em espaços específicos de identificação social, aparecendo, na maior parte dos casos, nas práticas esportivas do boxe, do atletismo e do futebol. As referências ao negro nessas modalidades se valeram, em sua maioria, de fotografias dos atletas dispendo dos seus corpos nesses esportes. Devido ao fato não ter encontrado seu corpo enquadrado em outros espaços que não fossem os esportivos, a revista acabou construindo modos uniformes de reconhecer o homem negro⁴⁷.

Além disso, a aparente naturalidade das representações da Revista Educação Physica escondia as tensões que envolveram a inserção do negro nesses esportes, especialmente, no futebol. Cumpre lembrar, que quando surgiu no Brasil, em fins do século XIX, o futebol era uma prática destinada apenas aos homens brancos da elite brasileira (ABRAHÃO, 2006).

Caso categórico aconteceu em Porto Alegre, entre 1915 e 1930, período em que o futebol popularizou-se plenamente na cidade. Na época, os ares modernos e a ideologia

⁴⁷ Neste estudo, que abrange a análise de 17 edições da revista, o negro apareceu em aproximadamente 23 imagens que, em geral, o enquadravam em fotografias coletivas. Um número irrisório se comparado a visibilidade dada ao homem branco, que além de aparecer em cerca de 180 enquadramentos, teve sua imagem atrelada a ciência, a filosofia, a cultura e não apenas ao esporte nem mesmo a modalidades esportivas específicas. Quanto a isso, cabe mencionar que devido ao estado de conservação do periódico algumas imagens perderam a qualidade e, portanto, não foram contabilizadas em virtude da dificuldade de distingui-las com precisão.

racista impediram o acesso dos negros ao futebol, restando a eles formar uma liga exclusivamente composta por descendentes de africanos escravizados – A Liga Nacional de Futebol Porto Alegrense. Porém, o nome oficial da entidade foi praticamente esquecido no imaginário social da cidade desde o momento em que a imprensa branca local passou a noticiar a liga sob o nome pejorativo de “Liga da Canela Preta”⁴⁸ (JESUS, 1999).

Como forma de confrontar o cenário de exclusão social a que foram submetidos no Pós-Abolição, os negros organizaram movimentos de mobilização racial pelo Brasil, com vistas à reversão do seu quadro de marginalização em diversos espaços sociais, incluindo o esporte (DOMINGUES, 2007). Assim, em várias cidades despontaram agremiações destinadas a promover a sociabilidade racial entre pessoas negras por intermédio de atividades culturais e esportivas como o boxe, o atletismo e o futebol⁴⁹ (ABRAHÃO, SOARES, 2012), o que indica que o ingresso dos negros nessas modalidades não se deu sem resistências e mobilizações políticas dos negros, tal como fazia crer a Revista Educação Physica.

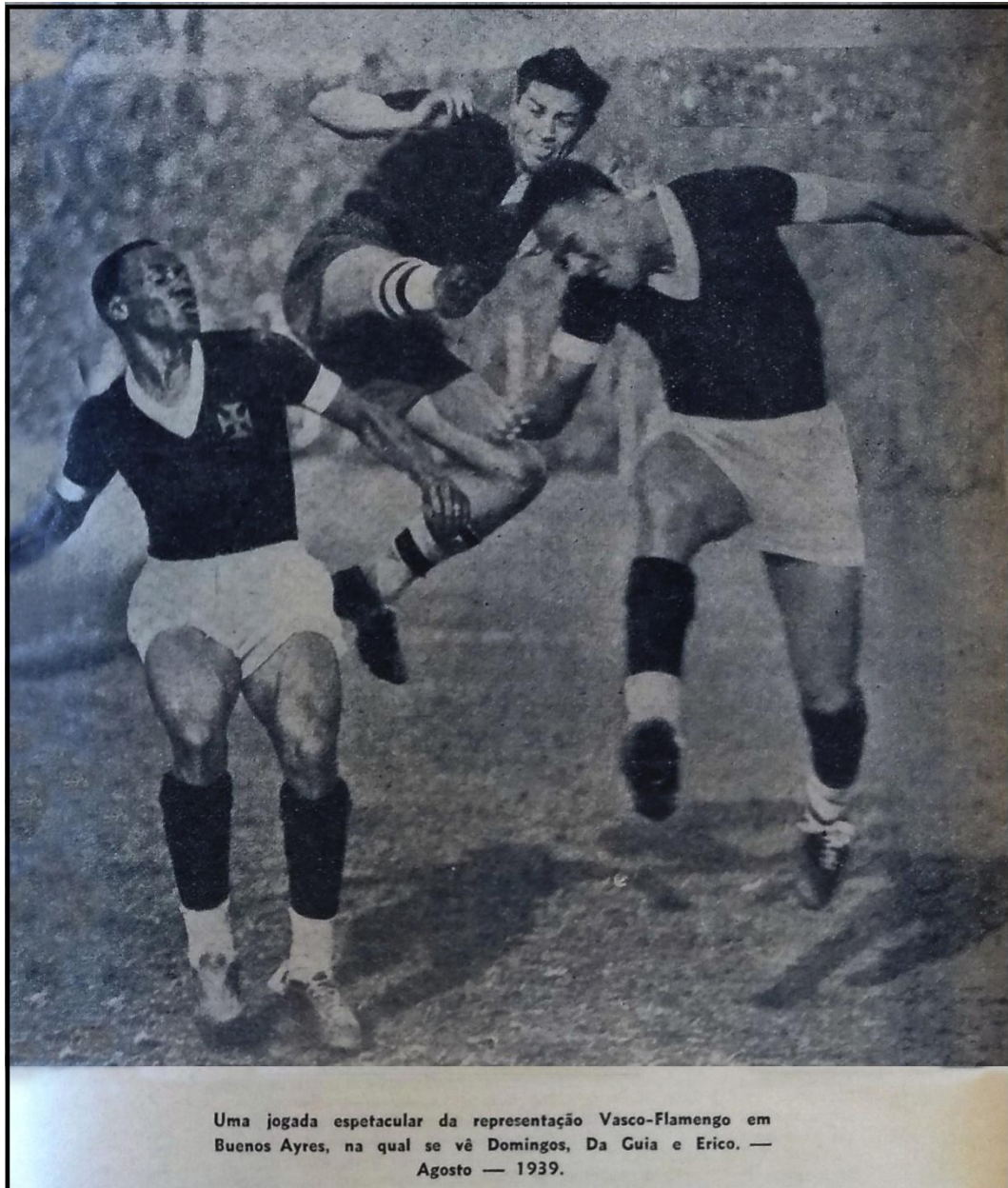
De qualquer modo, a representação do “negro esportista” circunscrevia, na revista, as concepções acerca das suas potencialidades, dando margem para a construção de classificações e hierarquias sociais. Embora a leitura dos textos midiáticos não seja algo passivo, como afirma Hall (2003), as imagens do corpo negro ofereciam aos leitores interpretações preferenciais, dada a sua representação em espaços fixos.

A prerrogativa de classificar remete as lutas por representação dos diferentes grupos sociais, cuja questão envolve o ordenamento da própria estrutura social, dado que as suas estratégias simbólicas especificam posições e “constroem para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 1991, p.184). Portanto, na sua relação com o mundo social, essas representações produziam significados, que constituídos por relações de poder, pretendiam fazer reconhecer o negro a partir de competências e ocupações fixas, marcando a relação do seu corpo com determinadas atividades sociais, como exemplo da figura a seguir:

⁴⁸ Gilmar Mascarenhas de Jesus (1999) argumenta que a designação “Liga da Canela Preta” transmitia conotações irônicas e depreciativas. O uso do termo ‘canela’, segundo ele, poderia estar aludindo à incapacidade técnica dos negros, já que a parte do corpo que deve conduzir a bola é o pé.

⁴⁹ Dentre tais agremiações, Petrônio Domingues (2007, p.103) indica que em São Paulo, por exemplo, “apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917)”.

Figura 4: Domingos da Guia



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 34, 1939, p.2.

Apresentada como “uma jogada espetacular”, a figura acima enquadra três jogadores de futebol em disputa pela posse de bola. Cena comumente vista em partidas de futebol, provavelmente tenha sido descrita dessa maneira devido à plasticidade dos gestos. Mesmo se tratando de uma fotografia em preto e branco, a nomeação dos atletas nos permite distinguir a presença de esportistas negros protagonizando a cena esportiva assim como nos autoriza a pensar acerca da dinâmica corporal dos jogadores. O registro de atletas negros como

Domingos da Guia⁵⁰ (esquerda), pondo à mostra seus dotes físicos “espetaculares”, parece respaldar a representação do negro por sua força e aptidão física.

Herança do período escravocrata, essa forma de representação pavimentou o trânsito de noções estereotipadas acerca das potencialidades dos homens negros. Desde então, as imagens que o evidenciavam, não raras vezes, achavam seus corpos retidos às tarefas físicas, braçais e sexuais, ou seja, aquelas alheias à razão (SCHWARCZ, 1987).

Cumprido recordar que nos anos 1930 e 1940, noções semelhantes balizavam os julgamentos acerca do futebol nacional. Argumentando em proveito de um “estilo brasileiro” de jogar futebol, Freyre o definia como produto da união entre dois “padrões culturais” de fruição corporal: o apolíneo (europeu) e o dionisíaco (mestiço)⁵¹. Na sua visão, a disciplina e a tática do estilo apolíneo teriam se unido ao improvisado e ao gingado do estilo dionisíaco para formar o “estilo brasileiro”, com primazia, segundo ele, para as “habilidades mestiças”. Nesse sentido, entendia que o êxito do futebol nacional teria sido efeito da inserção dos mestiços na seleção. Ao diluir-se no contexto nacional, essa crença favoreceu, em alguma medida, o reconhecimento e a integração social do negro (ABRAHÃO, 2006).

Nos anos 1930, o futebol, juntamente ao carnaval e as religiões de matriz africana, foi fortemente apropriado pelo Estado para construção da identidade nacional (ORTIZ, 1994). Em um contexto em que passou a ser exaltado o caráter mestiço da nação, a seleção brasileira e o povo brasileiro se tornaram conceitos intercambiáveis (GUEDES, 1998).

Por essa razão, o futebol se tornou um instrumento político de mediação entre o Estado e a sociedade, resultando em um importante elemento de identificação dos brasileiros com a nação. Na busca pela coesão nacional, Vargas investiu na espetacularização do fenômeno esportivo e na difusão do esporte via rádio, jornais e imprensa periódica, uma vez que as vitórias da seleção masculina de futebol nutriam o orgulho cívico e congregavam as massas. Durante o Estado-Novo, em especial, a correlação esportiva entre Estado e juventude teve como pano de fundo a intenção política de construir “uma nova raça brasileira”: civilizada, moralizada e sadia, por intermédio da prática regular de esportes e da Educação Física (DRUMOND, 2009).

⁵⁰ Entre os anos 1930 e 1940, Domingos da Guia, ao lado de Leônidas da Silva, se tornou um ícone do esporte nacional devido ao seu desempenho na Copa do Mundo de 1938, embora não tenham conquistado o título (COUTINHO, 2016).

⁵¹ Em sua passagem pelos EUA, Freyre teve aulas com a antropóloga Ruth Benedict, que usava os termos apolíneo e dionisíaco – deuses da mitologia grega – para explicar dois padrões culturais: o primeiro, centrado na harmonia e no conformismo e, o segundo, calcado no prazer e no desregramento. Inspirado nessas categorias, Freyre as reorienta livremente e classifica o futebol brasileiro como dionisíaco – improvisado, dançarino, malandro, gingado, mestiço – e o europeu como apolíneo – tático, disciplinado, previsível (CAPRARO, 2015).

Portanto, o campo de futebol oferecia diversos parâmetros em termos de identidades e alteridades. A estrutura do jogo pressupunha uma disputa entre um nós (brasileiros) e um outro (estrangeiro), favorecendo processos de identificação com a pátria na relação com a diferença. Além dos aspectos identitários, o campo de futebol também dramatizava a questão da representação, uma vez que a disputa esportiva “é sempre entre ‘alguém que me representa’ (portanto, um outro) contra ‘aquele que representa o outro’ [...] - o outro do outro” (DAMO, 2014, p.26-27).

Sob esse ângulo, as competições esportivas tornaram-se rituais de afirmação de identidades nacionais. O futebol, especialmente, possibilitava a construção de diferenças na relação com outros países, pondo em circulação narrativas que nutriam o sentimento cívico. Por esse motivo, a Copa do Mundo de futebol, por exemplo, é um evento esportivo de celebração entre as nações e também de reinvenção de identidades nacionais (GUEDES, 2014).

A habilidade dos pés mestiços apareceu na Revista Educação Physica no artigo, “Por que adoecem nossos pés?”, assinado pelo norte-americano Albert Brown em 1940, no exemplar nº 45, na seção “Saúde”⁵². Ao discutir sobre as afecções que acometiam os pés, Brown atribuía à pegada irregular, ao uso de calçados impróprios e a musculatura débil, às causas do aparecimento de calos, deformações e outras enfermidades nos membros. À vista disso, indicava que dados estatísticos coletados nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra haviam mostrado que uma em cada dez pessoas possuíam pés “normais”. Sob esse aspecto, um fato surpreendia o autor:

“[...] o que é mais surpreendente ainda e que muitas vezes já se tem comprovado é que, pela comparação de uma marca do pé de um homem civilizado com a de um africano, por exemplo, nota-se [...] que o selvagem tem os pés mais perfeitos. Como é isto possível, se sabemos que nenhum negro do Congo usa sapato sob medida? [...]” (BROWN, 1940, p.21).

Com o respaldo da “ciência”, Brown atribuía perfeição e “normalidade” aos pés africanos, respondendo a “inata” habilidade dos negros no futebol. Considerando a ascendência africana do mestiço, a desenvoltura dos seus pés repercutiria, na revista, como proveito da “natureza física” da sua raça, da qual teria herdado um corpo talhado às exigências físicas do esporte. Assim sendo, a representação do negro nos esportes nos quais

⁵² Embora tenha sido publicado na Revista Educação Physica, o referido texto foi uma cortesia da revista “Viva Cien Años” ao periódico. Maiores informações sobre a identidade de Albert Brown não foram encontradas, nos restando apenas as referências dadas pela própria revista. Apresentado pelo periódico como Dr. na Filadélfia (EUA), ao que tudo indica, era um especialista no trato dos membros inferiores, pois além deste texto, assinou outros dois abordando a mesma temática: “Elimine os calos”, edição nº 47 (1940) e “Cuide das unhas de seus pés”, edição nº 48 (1940), todos na seção “Saúde”. Nestes textos o autor não fez alusão à questão racial.

eram ressaltadas as aptidões ligadas ao corpo, seria explicada pela própria “condição negra”, cuja composição física favorecia sua evidência em atividades como o futebol.

Ainda observa-se que na esteira da posituação do corpo africano, Brown construiu a africanidade como incivilizada e selvagem na estreita relação com a civilidade europeia. Sua “condição” selvagem e incivilizada contribuía para sedimentar sua relação com os trabalhos físicos, dada a sua proximidade à barbárie, à desordem e ao indomável. Ademais, esses atributos, subjacentes à adjetivação de “selvagem”, ainda concorriam para atribuir coerência à invisibilidade do negro nos espaços que a revista constituía sob o prisma da razão.

Além do mais, o texto de Albert Brown pode ser relacionado às considerações de Pedro Calmon acerca da contribuição das raças para a formação do Brasil. Cabe retomar que Calmon creditava ao português a origem do processo civilizatório do país, dando evidência aos povos africanos somente por seu trabalho físico.

Deslocado, mais uma vez, do entendimento de civilidade, a revista conferia legitimidade às hierarquias raciais e à exploração do negro pelo branco nas atividades subalternas, físicas e braçais. Convém recordar que, ao longo dos tempos, a supremacia racial branca encontrou alibi na própria “natureza negra”, vista pelo branco como irracional, selvagem e incapaz de construir uma sociedade civilizada (AZEVEDO, 1987). Constituído por Brown, o negro africano representava um caso categórico de constituição da identidade a partir da definição do outro (SILVA TT, 2014). Assim, seus hábitos culturais foram subtraídos e reorientados a partir dos valores do indivíduo que o representava.

A relação entre a imagem do atleta negro (figura 4) e texto de Brown poderia parecer contraditória se ambas as representações não fossem construídas a partir de estereótipos. A força ambígua do estereótipo permitia que o negro fosse a um só tempo positivado e negado pelo seu corpo. Se na imagem os discursos o enalteciam por seus dotes físicos, no texto, por outro lado, foi depreciado em reação a sua surpreendente “normalidade” física.

No que tange a essa perspectiva paradoxal, Homi Bhabha (1988) argumenta que o estereótipo, como crença múltipla e contraditória, baseia-se no reconhecimento do outro a partir de visões ambíguas de fascínio e repulsa. Assim, afirma que nesse processo a diferença é simultaneamente reconhecida e dissimulada pelo estereótipo, que elege predicados fixos para representar a “completude” do outro. Desse modo, a “identidade negra” não teria “existência a não ser na imagem que o exhibi, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente” (CHARTIER, 1991, p. 185).

Nesse sentido, o corpo congregava os discursos relativos ao negro, exaltado ora pelas aptidões ora pela “civilidade das formas”. Entretanto, se tratava de uma forma simplificada e

fixa de significação que rejeitava as nuances da diferença negra (BHABHA, 1988). Como estratégia simbólica, tinha o potencial de convencer que o negro era, de fato, condizente com as representações. Nesse tocante, Roger Chartier (2002) lembra que as identificações sociais são sempre construídas como resultado de uma relação de força entre os indivíduos que exercem e os que são submetidos ao poder de classificar e nomear o outro.

A simbiose entre as representações icônicas e textuais construíam uma “imagem síntese” do homem negro que, entretanto, não possuía uma relação direta com a “realidade” representada. Ao invés disso, apontava para as coisas ditas sobre o negro na revista, havendo, portanto, um intervalo entre o “negro imagético” e o “negro real” que ela representa. Tendo em vista um imaginário coletivo afeito ao reconhecimento do negro em atividades físicas e braçais (NEPOMUCENO, 2012), essa imagem, possivelmente, teria sido consumida através de uma relação direta entre a representação e o seu referente – o negro. Neste caso, a face construída da imagem ficaria despercebida, uma vez que

“[...] a leitura (interpretação) de imagens integra-se numa história que é maior do que nós, num processo do qual não somos a origem; uma imagem, ao ser lida, insere-se numa rede de imagens já vistas, já produzidas, que compõem a nossa cotidianidade, a nossa sensação de realidade diante do mundo. A leitura (interpretação) de imagens não depende apenas do contexto imediato da relação entre leitor e imagem: para lê-la o leitor se envolve num processo de leitura (interpretação) que já está iniciado” (SILVA, 2006, p.77).

Assim, a existência e as inúmeras funções do imaginário coletivo retêm íntimas relações com as representações e símbolos, que estruturam a vida social e moldam as práticas sociais. Trata-se de formas culturais que traduzem e legitimam a ordem social existente, com seu sistema de divisão assimétrica do poder e dos bens socioculturais (BACZKO, 1985).

Imagem semelhante à figura 4, que retrata a disputa dos atletas pela posse de bola, foi publicada pela Revista Educação Physica no exemplar nº 40, em 1940. A cena enquadra um clássico do futebol sul-americano entre Brasil e Argentina, ocorrido em 1940, em ocasião da Copa Roca.

Figura 5: Leônidas da Silva



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 40, 1940, p.67.

Essa imagem tem como peculiaridade a impressão de ter sido um “registro do registro”, ou seja, parece documentar, por outro ângulo, a foto oficial da partida no momento exato do “golpe do corte”, nos termos de Philippe Dubois (1993). Embora com pouca nitidez, é possível perceber pela tonalidade da pele e pela nomeação dos atletas a presença de no mínimo cinco jogadores negros, dentre os quais, o talentoso Leônidas da Silva. Agachado, de braços cruzados e em posição centralizada em relação aos demais atletas da seleção brasileira, Leônidas da Silva foi enquadrado no instante em que seu corpo e sua atenção convergiam para um mesmo ponto, testemunhando a captura da cena por diferentes atores e ângulos.

Apesar do destaque adquirido por Leônidas da Silva na Copa do Mundo de 1938, maiores menções a esse atleta foram negligenciadas pelo periódico, que o representa ao melhor “estilo dionísio”, ou seja, como indivíduo que se distingue pelo corpo.

Leônidas da Silva foi ídolo nacional entre as décadas de 1930 e 1940, seu desempenho como atleta lhe rendeu o apelido de “Diamante Negro”, o estatuto de “inventor da bicicleta” e a artilharia da Copa de 1938, na França (KAZ, SILVA, 2013). Embora tenha alcançado

projeção nacional e internacional, maiores informações sobre Leônidas da Silva não receberam espaço na revista, apesar de ter aparecido em outras imagens além dessa.

Além das poucas referências a atletas negros como Domingos da Guia e Leônidas da Silva, a revista também relegou ao não-dito possíveis discussões a respeito do “estilo mestiço” de jogar futebol. Embora se tratasse de um periódico científico que visava potencializar os debates acerca de “esporte e saúde”, os silêncios acerca dos estilos “dionisíaco” e “apolíneo” contribuíam para tornar consensual a “natural” inclinação dos negros para as tarefas físicas e esportivas.

Cabe realçar, que os atributos esportivos dos mestiços eram estimados pelo povo brasileiro, gerando, na época, um movimento de valorização à inserção social do negro pelo futebol. Nesse sentido, a raça negra e aos seus descendentes mestiços passaram a ser enaltecidos pelo esporte, que colocava à mostra a destreza física, o instinto e o gingado “privilegiado” da raça (GUEDES, 1998). Como vimos, naquele momento a mestiçagem havia sido convertida à positividade, constituindo o mestiço como símbolo nacional. Até então retida nas ambiguidades das teorias racistas, a positivação da mestiçagem permitiu que ela fosse propagandeada nas relações sociais e celebrada a partir do sincretismo cultural de práticas como o futebol (ORTIZ, 1994).

Nessa perspectiva, essa imagem seria uma representação alegórica da integração do negro na sociedade brasileira. Como eficiente artifício de enquadramento da memória e de testemunho do tempo vivido (MAUAD, 1996), essa fotografia registrava a existência de interações raciais “pacíficas” no Brasil, conferindo, com isso, ilegitimidade as mobilizações políticas de enfrentamento ao racismo, desarticuladas justamente sob a imagem da “democracia racial”. Em conjunto com outras representações da sua época, a imagem da seleção brasileira (figura 5) comporia as visões predominantes de mundo social do Brasil, que começava a pensar a si próprio como nação mestiça e racialmente democrática.

Os discursos de positivação da miscigenação, presentes nessa representação, consistiam em estratégias biopolíticas capazes de responder a problemática da identidade nacional e também manter a coesão social. Portanto, a narrativa nacional, forjada sobre a ideia da miscigenação, atuava como estratégia de governo da população, pois a partir dela foi possível construir a narrativa da “não-conflituosidade racial no país. O mestiço servia como prova do não racismo brasileiro e a partir desta constatação se poderia dinamizar a ideia de democracia racial, marcante por muitas décadas na percepção das relações étnico-raciais”. (SPECHT, SILVA, 2014, p.110).

Por outro lado, se a Revista Educação Physica mostrava a inclusão social do negro por meio dos esportes, silenciava sobre a relutância à sua inserção no futebol e sobre a exclusão desse grupo em outros espaços sociais, restando à militância negra, especialmente, os movimentos de denúncia da segregação racial existente na sociedade brasileira.

No Primeiro Congresso Afro-brasileiro realizado em 1934, no Recife, Miguel Barros⁵³, representando a Frente Negra Pelotense (FNP), fazia um discurso contrário à inclusão social do negro sob o amparo da retórica da “democracia racial”. Da visão de Barros, a discriminação e o analfabetismo seriam os grandes responsáveis pela marginalização do negro brasileiro. Nessa direção, relata a existência de restrições sociais em vários locais públicos, como teatros, cafeterias, barbearias e escolas; a inclusão marginal no mercado de trabalho e o descaso com a intelectualidade negra, citando o caso de jovens negras qualificadas que tiveram que mudar de profissão devido às barreiras impostas pelo racismo. Diante das iniciativas que vinham sendo tomadas para alterar esse quadro, Miguel Barros afirmaria que nenhuma seria tão resolutiva quanto a dos próprios negros (SIQUEIRA, 2005).

De qualquer forma, a imagem da seleção brasileira (figura 5), publicada na Revista Educação Physica, também salvaguardava uma forte segregação social entre as “raças”. Na imagem é possível perceber discursos de legitimação da supremacia racial branca a partir dos lugares ocupados por cada grupo racial no selecionado brasileiro. Observa-se nessa representação que aos negros são reservadas funções específicas, baseadas em suas habilidades físicas. Em contrapartida, o técnico da seleção brasileira é Silvio Lagreca, um homem branco que ao ocupar o lugar de indivíduo que “pensa a prática” realça ainda mais o “lugar social” do negro em espaços de trabalho físico. Assim, embora esta imagem tenha, possivelmente, favorecido o entendimento de “democracia racial” no país reforçava a relação do corpo negro com as atividades físicas e braçais bem como a superioridade intelectual do homem branco.

Nesse sentido, a distribuição interna dos jogadores na seleção brasileira ritualizava as tensões e as segregações raciais da sociedade brasileira mais ampla. Estratégia simbólica necessária à manutenção das hierarquias raciais e da estrutura social, pois segundo Rodrigues:

“Em um mundo equilibrado e organizado, cada coisa ocupa o seu lugar e cada categoria de coisas deve estar nitidamente diferenciada das demais. Entre elas, nenhuma mistura deve ser produzida, pois arriscaria corroer a fisionomia organizada do mundo, que é fonte de bem-estar. É necessário respeitar a separação dos elementos, pois esta separação é criadora de sentido” (RODRIGUES, 1986, p.138).

⁵³ Miguel Barros esteve entre os fundadores da Frente Negra Pelotense (FNP), associação que nos 1930 possuía respaldo regional e nacional. Visando fomentar a unificação da raça, a FNP passou a editar o jornal “A Alvorada”, cuja redação ficou aos cuidados de Miguel Barros até meados da década de 1930 (SILVA FO, 2011).

Devido aos efeitos de “verdade” dessas representações (SILVA, 2001), a destreza física dos mestiços era reiterada toda vez que o periódico colocava seus corpos a mostra sem maiores referências a identidade dos atletas e sem aludir ao caráter apreendido das suas técnicas corporais⁵⁴. Indivíduos “sem história”, as publicações da revista ratificavam a inclusão social do negro mediante aos trabalhos físicos que não demandam esforço mental. Embora a capacidade física tenha sido uma representação positiva atribuída aos mestiços, também concorria para a manutenção de hierarquias sociais e de estereótipos relativos às potencialidades dos homens negros.

Na Revista Educação Physica, seus dotes físicos foram reiterados na estreita relação dos seus corpos com as práticas nas quais foram representados. Não vistos em qualquer outro esporte que não fosse o boxe, o atletismo ou o futebol, sua visibilidade marcava de uma só vez os lugares e os não-lugares do seu corpo. O caráter fixo das representações parecia indicar que a integração social do negro se daria somente em espaços condizentes com as suas “naturais” aptidões físicas. Construídos pela crença de que a irracionalidade e o manejo do corpo eram predicados característicos da “raça”, esses significados foram atribuídos através das práticas que o periódico veiculou a “identidade” dos homens negros.

Nas imagens que evidenciam o corpo negro o recorte espaço-tempo não diz respeito apenas a uma temporalidade ausente, significa também e, sobretudo, perpetuação da imagem (DUBOIS, 1993). Enquanto documento, a Revista Educação Physica nos presentifica com certas imagens do negro, invisibilizando outras. As que subsistem ao tempo, como imagem/monumento (LE GOFF, 1990), permanecem devido a escolhas desprovidas de isenção, selecionadas pelas forças que visavam perpetuar na memória coletiva representações específicas do corpo negro.

Portanto, a imagem de homem negro construída por essas representações foi uma seleção feita dentre outras possíveis, pressupondo as inclinações políticas da revista no tocante ao debate racial da época e dando a ver um corpo negro inclinado aos trabalhos físicos, manuais e braçais. Isoladas do contexto, essas representações nos diriam muito pouco sobre a história e o imaginário social dos idos 1930 e 1940. Situar a Revista Educação Physica em seu contexto histórico permite não apenas compreender as questões políticas da sua época, mas fundamentalmente, apreender os próprios significados que o periódico atribuía ao homem negro.

⁵⁴ MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003. p. 399-422.

Sem falar abertamente sobre sua propensão ao trabalho braçal, nem mesmo defender o “futebol mestiço”, a revista utiliza como estratégia o silêncio e a evidência dos negros em atividades que requerem força e resistência física. Como efeito dessas representações, o negro foi constituído como um indivíduo que por obra de suas aptidões técnicas e de sua “natureza” física, estaria muito mais propenso aos trabalhos braçais do que aos intelectuais.

3.2 O CORPO NEGRO: UM “TIPO IDEAL” PARA O TRABALHO BRAÇAL

A associação do negro ao trabalho braçal não consistia em uma perspectiva exclusiva da Revista Educação Physica, pois desde o período colonial, as identidades produzidas sobre a ideia de “raça” haviam gerado a naturalização de funções e de posições na dinâmica das atividades (QUIJANO, 2005). Desde então, se estabeleceu uma sistemática divisão racial do trabalho que tem preservado desigualdades raciais e de classe em nível estrutural⁵⁵.

Dados estatísticos coletados no estado de São Paulo, por exemplo, pareciam dar solidez às ligações que a revista estabelecia entre o corpo negro e às tarefas braçais. O censo de 1940 indicava que os negros correspondiam a 9,5 por cento da força industrial do estado, em período em que constituíam 12 por cento do total da população paulista. Contudo, apesar da crescente admissão dos negros nos trabalhos industriais da época, eram excluídos dos cargos administrativos e cerca do dobro dos operários negros da indústria trabalhavam no serviço doméstico e no setor informal (ANDREWS, 1998). Devido a sua ocupação majoritariamente doméstica, os negros provavelmente eram excluídos dos benefícios implementados pela legislação trabalhista, uma vez que a categoria “domésticos” não era sindicalizada e, portanto, não tinha o direito de prover dos benefícios da previdência (CARVALHO, 2012).

Analisando a distribuição dos trabalhadores negros e brancos na firma São Paulo Light nesse período, George Andrews (1998) afirma que os operários negros tinham o dobro de chance dos brancos de terem vindo das atividades agrícolas, enquanto os brancos possuíam uma probabilidade muito maior que os negros de terem ocupado cargos de supervisão. Ao contratá-los, a São Paulo Light alocava mais da metade dos negros e cerca de 1/4 dos brancos

⁵⁵ Ao longo do processo histórico, os efeitos dessa distribuição racial são percebidos na forma como os indivíduos ocupam o mercado de trabalho: em diferentes posições, setores e níveis hierárquicos. Os diferentes lugares no sistema produtivo se traduzem em desigualdades salariais entre negros e brancos, ainda que apresentem a mesma escolaridade ou mesmo desempenhando as mesmas funções. Além disso, dados recentes demonstram que os negros são maioria entre os trabalhadores sem carteira assinada, entre os não-remunerados e entre os trabalhadores domésticos (SILVA, GOES, 2013).

em ocupações braçais. Contudo, dentre os operários brancos vindos de serviços braçais, menos da metade se tornou efetivamente trabalhador braçal na companhia, enquanto entre os negros com a mesma passagem, 3/4 deles foram designados às tarefas braçais.

Portanto, em uma época em que o capitalismo industrial brasileiro reconhecia o corpo essencialmente como mão de obra, características como força, resistência e agilidade física, associadas ao corpo negro pela Revista Educação Physica eram sinônimos de rendimento e utilidade no trabalho fabril. Do conjunto de operários da indústria paulista dos anos 1940, por exemplo, predominavam os trabalhadores braçais não qualificados, que correspondiam a cerca de 80 por cento da classe trabalhadora, já que na época a indústria valorizava os dotes físicos do operário e ignorava sua formação intelectual (BERCITO, 2011).

Com efeito, a constituição física do operário havia se tornado objeto do saber médico, que intervia nas fábricas através de exames capazes de identificar as aptidões físicas dos indivíduos para posteriormente direcioná-los à funções apropriadas as suas potencialidades (BERCITO, 2011). Acreditava-se que a energia do trabalhador quando alocada em ocupações opostas a sua “natureza” representaria dispêndio de esforço, perda de rendimento e consequente prejuízo econômico. Nesse sentido, ganharam vultos as premissas biotipológicas de Nicolas Pende (1880-1970)⁵⁶, que em seu texto “Trabalhos recentes sobre Endocrinologia e Psicologia Criminal” apresentava dados que atestavam a relevância econômica do uso dos indivíduos conforme suas aptidões (FERLA, 2005).

Assim, as avaliações médicas guardavam estreitas relações com os parâmetros biológicos da Biotipologia, que para Nicolas Pende, teria o potencial de ampliar a força de trabalho da população, uma vez que permitia a alocação racional do trabalhador conforme o seu biótipo. Além do mais, a avaliação biotipológica mostraria previamente as fragilidades orgânicas do operário em tempo adequado de cura e correção (FERLA, 2005).

No artigo “Classificação de atletas”, publicado pela Revista Educação Physica na edição nº 35, na seção “Diversos”, em 1939, o periódico torna a realçar os atributos físicos do corpo negro. Embora o artigo não fizesse menção direta aos atletas negros, o texto se ocupou de classificar os “tipos físicos” dos praticantes do boxe e do atletismo, ou seja, das únicas modalidades esportivas que a revista evidenciou o corpo negro:

⁵⁶ Médico e endocrinologista, Nicolas Pende teria sido o responsável pela sistematização da Biotipologia, em 1922, na Itália. Interessado em dar dimensão às faces constituintes dos indivíduos, Pende construiu um esquema didático chamado de “Pirâmide de Pende”, organizada a partir de três faces: “a primeira diz respeito à morfologia (tamanho dos membros, das vísceras, formatos em geral), a segunda corresponde a dinâmico-humoral (temperamento) e a terceira à psicológica (caráter, inteligência). Na união dessas três faces, no ponto mais elevado da pirâmide, encontra-se a síntese constitucional do sujeito [...]” (SILVA ALS, 2014, p.122).

“Os especialistas classificaram o físico masculino em tres tipos fundamentais; 1° - O tipo respiratório pulmonar (isto é, o tipo magro e forte), com músculos longos e flexíveis, que não apresentam nenhuma tendência à hipertrofia, que se adaptam facilmente ao exercício prolongado e cuja força aumenta com o treinamento. Pertencem a essa categoria os corredores de longa distância e os atletas que se dedicam aos saltos; 2° - O tipo muscular, isto é, peito largo, estrutura óssea grande, ombros largos, adapta-se a desenvolver considerável força estática. A esta categoria pertencem os levantadores de peso, os atletas de peso pesado, os lutadores e alguns ginastas; 3° - O terceiro tipo é classificado como um termo médio entre os anteriormente descritos; a esta categoria pertencem atletas com as características das duas primeiras. Inclue boxeadores, nadadores e atletas de peso-leve [...] É de crer que o tipo ideal de estrutura corporal se encontre entre esta classe de atletas, cujo desenvolvimento é capaz de várias formas de esforços” (CLASSIFICAÇÃO..., 1939, p.76).

Na passagem acima é possível notar que o periódico dava a entender a existência de “tipos físicos” masculinos, cujas características seriam perceptíveis em atletas de modalidades esportivas como o atletismo e o boxe. O modo como o texto foi estruturado possibilita pensar que a categorização do corpo masculino antecedia a sua relação com as práticas, dando margem a noção de que certos “tipos físicos” apareceriam melhor em atividades específicas, capazes de colocar à mostra suas competências.

Essa classificação do corpo masculino se assemelha a ideia de “tipos constitucionais”, termo usado pelos biotipologistas para classificar as características biopsicológicas dos indivíduos e determinar os biótipos específicos para cada modalidade esportiva. Com efeito, a “ciência constitucionalista” havia sido apropriada pela Educação Física naquele momento, que fazia uso dos seus procedimentos de mensuração e classificação corporal para direcionar os atletas às práticas, garantindo o melhor desempenho e rendimento (SILVA ALS, 2014).

Embora o artigo não tenha nomeado os “especialistas” que tipificaram o físico masculino, essa classificação se aproximava das proposições da Biotipologia, sobretudo, se pensarmos que o debate biotipológico havia tido ressonância na Revista Educação Physica, segundo André Luiz Silva (2014). O autor argumenta que o periódico passou a potencializar o debate sobre Biotipologia a partir de 1939, tendo atingido seu pico de discussão entre os anos de 1940 e 1942, período que coincide como o ingresso de Hollanda Loyola à direção técnica do periódico.

No que diz respeito ao corpo negro, essa classificação permite situá-lo nos dois primeiros “tipos fundamentais”, haja vista que o periódico o representava em pelo menos um dos esportes exemplificados nessas categorias. Dada à caracterização da estrutura e da capacidade física desses atletas, o texto nos permite presumir que o corpo negro teria certa “predisposição” a adaptar-se aos “exercícios prolongados” e as atividades que requeriam

“considerável força”, ou seja, seria um corpo talhado às exigências da crescente indústria brasileira, que reclamava indivíduos com saúde e vigor físico para o trabalho.

Dessa forma, em um contexto em que a Medicina oferecia ao mundo do trabalho a sua habilidade de reconhecer os corpos e as predisposições individuais (FERLA, 2005), a Revista Educação Physica colocava em evidência “tipos físicos” com aptidão para render tanto no esporte quanto no trabalho, categorias estas, nas quais a revista acabou inserindo homem negro a partir das suas representações. Por assim dizer, os médicos participaram ativamente do debate ligado às condições de trabalho nas fábricas, cuja intervenção, em certa medida, deslocou a ênfase da higiene do ambiente para o corpo do trabalhador (BERCITO, 2011).

A respeito disso, em 1940 o médico Manuel Pereira⁵⁷ encaminha à II Semana de Medicina Legal, dedicada a infortúnica, a proposta de incorporação do exame biotipológico antes da admissão no trabalho. Inspirado nas proposições de Pende argumentava que:

[...] o estudo biotipológico autoriza-nos a ‘colocar cada operário no lugar que merece; favorece-nos a obra de profilaxia contra as enfermidades e a prevenção contra os acidentes; resolve de uma forma mais racional as questões médico-legais ligadas ao trabalho; constitui a base fundamental da proteção higiênica do operário’. Seria obra incompleta, se na preparação do ambiente das fábricas, oficinas, usinas, não se fizesse um estudo completo do elemento humano que aí trabalha [...] (FERLA, 2005, p.237).

De modo geral, os biotipologistas acreditavam que na matriz biológica dos indivíduos haveria um elemento que determinaria as suas tendências sociais e psíquicas, nesse sentido, entendiam que pela investigação do corpo seria possível reconhecê-las. Assim, nos processos de identificação os biotipologistas distinguiam as características individuais e as agrupava de forma homogênea, constituindo perfis que incluíam a aptidão física, a propensão às doenças e as características psicológicas e comportamentais dos indivíduos (SILVA ALS, 2014).

Interessante notar que o artigo “Classificação de atletas” também fazia referência às características mentais dos praticantes do atletismo e do boxe, advogando que “a formação psicológica dos atletas esta[ria] estreitamente relacionada com suas aptidões especiais” (CLASSIFICAÇÃO..., 1939, p.77). Segundo o texto, os corredores de velocidade seriam “impulsivos e prontos para lançar-se à corrida”, os “corredores de longas distâncias [seriam] marcadamente fleumáticos” e os atletas de salto em altura teriam uma “disposição cheia de vivacidade [...]”. Quanto aos boxeadores, o artigo defendia que a “arte do box requer[ia] ao mesmo tempo fôrça e habilidade e o temperamento, portanto, [seria] às vezes vivo e às vezes lento, de acôrdo com o atributo dominante (CLASSIFICAÇÃO..., 1939, p.77).

⁵⁷ Professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FERLA, 2005).

Nesse sentido, observa-se que o texto não apenas classificava os “tipos masculinos” segundo a sua predisposição física, como também, admitia que a formação psicológica deles estaria ligada a essas aptidões. No desfecho do texto essa relação fica ainda mais evidente quando acrescenta que “os atletas de pêso leve [eram] psicologicamente bem equilibrados, tal [qual] sua estrutura corporal, de modo que êste tipo seria o que esta[ria] mais próximo do ideal físico e mental” (CLASSIFICAÇÃO..., 1939, p.77).

Portanto, nota-se que o texto caracterizava os atletas a partir de relações lineares e determinantes, cujo ponto inicial da caracterização era a classificação dos “tipos físicos” masculinos. A partir dessa classificação, o artigo determinava os atletas e as modalidades esportivas pertencentes a cada “tipo”, indicava que todos os atletas de uma mesma modalidade tinham as mesmas características físicas e a partir do físico desses atletas, apontava que todos possuíam as mesmas feições mentais.

Assim, o artigo constituía “tipos ideais” de corpo masculino que congregavam aspectos anatômicos, comportamentais e psicológicos, cujos conceitos foram vinculados a determinadas modalidades esportivas. Nesse sentido, o texto implicitamente produzia uma dupla noção de corpo negro, dada a sua relação às práticas do atletismo e do boxe, respectivamente: na primeira, o identificava como magro, forte, apto às atividades prolongadas e impulsivo; na segunda, o reconhecia como forte, dotado de força e atento. Vistas em conjunto, essas representações constituíam um corpo negro esguio, robusto, inclinado às tarefas braçais e guiado pela impulsividade.

Embora a publicação não tenha transparecido os procedimentos usados pelos “especialistas que classificaram o físico masculino”, ainda assim o texto operava um reconhecimento da composição física, da predisposição e das características psicológicas de determinados “tipos” masculinos. Dados como esses, os exames de admissão da época, com os rigores da ciência médica e biotipológica, identificavam nos indivíduos para encaminhá-los aos trabalhos mais adequados às suas aptidões a fim de potencializar a execução e o rendimento do trabalho nas fábricas. Ou seja, além de cooperar para a identificação de corpos aptos ao trabalho, o periódico especificava as suas potencialidades, favorecendo a distribuição racional dos potenciais trabalhadores em conformidade com os seus biótipos.

Ademais, essa categorização do corpo masculino privilegiou apenas os “tipos” aptos fisicamente ou ainda, as masculinidades, cuja força, volume muscular e capacidade física representavam utilidade e proveito econômico. Como efeito do enaltecimento de corpos masculinos dentro da “norma” física almejada pela economia nacional, corpos fisicamente

“desviantes” e “impróprios” ao trabalho foram construídos como diferença na estreita relação com “tipos ideais” defendidos pela Revista Educação Physica.

Nesse jogo de identidade e diferença, o corpo negro foi associado positivamente ao trabalho, uma vez que reunia parte considerável dos elementos constituintes do trabalhador nacional idealizado na época: força, resistência e predisposição as atividades de esforço físico. Por outro lado, embora os prováveis efeitos positivos dessa concepção, em termos de socialização e de integração positiva do homem negro ao mercado de trabalho, essa representação também o inseria em estratégias de governo e de gestão político-econômica.

O modo como a revista representava o homem negro o constituía como instrumento de valor econômico devido a sua propensão às tarefas físicas e braçais, cujas inclinações ao trabalho foram, em parte, justificadas pela própria “natureza” do seu corpo. Essa ideia permeou o artigo, “Atletismo: Preparo para as corridas de velocidade”, publicado na edição nº 45 do periódico e assinado por Harry Hillman⁵⁸. Nesse texto, o autor discute sobre a importância da preparação técnica no atletismo, argumentando que o emprego correto das técnicas de arrancada e ação de braços e pernas permitiria aos “corredores cobrir velozmente grandes distâncias”. Paradoxalmente, entretanto, afirmava que “via de regra o melhor corredor de velocidade possui[ia] natural ligeireza [...]” (HILLMAN, 1940, p. 46).

Como exposto anteriormente, o artigo “Classificação de Atletas” havia defendido que os corredores e saltadores eram “impulsivos” e “vivazes”, ou seja, reiterado a dicotomia emoção x razão, subtendida na escala racial de Roquette-Pinto (cap. 3) e que aproximava o negro da natureza. Nesse sentido, por sua “natural” ligeireza e impulsividade, o desempenho do atleta negro Dave Albritton (figuras 6 a 19), por exemplo, talvez não demandaria cuidado com os preparos técnicos observados por Harry Hillman (1940), uma vez que dotado de um corpo “naturalmente” adequado a esses fins:

⁵⁸ Então instrutor no Dartmouth College, nos Estados Unidos. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 45, 1940, p.46-47.

Figura 6: Dave Albittron
(enquadramento 1 e 2)

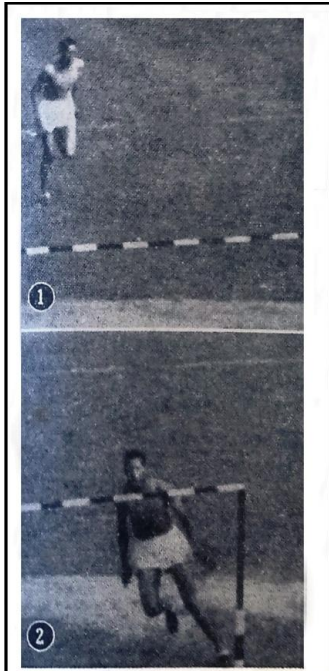


Figura 2 — O preparo. Note-se a poderosa frente, Cruter co'la num angulo de 45 graus para a partida. Ele tem uma corrida vagarosa e relaxada, elástica.

Figura 2 — Note-se a posição de pés plantados, com os braços baixos e o peso do corpo sobre a perna de partida.

N.º 35 — Outubro, 1939

Figura 7: Dave Albittron
(enquadramento 3 e 4)



Figura 3 — O preparo. Note-se a poderosa suspensão com a perna direita e os braços.

Figura 4 — O início do roll.

Figura 5 — A montada. Observe-se especialmente que a cabeça está bem adiante das ancas e note-se a altura da perna direita.

Figura 6 — A tesoura com as pernas: O impulso para baixo da perna direita auxilia suspender a perna esquerda e as ancas sobre o sarrafo.

Figura 7 — O momentum obtido com a corda e a partida devem levá-lo através do sarrafo.

Figura 8: Dave Albittron
(enquadramento 5, 6 e 7)

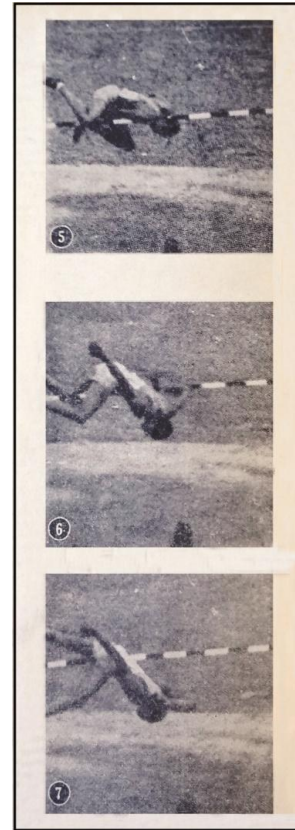


Figura 9: Dave Albittron
(enquadramento 8 e 9)



Figura 8 — Em cima e preparando-se para aterrizar.

Figura 9 — Aterrando na perna principal.

N.º 35 — Outubro, 1939

Figura 10: Dave Albittron
(enquadramento 10 e 11)

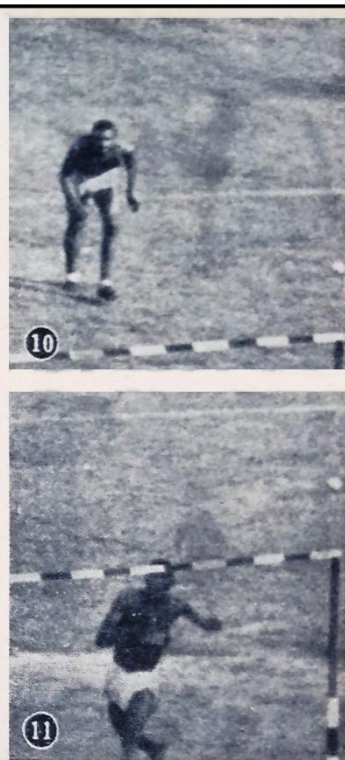


Figura 11 — Note-se como Albittron volta seu ombro direito para o sarrafo, para o auxiliar com a sua torção.

Figura 11: Dave Albittron
(enquadramento 12 e 13)

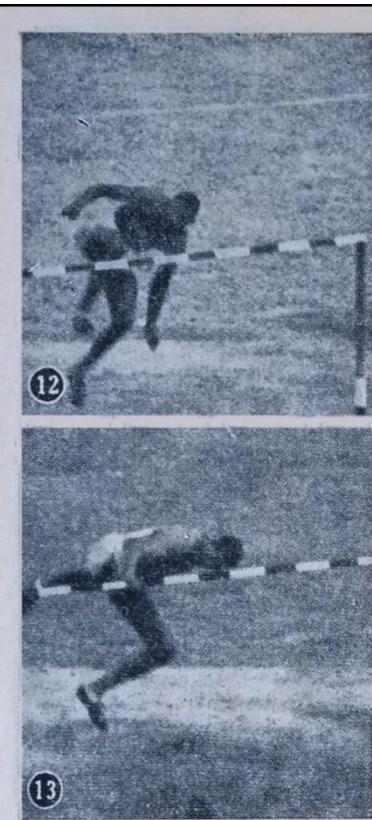


Figura 12: Dave Albittron
(enquadramento 14, 15)

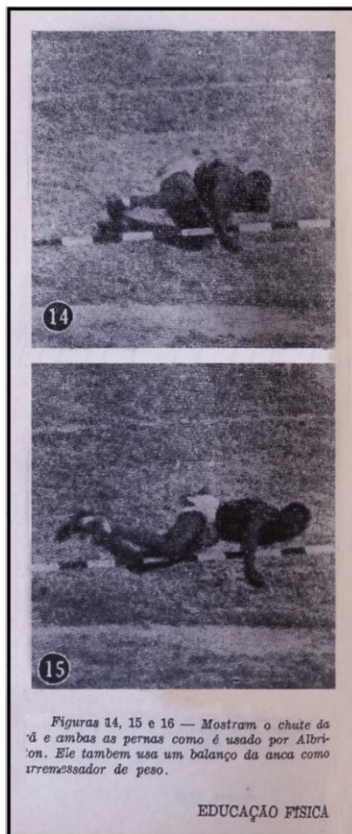


Figura 13: Dave Albittron
(enquadramento 16, 17)

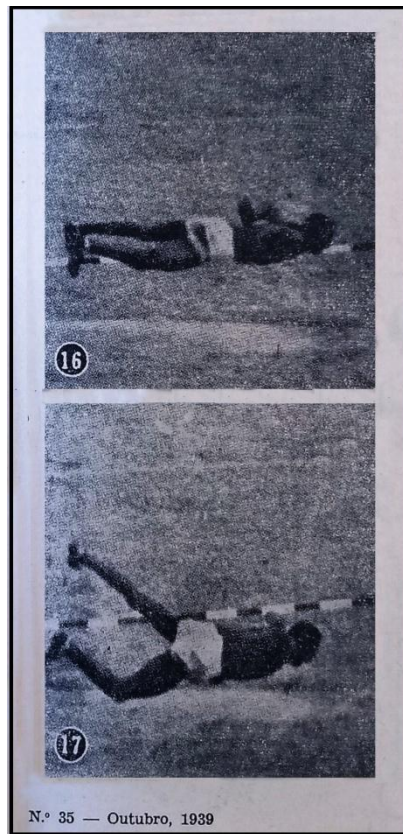
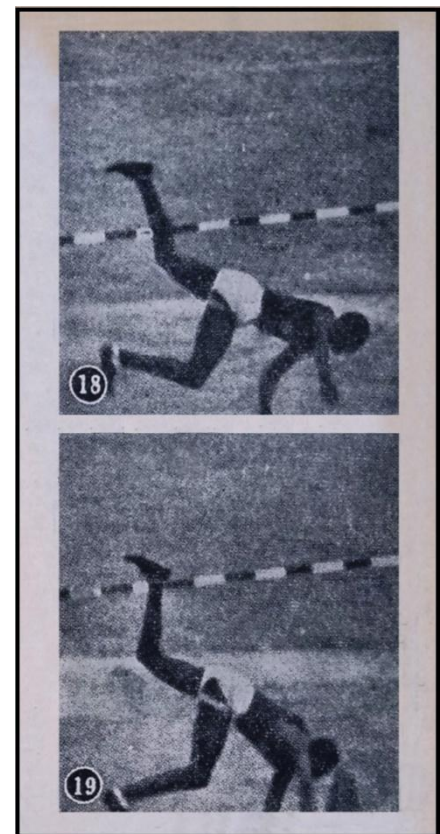


Figura 14: Dave Albittron
(enquadramento 18, 19)



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 35, 1939.

As imagens numeradas expostas acima compõe o artigo, “Alterações na forma do salto em altura”, escrito por Frank Potts⁵⁹ e publicado pela Revista Educação na edição nº 35, de 1939, na seção “Atletismo”. Tratando sobre as variações e os estilos de salto em altura, o autor ilustra seu texto com uma sequência de movimentos do atleta Dave Albittron, cujas técnicas são explicadas logo abaixo de algumas imagens. Devido ao enquadramento em plano aberto da progressão do atleta somente é possível distingui-lo nas imagens 11 e 15, que constam o seu nome.

Em 1936, o afro-americano Dave Albittron compôs a equipe olímpica dos Estados Unidos nos Jogos Olímpicos de Berlim, na Alemanha, ocasião em que conquistou a medalha de prata na modalidade de salto em altura. Porém, as Olimpíadas de Berlim ganharam notoriedade pelo fato do corredor afro-americano, Jesse Owens, ter conquistado quatro medalhas de ouro no atletismo⁶⁰, em um evento no qual Hitler pretendia demonstrar, através do esporte, a superioridade física e racial dos “arianos” (GRAHAM, 2008).

⁵⁹ Então instrutor de pista na Universidade do Colorado, nos Estados Unidos. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 35, 1939, p.17-22.

⁶⁰ Jesse Owens conquistou a medalha de ouro nas seguintes modalidades: 100 metros rasos, 200 metros rasos, salto em distância e corrida de revezamento 4x100 metros (CORNELSEN, 2018).

Voltando aos nexos entre “corpo e mente” advogados no artigo “Classificação de Atletas”, ainda percebeu-se que texto veiculava o entendimento de que o equilíbrio mental seria encontrado no atleta categorizado no 3º “tipo físico”, aquele que correspondia ao ponto médio entre os “tipos” “respiratório-pulmonar” (1º tipo) e “muscular” (2º tipo), ou seja, no esportista de estrutura física igualmente equilibrada. Descrito como “o tipo ideal de estrutura corporal, [...] capaz de várias formas de esforços” (CLASSIFICAÇÃO..., 1939, p.76), o 3º “tipo físico” abrangia boxeadores, nadadores e atletas de peso-leve. Embora a revista tenha vinculado o corpo negro ao boxe, ela o fez, sobretudo, a partir da imagem do famoso boxeador norte-americano, Joe Louis, que por pertencer à categoria dos pesos-pesados, não se adequava a esse “tipo físico”, como mostra a figura abaixo:

Figura 15: Joe Louis



Fonte: Revista Educação Physica, ed.43, 1940, p.3.

Publicada na edição nº 43 da Revista Educação Physica, a imagem acima exhibe Joe Louis ao mesmo tempo em que noticia a próxima luta do boxeador contra o chileno Arturo Godoy, marcada para outubro de 1940, em Buenos Aires. Em outras edições, o periódico já havia divulgado alguns confrontos entre os dois boxeadores pelo título de campeão mundial de boxe, na categoria peso-pesado, cujas lutas foram vencidas por Louis⁶¹.

Caso Joe Louis não pertencesse à categoria dos “pesos-pesados”, estaria incluído no grupo de indivíduos cuja estabilidade física e mental significava a possibilidade de emprego do seu corpo em variadas formas de trabalho físico. Mais do que isso, caso integrasse o 3º “tipo”, sua associação ao trabalho braçal também seria justificada por sua aptidão psicológica para esse fim e não apenas pelo seu corpo, como a Revista Educação Physica dava a entender nas representações dos esportistas negros no atletismo, no boxe e também, no futebol.

Contudo, diferente do jogador Leônidas da Silva, cujo destaque nacional não lhe rendeu maiores menções na revista, Joe Louis teve seu nome vinculado a um número considerável de textos, inclusive, sendo apresentado como o maior boxeador de todos os tempos. Apesar disso, as referências a Joe Louis também acabaram enaltecendo as suas qualidades físicas para o trabalho (STAUDT, SILVA, MAGALHÃES, 2018).

Segundo Sonia Bercito (2011), naquela época a valorização dos aspectos físicos do trabalhador acabou produzindo uma visão fragmentada de corpo que exaltava a função mecânica do braço, já que era o membro mais diretamente relacionado à produção. De modo semelhante, o braço também era o membro potencializado pelos boxeadores negros, que por usarem luvas, deixavam de “lado as mãos que, se enaltecidas, trariam outro simbolismo, mais relacionado à criação e à inventividade humana (BERCITO, 2011, p. 380), ou seja, à racionalidade dos gestos. A ênfase dada ao braço do operário se inseria em um conjunto de representações que visavam sedimentar a imagem do trabalhador nacional naquele período.

No que tange a imagem de Joe Louis, cabe destacar que essa foi a única fotografia publicada pela Revista Educação Physica que enquadrou um atleta negro de corpo inteiro e em pose. De certo modo, os traços físicos de Joe Louis lembram a obra o “Mestiço”, pintada pelo artista brasileiro Cândido Portinari, em 1934. A pintura de Portinari reunia na figura do “Mestiço” as características físicas dos tipos raciais brasileiros, simbolizando a própria imagem do trabalhador nacional construída a partir de um tipo forte e condizente com os

⁶¹ “DO RING PARA O PALCO”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 40, 1940, p.63; “PELO TÍTULO MÁXIMO DE BOX”. NOTICIÁRIO. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 42, 1940, p.65; NOTÍCIA. **Revista Educação Physica**, ed. 48, 1940, p.46.

parâmetros raciais da identidade brasileira (SILVA, FONSECA, 2013). Vista como parte de um contexto em que se procurava delimitar o tipo racial brasileiro, a imagem de Joe Louis dialogava com a necessidade de positivar o elemento mestiço, naquele momento constituído como símbolo da identidade nacional.

Por outro lado, a escolha de Joe Louis e não de Leônidas da Silva, por exemplo, como negro “autorizado” a estampar uma página inteira do periódico, também encontra justificativa plausível na importância simbólica adquirida por Louis no contexto sociocultural norte-americano e na conjuntura política do período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

De acordo com Jessica Graham (2008), nos Estados Unidos o boxe foi um esporte muito usado para evidenciar as referências de masculinidade e raça no nacionalismo norte-americano, cujo simbolismo recorria à figura de boxeadores brancos da categoria peso-pesado. Em razão da crença da superioridade racial branca nos EUA, em 1936, Joe Louis sequer teria sido reconhecido como norte-americano quando enfrentou o alemão Max Schmeling, pelo título de campeão mundial dos pesos-pesados. O próprio Adolf Hitler, ciente da influência que o esporte exercia na política, não incentivou o confronto, já que a derrota para um atleta negro poderia comprometer a honra alemã e abalar a ideologia nazista, tal como ocorreu nos Jogos Olímpicos de 1936, com o triunfo do atleta negro, Jesse Owens.

Derrotado em 1936, Joe Louis voltaria a enfrentar Max Schmeling em 1938, todavia, passados dois anos, a ideologia nazista estava em pleno vigor, representando uma ameaça internacional aos valores democráticos. Esse cenário político favoreceu novos simbolismos ao encontro entre Louis e Schmeling, cujo combate foi ressignificado como a disputa entre a democracia e o autoritarismo. Assim, com o apoio do público norte-americano a Joe Louis, pela primeira vez nos EUA um homem negro foi transformado em símbolo da democracia no país. Contudo, assim como ocorria no Brasil dos anos 1930, embora a positivação de Joe Louis favorecesse a ideia de inclusão racial nos EUA, as atitudes cotidianas dos brancos em relação aos negros ainda refletiam os ideais da supremacia racial branca (GRAHAM, 2008).

Em suma, a partir das modalidades esportivas do atletismo e do boxe, a Revista Educação Physica constituiu representações do corpo negro que davam a ver sua propensão aos trabalhos físicos e braçais. Essa associação foi estabelecida a partir da intersecção entre imagens e textos que discutiam acerca das práticas esportivas as quais a “identidade negra” foi vinculada pelo periódico.

Esses esportes, ao serem constituídos a partir de noções fixas de composição corporal e predisposição física e mental, produziram, como efeito, estreitas concepções de corpo

masculino que tornavam a prática esportiva uma prerrogativa de “tipos físicos” específicos. Da relação rígida construída entre corpo e esporte, o trânsito da “identidade negra” pelo atletismo e pelo boxe deu margem a uma concepção de corpo negro que conciliava aspectos físicos, atitudinais e psicológicos como força, predisposição física e impulsividade.

A igualmente inflexível relação construída entre as características físicas e psicológicas dos atletas permitia supor que o temperamento dos atletas negros poderia ser identificado somente pelo seu corpo. Em relação a isso, cumpre advertir que essa relação linear também compreendia esportistas não-negros afetados pelas publicações discutidas aqui – nadadores e ginastas, por exemplo –, entretanto, esses últimos, não tiveram a veiculação da sua “identidade” presa aos significados de esportes específicos.

Como ideia subjacente às representações do homem negro no atletismo, no boxe e também, no futebol, a Revista Educação Physica reforçava a capacidade de trabalho do corpo negro sem, entretanto, descuidar da manutenção das hierarquias raciais observadas na época, dada a sua reiteração como provável trabalhador braçal desprovido de qualificação intelectual.

No tocante a isso, Carlos Hasenbalg (1979, p.83) afirma que as antigas formas de divisão racial do trabalho são atualizadas em formas complexas de organização social, como as promovidas pela industrialização nos anos 1930 e 1940. Por esse motivo, a raça “[...] é mantida como símbolo da posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho e continua a fornecer a lógica para confinar os membros do grupo racial subordinado àquilo que o código racial da sociedade define como seus lugares apropriados”.

Nesse sentido, a discriminação racial na organização do trabalho seria apenas parte de um conjunto complexo de práticas racistas, que produzem como efeito cumulativo a reprodução da posição social inferior da população negra (HASENBALG, 1979). Esse fato nos permite pensar que a associação positiva do negro aos trabalhos braçais foi estrategicamente usada pela revista para submetê-lo a uma ocupação preterida no contexto social, já que nos anos 1930 o trabalho braçal ainda guardava forte relação com a ideia de subalternidade.

Sob esse ângulo, ficaram registradas no periódico as disputas por representação entre os diferentes grupos raciais, cujas práticas de significação estiveram estreitamente ligadas a relações de poder, uma vez que “os diferentes grupos sociais não estão situados de forma simétrica relativamente ao processo [...] de produção de sentido” (SILVA, 2001, p.23), havendo, portanto, um vínculo estreito entre significação e relações de poder.

Dessa maneira, no próximo capítulo demonstro que a Revista Educação Physica discutia sobre o processo de industrialização ao propor a relação “corpo-máquina”. Das

relações que o periódico estabelecia entre corpo, máquina e trabalho, argumento que havia diferenças sensíveis entre as representações da revista que associavam o negro ao trabalho.

4 TRABALHADOR, DISCIPLINADO E BRANCO: O “CORPO-MÁQUINA”

O processo de industrialização tardio ocorrido no Brasil representou o avanço do domínio do capital sobre as forças produtivas e o desenvolvimento das relações sociais capitalistas, com predomínio do capital sobre o trabalho (ANTUNES, 1982). Durante o Estado Novo (1937-1945), sobretudo, o trabalho passou a ser visto como uma forma de integração dos homens na sociedade, não importando a natureza das ocupações que realizavam. Visando estimular a capacidade de trabalho da população, o Estado investiu em políticas de saúde e assistência social buscando equilibrar os esforços entre a mecanização da produção e a promoção da dignidade humana (GOMES, 1999).

Nos idos 1930-1940, o estímulo à industrialização esteve relacionado com a constituição de “corpos-máquinas”, valorizados pelos músculos, resistência, disciplina e capacidade de produção. Interessava à indústria a forja de corpos saudáveis, dóceis e produtivos e, nesse sentido, a energia dos homens foi orientada para a produção industrial e os seus corpos resumidos a força de trabalho (BERCITO, 2011).

A noção de “corpo-máquina” teria sido tributária das teorias de Frederick Taylor, que ao associarem o corpo ao maquinismo e a produção, defendiam que o trabalho intelectual deveria ser negado ao operário, restando a ele somente o trabalho mecânico⁶². Com base nessas ideias, a industrialização tornou o operário uma “extensão das máquinas”, adequando os usos do seu corpo à precisão e a utilidade dos movimentos mecânicos.

Em diálogo com as pautas políticas do seu tempo, a Revista Educação Física publica na seção “Alimentação” o artigo, “A máquina humana e o combustível”, assinado por Arturo López na edição nº 34, de 1939⁶³. López (1939, p. 20) inicia sua escrita argumentando que o êxito nas atividades atléticas e esportivas estaria relacionado à alimentação, vista como fonte de energia capaz de manter “o organismo em condições ótimas de rendimento funcional, de tal modo que permita ao indivíduo realizar um esforço no máximo de suas capacidades”.

Assim, os cuidados com a alimentação eram estimulados como forma de assegurar aos indivíduos o pleno rendimento nos trabalhos físicos. Das relações que estabeleceu entre atividade física e produtividade, López (1939, p. 20) propôs algumas comparações entre o corpo e a máquina, pois, segundo ele, ofereciam “numerosas e muitas analogias”. Como “máquina”, o corpo teria como “principal exigência [...] o trabalho ininterrupto para poder

⁶² Proposições advogadas na obra “Princípios de administração científica”, publicada pelo norte-americano Frederick Winslow Taylor em 1911 (BERCITO, 2011).

⁶³ Publicado pelo periódico, esse texto foi mais uma cortesia da revista “Viva Cien Anos”.

viver, pois mesmo em repouso [seria] necessário o perpétuo movimento de seu mecanismo interno (coração, pulmões, estômago, glândulas, etc.)”. Para a eficiência mecânica do “motor humano”, a quantidade de trabalho produzido dependeria da quantidade de energia adquirida pelo consumo de combustível – o alimento. Nesse processo, quanto maior o rendimento menor seria o consumo de “combustível” para a execução do trabalho (LÓPEZ, 1939, p. 22).

Essa concepção mecanizada de corpo, produtivo e em contínuo trabalho, dialogava com as perspectivas políticas que viam os trabalhadores essencialmente como “máquinas” de produção e de proveito econômico à nação. A atenção dada à alimentação, que em termos físicos significava incremento energético, se alinhava a busca pela otimização do “capital humano”, já que para ele a energia representava “capacidade de produzir trabalho” (LÓPEZ, 1939, p. 21).

Para exemplificar as suas proposições, López apresenta um gráfico que ilustra o rendimento de diferentes fontes de energia utilizadas, respectivamente, pela máquina a vapor, o automóvel, o ser humano e as redes de energia elétrica, como mostra a figura a seguir:

Figura 16: "Corpos-máquinas"



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 34, 1939, p. 22-23.

A simbiose entre o corpo e a máquina passou a reclamar a veiculação de imagens semelhantes a essa, cujos sentidos pretendiam gerar uma relação de pertença do trabalhador à engrenagem moderna e ao sistema de produção emergente (CASAQUI, HOFF, 2010). Capaz de sedimentar intenções políticas, essa imagem servia como auxílio à ideia de progresso a partir do trabalho mecanizado. Assim, ao mesmo tempo em que exprimia a modernidade a partir de maquinarias, constituía-se como “monumento” que consumava o corpo como extensão da máquina, pois em uma primeira impressão, o condutor e o automóvel parecem parte de uma mesma engrenagem.

O gráfico que perpassa essa imagem indica a porcentagem de rendimento de cada “máquina” em conformidade com as suas fontes de energia. De acordo com López (1939), a

máquina a vapor, que utiliza carvão, aproveitaria 10 por cento da energia do seu combustível; o automóvel aproveitaria 20 por cento, com a gasolina; a “máquina” humana renderia até 33 por cento, com a alimentação e a rede elétrica, 90 por cento. Entretanto, esses dados não eram consensuais naquele período, pois havia estudos que apresentavam percentuais distintos dos apontados por Arturo López na Revista Educação Physica.

Como exemplo, o médico Hilário Veiga de Carvalho, catedrático da faculdade de Medicina de São Paulo (FERLA, 2005), defendia que do total de “combustível” consumido pelo ser humano, apenas 20 por cento seria aproveitado na realização do trabalho, os 80 por cento restantes eram perdidos na forma de calor. Portanto, a preocupação com a alimentação também aparecia no discurso médico, pois, acreditava-se que seria o ponto de partida para o rendimento no trabalho. Nesse sentido, as refeições deveriam ser proporcionadas conforme o dispêndio de esforço físico, confirmando a noção do corpo como máquina e o alimento como combustível (BERCITO, 2011), tal qual exposto na Revista Educação Physica.

Além da importância dada à alimentação para o rendimento do “motor humano”, Arturo López entendia que o estado de fadiga também deveria ser observado, uma vez que representava redução da capacidade produtiva dos indivíduos. Em consonância com as suas ponderações, a ciência médica estimulava o uso racional de energia no trabalho para evitar a fadiga, vista pelos especialistas como prejudicial à produção econômica. Nessa direção, os médicos auxiliaram na criação de uma economia corporal capaz de controlar o desperdício energético, de modo a assegurar o seu melhor desempenho produtivo (BERCITO, 2011).

Para tanto, foram propostas medidas de controle do corpo no ambiente fabril, com o intuito de “educar” os gestos, as posturas e garantir que os movimentos fossem executados com precisão, agilidade e economia de energia. Além disso, a higiene do ambiente e a disposição das ferramentas foram reorientadas para otimizar a execução das tarefas e certificar que as forças físicas eram dirigidas unicamente para a produção (BERCITO, 2011).

Sendo assim, a relação entre corpo e máquina era pautada cientificamente naquele momento, pois embora a pretensa “mecanização” corporal, era sabido que o “motor humano” possuía limitações que deveriam ser observadas pelos médicos do trabalho e pelas políticas de saúde pública para que fosse garantida a capacidade produtiva da população.

A atenção dada ao corpo operário acabou inserindo a população trabalhadora em estratégias de controle biopolítico de Áreas como a Medicina, a Biotipologia e a Educação Física, que tornaram seus fenômenos biológicos objetos de observação e de saber médico, pedagógico e político-econômico.

Contudo, a noção de “corpo-máquina” não foi recebida da mesma maneira por Lourenço Filho no artigo, “Educação Física e a futura raça brasileira” (1940). Da sua visão, o “homem civilizado” havia perdido a força muscular e a robustez física característica do “homem primitivo”. Para ele, com o progressivo aperfeiçoamento intelectual o “homem” foi paulatinamente perdendo a sua capacidade física, pois, “ensinando a máquina a fazer quasi todas as cousas com muito mais eficiência, ele [passou] a lutar menos, a exercitar-se menos e a exercitar-se parcialmente, naquilo em que a não perfeição da máquina exigiu sua colaboração” (LOURENÇO FILHO, 1939, p.10).

Portanto, a eficiência produtiva e o lucro econômico, ampliados pelo incremento da máquina no sistema de trabalho moderno, eram colocados em segundo plano por Lourenço Filho, que se mostrava mais preocupado com os prejuízos físicos que a mecanização representava para os indivíduos:

“Para que avalies um pouco até quanto a máquina transformou as condições de vida e dispensou, com sua eficiência, a antiga eficiência física do homem, transmito-vos alguns dados de cálculos tecnocráticos, não faz muito compilados, em um estudo sobre Tecnocracia, publicado na revista “A Ordem”. Um oleiro ateniense podia produzir em média, 450 tijólos por dia, num trabalho de mais de dez horas; uma olaria moderna produz, por homem, ao dia 400.000 tijólos” (LOURENÇO FILHO, 1939, p.10).

Nessa passagem é possível perceber que o autor não estava preocupado apenas com a redução da aptidão física dos indivíduos, mas também, com a possibilidade de serem totalmente substituídos pelas máquinas na realização do trabalho. Assim, se para Arturo López (1939, p.21) “[...] a máquina [era] um “artifício” destinado a aproveitar ou regular a ação de uma fôrça ou energia”, para Lourenço Filho (1939, p. 10), ela representava para o indivíduo a “desnecessidade do esforço muscular e a colaboração parcial com a máquina, um processo que o tem conduzido a mais enervante escravidão física [...]”. Vistas em sentido amplo, suas considerações representavam uma crítica à própria racionalidade científica do ambiente de trabalho, que construída na esteira do processo de industrialização, concorria para desumanização do sistema produtivo.

O debate relativo ao trabalho tornou a aparecer na edição nº 48 da Revista Educação Physica por meio do texto, “O trabalho”, de autoria de Charles Wagner na secção “Educação Moral”. Embora não tenha feito referências diretas ao trabalho industrial, Wagner (1940, p.12) discutia em favor da importância social do trabalho, afirmando aos leitores que “[...] o homem vale o que vale o seu trabalho [...]”.

Em seu texto, Charles Wagner apresentava o trabalho como uma obra humana que deveria, necessariamente, ser acurada e possuir uma finalidade social. A concepção de

trabalho que defendia na revista, portanto, conferia centralidade ao valor humano presente no produto e no ato laborativo, pois para ele o operário

“[...] em seu trabalho, põe seu espírito, sua vida, sua humanidade. Pelo que, nunca digamos a ninguém: “Tu és pago para isso; não tenho que te agradecer”. O varredor na sua ocupação, o ferreiro em seu martelo, o agricultor em sua charrua, teem desejo de bem fazer aquilo que fazem e de servir à humanidade. Pagando-lhes a obra, nem por isso estamos quites: é preciso ainda amá-los e honrá-los por havê-lo feito e testemunhar-lhes gratidão. Realizado por um verdadeiro, um bom operário, todo trabalho é um ato de bondade e um elemento social de primeira ordem. Bebo bom vinho, como um pedaço de bom pão, enfio um bom sapato: além da vantagem de ser bem servido, tenho de pensar que alguém fez bem o seu dever, então, a meus olhos, êsse copo de vinho, êsse pedaço de pão, êsse sapato assumem um valor humano muito superior ao seu valor comercial” (WAGNER, 1940, p.12).

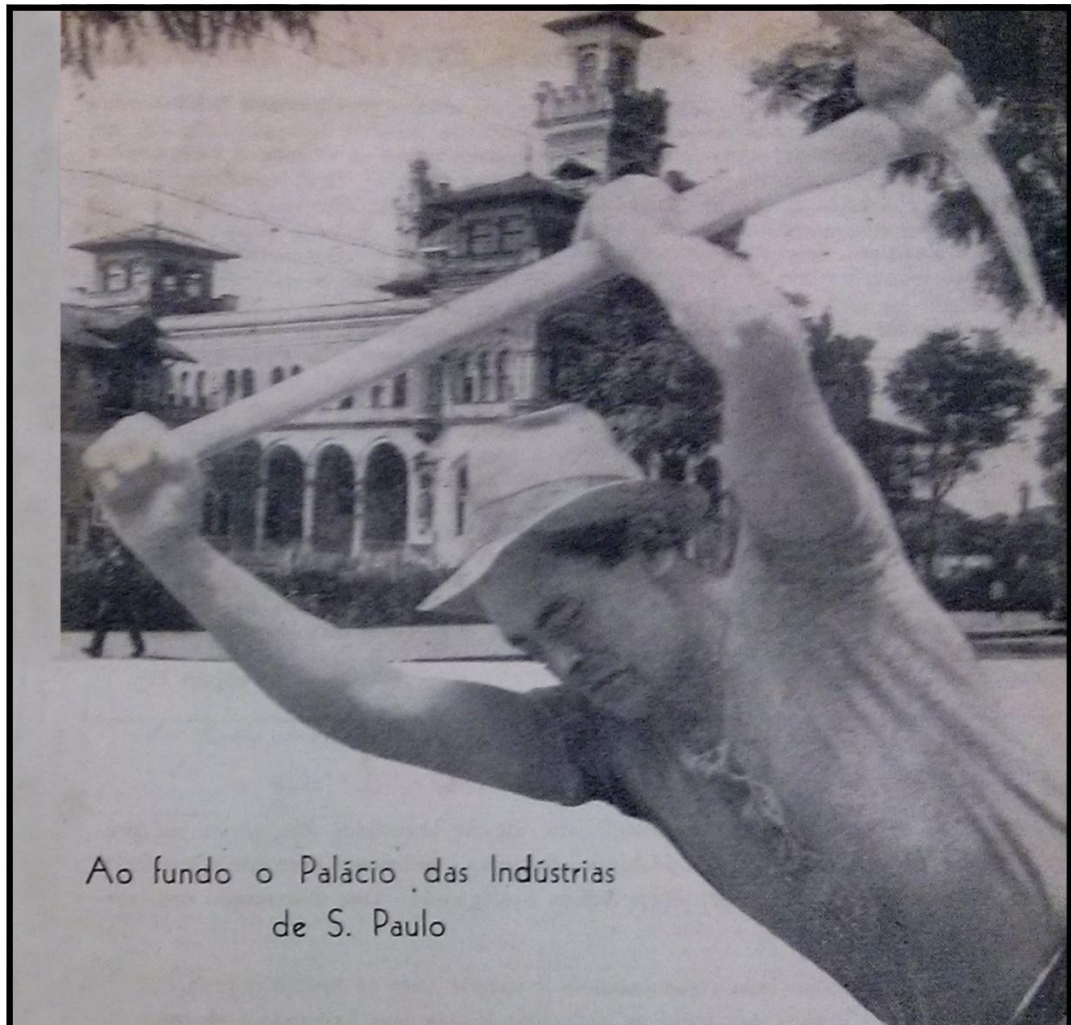
A sobreposição do valor humano sobre o valor comercial das mercadorias abrangia, em boa parte, os princípios sustentados pela política de valorização do trabalho proposta pelo Estado Novo. Os investimentos do Estado em torno da valorização do trabalhador assim como a ideia de moralidade e civismo logrado pela afeição ao trabalho eram anseios políticos reiterados por Wagner no texto que submeteu à revista.

Em paralelo a produção de “corpos-máquinas”, ansiada pela emergente indústria, o Estado Novo investia na recuperação do valor social do trabalhador. Para tanto, uma das iniciativas consistiu, precisamente, na supressão da relação hierárquica existente entre a máquina e o operário, já que essa noção teria sido a responsável pela mecanização que eliminava a dimensão humana do trabalho. O culto à máquina, que correspondia a maior eficiência produtiva, vinha sendo suplantado pelo fordismo⁶⁴, que sem desconsiderar a máquina e os proveitos da divisão do trabalho, atentava também para a necessidade de preservar “o motor humano” (GOMES, 1999).

Para além do incremento à valorização do trabalho e do trabalhador nacional, Charles Wagner também exibiu em seu artigo a imagem de um operário em ofício. Em um contexto no qual a difusão de imagens de trabalhadores havia se tornado uma estratégia de arregimentação política, à custa da publicação de Wagner, a Revista Educação Physica contribuía com o acréscimo de mais uma imagem, como visto a seguir:

⁶⁴ Em 1914, o norte-americano Henry Ford introduziu a jornada de oito de horas de trabalho nas suas indústrias e a premiação em dinheiro aos operários mais produtivos. Conforme Bercito (2011), essas iniciativas foram o marco inicial do fordismo.

Figura 17: O operário



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 48, 1940, p.13.

A imagem que Charles Wagner seleciona para compor seu texto dá a ver uma porção de elementos compatíveis com o projeto de modernização do Brasil: trabalho, indústria e urbanismo. Uma imagem emblemática, uma vez que enquadra como figura fundo o Palácio das Indústrias de São Paulo, principal estado industrial do Brasil. Em 1920, a produção industrial de São Paulo correspondia a 32 por cento da produção nacional e, em 1940, o percentual havia subido para 43 por cento (ANDREWS, 1998).

Interessante observar como parece haver uma discrepância entre a imagem do operário e o ambiente urbano no qual trabalha, dando a entender, inclusive, uma sobreposição de imagens. Pensada como uma representação veiculada em um contexto de valorização do trabalho, em sentido irrestrito, o conjunto da cena centraliza o trabalho, seja na indústria ou na zona rural.

Sob esse prisma, imagem e texto cumpriam a função política de diluir a importância cívica e moral do trabalho, destacando a sua relevância para a vida social dos indivíduos:

“Quando vou pelo calçamento das ruas, vou por sôbre testemunhas da boa vontade que meus bons irmãos, pobres, lá puseram, não somente com o fim de ganhar seu dia, mas com [...] desejo de bem servir e de apresentar trabalho próprio, durável, resistente às rodas dos carros e aos pés dos transeuntes. [...] Um homem não pode existir sem dever diariamente sua vida ao trabalho dos outros. [...] Tudo é fruto do trabalho. Só vivemos de trabalho” (WAGNER, p.12-13).

Embora Charles Wagner tenha destacado a dimensão humana do ato laborativo, contraditoriamente indeterminou a identidade do trabalhador que exibiu em seu texto, dando evidência somente ao trabalho, em conformidade com as representações predominantes que realçavam apenas o saber técnico e prático do operário nacional.

Além disso, o enquadramento de um provável agricultor à frente da indústria paulista parecia ilustrar a mobilidade demográfica ocorrida naquele período já que as fábricas de São Paulo acolhiam um contingente considerável de trabalhadores vindos das zonas agrícolas. Contudo, apesar do autor ter selecionado um homem branco para positivar as características cívicas e morais do trabalho, a maioria dos trabalhadores vindos das atividades agrícolas era constituía por homens negros, conforme os estudos de Andrews (1998) acerca da contratação dos operários pelas firmas paulistas, em 1940.

Em todo caso, a associação que a revista estabelecia entre o corpo negro e o trabalho se alinhava ao conceito de operário subentendido na imagem, ou seja, um indivíduo que deveria ser evidenciado unicamente pelos predicados físicos. Todavia, a forma como a revista positivava a relação do homem branco ao trabalho guardava diferenças sensíveis com as formas como o periódico associava o negro a esse entendimento.

Ao longo desta dissertação foi possível perceber que a revista positivava a aptidão do negro para o trabalho a partir da sua representação em esportes que exigiam apenas o esforço físico dos atletas, ou seja, em espaços alheios à produção intelectual. Essa relação foi justificada, em boa parte, pela “natural” predisposição física do negro às tarefas braçais, sendo assim, sua propensão ao trabalho era uma ideia que permeava a imagem do “negro esportista” construída pela Revista Educação Physica. Por outro, no texto de Charles Wagner, que fazia menções diretas ao trabalho e a noção de “corpo-máquina”, nota-se que a imagem do negro não apareceu nas edições analisadas. De modo semelhante, também não foi possível identificar o corpo negro em práticas como a ginástica, por exemplo, construídas sob o prisma da racionalidade e da constituição de corpos aptos ao trabalho, no exato sentido da palavra.

A higiene, a produtividade e a moral eficaz do “corpo-máquina” teriam inspirado a sistematização da ginástica na virada do século XIX para o século XX. Construída pela análise científica e mecânica dos movimentos, a representação de “corpo-máquina” se tornou um modelo de estética moderna. Contemporânea às teorias que contestavam o desgaste físico

no trabalho, a ginástica foi metodizada para incrementar as forças físicas com o mínimo de dispêndio de energia (SOARES et al., 2015).

Desde a sua emergência durante o século XIX no Ocidente europeu, a ginástica foi constituída como praxe integrante dos novos códigos de civilidade. Um conjunto de práticas populares de artísticas de rua – acrobatas, funâmbulos, etc. – foi copiada e reorientada sob a ótica da ciência, da utilidade e do controle de energia, dando origem a prática. Sem deixar vestígios sobre a origem dos seus exercícios, a ginástica se afirmaria como prática capaz de incrementar as forças para o trabalho. Reformulada pelas mãos de cientistas, médicos e, sobretudo, militares, se tornou parte integrante do pensamento científico, desse modo, seus movimentos passaram a representar higiene, moralidade e racionalidade (SOARES, 2006).

Quando Loyola assumiu a direção técnica do periódico, a ginástica francesa era o método oficial de ensino da Educação Física nas escolas de todo o Brasil ⁶⁵. Sua filiação a revista corresponde ao surgimento da seção “Lições de Educação Física” (ALMEIDA, 2008), criada com o intuito de garantir a aplicação do método francês de ginástica, tal como previsto pelo programa de ensino do Ministério da Educação. Essas “lições” ⁶⁶ compreendiam gestos corporais controlados, que incluíam, por exemplo, movimentos cadenciados de elevação, flexão e extensão de braços e pernas, executados de 5 a 8 vezes por minuto e repetidos logo após a realização completa da sequência dos exercícios (LOYOLA, 1939c, p.62).

Uma vez que o periódico conferia à Educação Física a tarefa de preparar os indivíduos para uma “vida utilitária [tornando-os] elementos produtivos” (LOYOLA, 1939b, p. 9), a publicação regular das “Lições de Educação Física”, mais do que garantir a prática periódica da ginástica, indicava que a produção desses indivíduos passaria pela racionalidade dos movimentos ginásticos. Realizados sob o rigor do tempo e do controle dos gestos, esses exercícios dotariam de disciplina, agilidade e resistência os indivíduos, transformando-os em elementos úteis e afeiçoados ao trabalho (LOYOLA, 1939c, p. 9; 1940b, p. 9).

A ginástica, de diversos modos, esteve presente em todos os exemplares da Revista Educação Physica, ora em argumentos favoráveis a aplicação do método ginástico francês, ora em imagens de ginastas franceses como E. Bonnet, apresentado como exemplo de beleza física adquirida através da prática racional da ginástica, como mostra a imagem abaixo:

⁶⁵ As instituições militares já haviam adotado o Método Francês de ginástica em 1921 e a partir de 1929, todas as escolas civis de ensino primário deveriam incorporá-lo as suas práticas docentes. Em 1931, por meio do “Regulamento Geral de Educação Física”, o método torna-se diretriz pedagógica de instituições secundárias, normais e superiores (SILVA ALS, 2014).

⁶⁶ Almeida (2008) indica que das 28 Lições de Educação Física publicadas no periódico, entre as edições nº 35 e 62, Hollanda Loyola teria sido o responsável por 14 delas. Das outras 14 lições, 13 não foram assinadas, enquanto uma indica ter sido escrita por Roland de Souza, diretor do impresso entre anos de 1936 a 1941.

Figura 18: Ginasta francês



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 38, 1940, p.8.

O enquadramento de corpo inteiro do francês põe à mostra os benefícios físicos obtidos através da prática regular da ginástica. Embora a articulação entre imagem e texto tenha privilegiado os proveitos estéticos do atleta, seu corpo esguio e os seus movimentos contidos materializam a relação da ginástica com a produção de indivíduos disciplinados e fisicamente aptos para trabalhar. No artigo “Educação Moral e Educação Física”, Inácio de

Freitas Rolim⁶⁷ reitera que a exercitação ginástica torna “[...] o homem mais forte, mais adestrado, mais flexível e mais ágil [...]”, argumentando que a aplicação de exercícios utilitários seria uma forma de preparo para outras formas de trabalho (ROLIM, p.10).

Por outro lado, a imagem de Bonnet também exprimia o belo a partir do homem branco, único corpo visto e dito em espaços como a ginástica, nos quais o sentido de beleza física se fazia presente na Revista Educação Physica.

Compreendida como expressão do “aperfeiçoamento da raça”, o embelezamento físico foi fomentado por variados editores da revista. Inácio Rolim (1940, p. 11), por exemplo, entendia que a beleza de um “indivíduo organizado na simetria e na proporção” era um “verdadeiro trabalho de arte”. No artigo, “Como iniciá-los na educação estética?”, publicado na edição nº 41, de 1940, Maria Vernego exibiu imagens de estatuárias gregas para exprimir o belo como algo a ser ensinado e desejado pelas crianças. No texto, “A Consciência do Bello”, veiculado no exemplar nº 34, de 1939, a revista conscientizava os leitores sobre os sentidos da “verdadeira beleza”. Em suma, o periódico associava à prática racional e metódica de exercícios a ideia de aperfeiçoamento estético, cujos sentidos não se restringiam aos aspectos físicos, uma vez que a revista advogava um conceito de beleza que abrangia a saúde, a moralidade, o civismo e o intelecto⁶⁸.

De diferentes modos, o gosto pela estética corporal esteve presente nos nacionalismos dos regimes nazi-fascista e estado-novista, que advogavam o “aperfeiçoamento da raça” a partir dos parâmetros estéticos da população⁶⁹. No desenvolvimento dos Estados modernos, raça, povo e nação eram entendidos quase como sinônimos e, portanto, a estética corporal e os marcadores raciais poderiam sinalizar o progresso nacional assim como o seu subdesenvolvimento (FLORES, 2000).

Desse modo, se o aperfeiçoamento estético/racial refletia o avanço da nação, representações de beleza também passaram a atrair a atenção das elites políticas e

⁶⁷ Em 1929, na ocasião da visita do então presidente da república, Washington Luís, Inácio Rolim organizou uma apresentação de ginástica no Centro Militar de Educação Física (CMEF), situado na Escola de Sargentos de Infantaria – Vila Militar. A exposição ginástica atraiu a atenção de Washington Luís que agencia a reabertura do Centro Militar de Educação Física, fechado no mesmo ano de sua inauguração, em 1922, em consequência dos desdobramentos da revolução que ocorreu naquele mesmo ano. Reaberto após sete anos de inatividade, o Centro Militar compôs o primeiro curso de formação de professores, cuja turma compreendeu 50 discentes formados em janeiro de 1930, ano em que a escola se transfere para a Fortaleza de São João, no bairro Urca, no Rio de Janeiro (SILVA ALS, 2014).

⁶⁸ PELA BELEZA FÍSICA MASCULINA: Adquirir e conserve a elegância do seu corpo. Revista Educação Physica, Rio de Janeiro, ed.45, p.28-29, 1940.

⁶⁹ Um bom exemplo foi o filme “Olympia”, produzido pela cineasta Leni Riefenstahl sob a encomenda de Adolf Hitler. Lançado em 1938, o filme retrata os Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim. A serviço da política nazista, o filme constrói a utopia da perfeição física da raça ariana, dramatizando a luta entre as nações pela conquista da beleza de um corpo educado pelo esporte (ALMEIDA, 2006).

intelectuais⁷⁰, inclusive, do projeto de educação estética proposto pela Revista Educação Physica e seus editores, que dava ênfase a corpos brancos similares às estatuárias gregas.

As relações entre estética e raça também foram potencializadas por Lourenço Filho no artigo “Educação Física e a futura raça brasileira”. Mostrando-se preocupado com a fragilidade física e com a predisposição da população sertaneja às doenças, o autor lançou mão das proposições de Euclides da Cunha para advertir que mesmo quando os mestiços eram fortes, pois “o sertanejo é antes de tudo um forte, [...] a sua aparência é negativa. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas” (LOURENÇO FILHO, 1940, p. 12). De acordo com Vanderlei de Souza (2011), embora Euclides da Cunha enaltescesse a capacidade física do homem sertanejo, também defendia que o mestiço era feio e incapaz de civilizar-se. Portanto, ao fazer uso das considerações de Euclides da Cunha, Lourenço Filho a um só tempo reiterou a aptidão física do mestiço e as relações entre estética e raça, deslocando o corpo negro do entendimento de beleza física.

Concepções de beleza também atraíam outros autores contemporâneos aos colaboradores da Revista Educação Physica. Em 1934, Afrânio Peixoto, por exemplo, publica “Sexologia Forense”, obra na qual relacionava os traços físicos as taras, as degenerações, a criminalidade e a hereditariedade das deformações físicas, sugerindo como medida o controle das relações sexuais (FLORES, 2000). Em “A cura da fealdade”, publicada por Renato Kehl em 1923, o eugenista apresenta a feiura como doença, dando margem a intervenção médica no tocante a fealdade. Semelhante a Afrânio Peixoto, via na seleção sexual uma saída eugênica viável, pois na sua visão pais belos, fortes e saudáveis gerariam uma prole bela, robusta e sã. Como características herdadas e também adquiridas pelo esforço individual, a beleza seria um atributo incomum em um país de mestiços sujos e aleijados (SILVA, 2008).

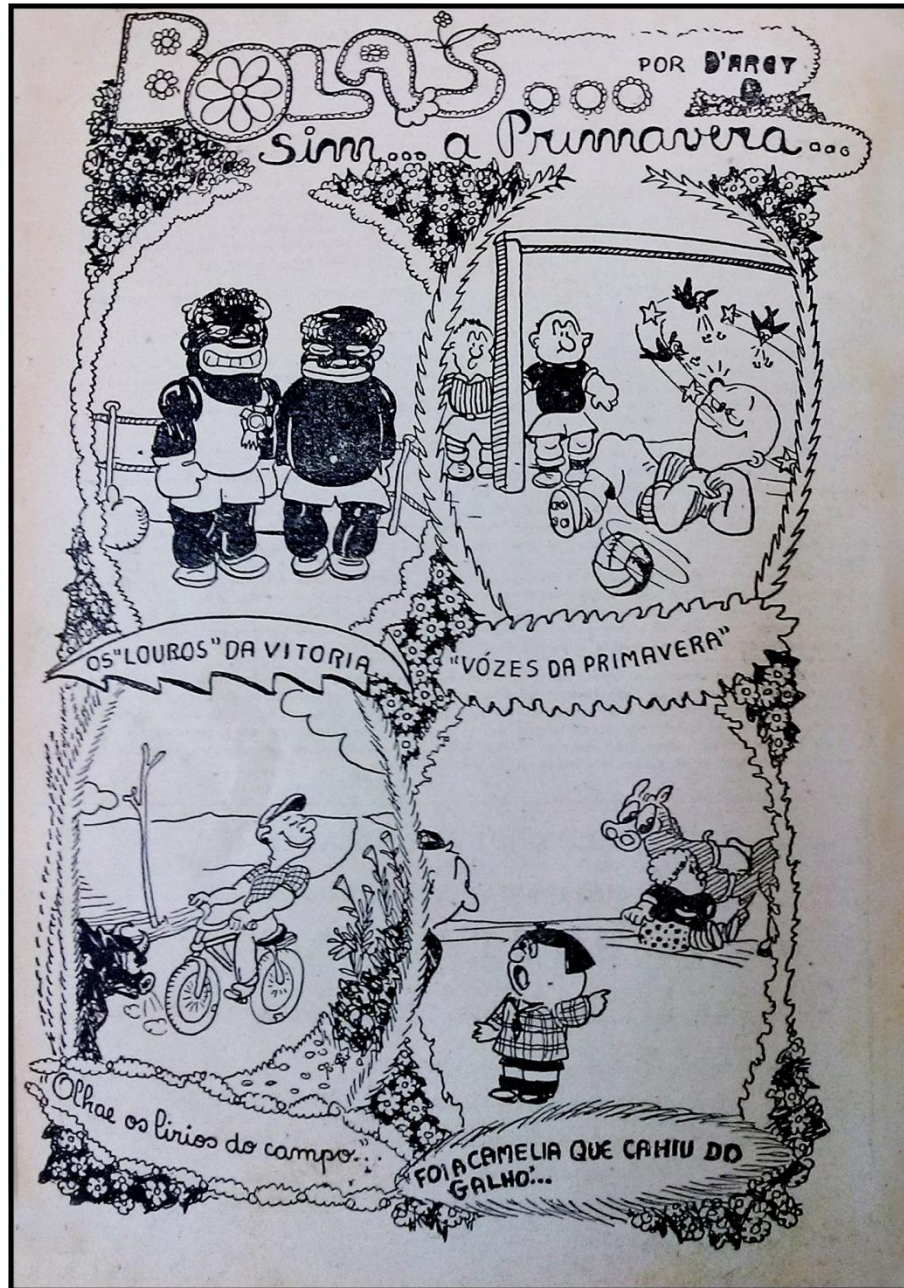
Nesse sentido, na esteira da importância atribuída à beleza física da população, como sinônimo de progresso e apuramento da raça, a Revista Educação Physica ventilava concepções de beleza masculina que faziam apologia à estética grega e enalteciam imagens de ginastas brancos como Bonnet. Dessa forma, além de convencer os homens a investirem no embelezamento físico, colocava à mostra, a partir da estética branca, um exemplo de corpo “educado” pela ginástica para o trabalho.

O fato de o homem negro ter sido silenciado no projeto de educação estética proposto pela revista já distanciava seu corpo do entendimento de beleza masculina. Não bastassem

⁷⁰ À exemplo disso, em 1941 foi realizado o Primeiro Congresso de Brasilidade, promovido pela Comissão de Unidade Étnica. Em ocasião desse evento foi defendido um projeto de unidade étnico-racial apoiado na tríade: trabalho, saúde e beleza, esta última, manifesta nas proporções do corpo como sinônimo de ética e moralidade (FLORES, 2000).

esses silenciamentos, o periódico ainda satirizava a estética negra a partir de charges como a publicada na edição nº 46, de 1940:

Figura 19: Os "louros" da vitória



Fonte: Revista Educação Física, ed. 46, 1940, p. 69.

Veiculada na seção “Diversos”, a coluna “Bolas” estampava as páginas da Revista Educação Física com charges que ironizavam variados aspectos do cenário cotidiano, esportivo e político. Embora publicada em todos os exemplares analisados, o periódico não disponibilizou maiores informações acerca de Darcy, chargista responsável pela coluna. Dentre as imagens veiculadas nessa charge, chama a atenção à exibida sob o título “Os louros

da vitória”, que faz uma evidente analogia a boxeadores negros. Nela, a negrura da caricatura dos boxeadores torna a ilustração inverossímil na relação com a legenda “louros”.

O uso de luvas e o tom carregado da cor da pele, sobretudo, na relação com as outras ilustrações, denota a intenção do chargista de caricaturar atletas negros, fazendo uso da cor como signo reconhecível da “raça”. No exato sentido etimológico da palavra⁷¹, essa charge exagera na pigmentação do corpo negro, salientando a sua cor com a intenção de provocar o riso. Como estratégia discursiva, Darcy recorre ao elemento linguístico “louros”, que associado à imagem, complementa o sentido satírico da caricatura.

De acordo Pesavento (2003, p. 85), “as imagens, sejam gráficas ou pictóricas, são representações do mundo elaboradas para serem vistas” e cuja função epistêmica consiste em dar a conhecer identidades ou formas estéticas, constituídas mediante o filtro ideológico do indivíduo que as produz e mantendo íntima relação com os ideais políticos do seu tempo.

Em outras edições, o chargista havia veiculado representações da mulher negra semelhantes a essa, denotando a presença de juízos racistas e estereotipados na elaboração da coluna e nos modos como o autor reconhecia a estética negra. Nos exemplares nº 51 e nº 59, publicados em 1941, Darcy veiculou a caricatura de uma mulher negra andando de bicicleta, de óculos escuros, de luvas nas mãos, calçando tamancos e com um lenço amarrado na cabeça, fazendo clara menção a uma empregada doméstica e tornando a apelar para o tom exagerado da cor da sua pele (STAUDT, MAGALHÃES, 2018).

Imagens como essa apresentam juízos de valor e comunicam de forma simbólica, representando o referente a partir da reprodução de aspectos da sua aparência visível ou daquilo que o autor definiu como a sua aparência (NOVAES, 2008). Não sendo idêntica ao referente, a charge é menos icônica que a fotografia de Joe Louis, por exemplo, entretanto, ambas as representações realçavam as características físicas do negro e o seu afastamento em relação ao padrão de beleza branca sustentado pela Revista Educação Physica.

Assim, a caricatura da “diferença estética” servia como contraste às imagens que exibiam um modelo corporal representado pela beleza grega, cuja perfeição física balizava os projetos nacionalistas de pureza e supremacia racial branca e a proposta de “educação estética” veiculada pelo periódico. Portanto, a negrura dessa imagem representava simbolicamente o grupo afastado do “centro” e da possibilidade de permear os simbolismos que associavam concepções de raça e estética à ideia abstrata de nação.

⁷¹ Oriundo do francês *charger*, o termo significa carregar, exagerar (ARBACH, 2007).

Entretanto, esse padrão de beleza eugênico e racista não era uníssono nos anos de 1930 e 1940, uma vez que a imprensa e as associações negras promoviam concursos de beleza que enalteciam os predicados estéticos das mulheres negras em resistência à imposição de um modelo eurocêntrico de beleza feminina (SILVA JG, 2015).

Em todo caso, a caricatura parecia apenas ilustrar a descrição física dos boxeadores feita no artigo “Classificação de Atletas”, que caracterizava os lutadores de peso-pesado como “volumosos e musculosos”, sem juízos de valor estético. Ao invés disso, descrevia os boxeadores e os futebolistas como atletas cuja composição física possuía um claro desalinhamento das proporções, diferente da “harmonia das formas” de E. Bonnet, que para a revista, fazia lembrar a “estatuária grega dos tempos heroicos”:

“Os atletas de peso-pesado e lutadores são volumosos e musculosos [...]. O tronco do corpo está fortemente desenvolvido e também os músculos dos braços e os ombros, ao passo que os músculos dos membros inferiores são notavelmente mais finos. A musculatura é forte, nodosa e pouca elástica nos atletas de peso-pesado [...]. A estrutura corporal dos futebolistas é raramente harmônica, pois a parte inferior de seu corpo tem um desenvolvimento exagerado comparado com a superior. A cintura muscular pélvica é forte e também os músculos dos membros inferiores, especialmente na barriga da perna. Os músculos dos braços e os ombros padecem de um desenvolvimento deficiente” (CLASSIFICAÇÃO..., 1939, p.76-77).

Assim sendo, nota-se que o corpo negro era valorizado apenas pelo desenvolvimento muscular dos membros, mais diretamente relacionados aos trabalhos físicos exigidos pelo boxe e pelo futebol. A musculatura condizente às práticas enfatizava sua “natureza” predisposta aos trabalhos físicos e braçais, sem que, entretanto, tenha sido textualmente dito como apto ao trabalho ou representado em práticas abertamente relacionadas à constituição de indivíduos produtivos e afeiçoados ao trabalho. Ao invés disso, a aptidão do homem negro para o trabalho foi negada em algumas publicações que trataram diretamente sobre a sua capacidade produtiva, como será abordado no próximo item.

4.1 O NEGRO APÁTICO E IMPRODUTIVO

É de autoria de Humberto Baldariny o artigo “Educação Física como assistência social à infância”, publicado em 1940 pela Revista Educação Physica na edição nº 45. Especializado na Área, Baldariny (1940a, p.38) declara que através da científica Educação Física seria possível adaptar as crianças, “os futuros adultos”, às leis sociais e, com isso, resolver os problemas da “delinquência, da vadiagem, da miséria e dos diferentes cancros sociais”.

Visando a intervenção da Área em locais de vulnerabilidade socioeconômica,

Baldariny constituía uma série de “desordens morais” como objeto da ação profilática da Educação Física. No debate proposto por ele o “aperfeiçoamento do Brasil” passaria pelo disciplinamento dos “futuros adultos”, buscando evitar a multiplicação de indivíduos “imorais” e, portanto, incapazes de prover o desenvolvimento socioeconômico da nação. Descrita por Baldariny como instrumento de disciplinamento infantil, a Educação Física deveria visar a formação de adultos saudáveis, moralizados e produtivos.

Embora atuasse como professor de Pedagogia e Psicologia, Lourenço Filho atestava que somente pela Educação Física seria possível construir o país desejado, uma vez que “um povo que pretenda progresso deve[ria] ser, fisicamente, um povo suficiente” [dotado de] plenitude para as grandes iniciativas” (LOURENÇO FILHO, 1939, p.11). Condizente a Baldariny, também recomendava às intervenções da Educação Física em locais de vulnerabilidade social, sobretudo, por serem ambientes constituídos por indivíduos carentes de condições básicas de saúde e de constituição física irregular e fraca:

“[...] A educação física vai ajudar-nos na nossa preservação contra o vício, o alcoolismo, a depravação. Ela é a melhor escola de sobriedade, de ensino da defesa do corpo contra os agentes desgastadores da saúde. [...] Pela vida somática regulada e nutrida a exercícios, está a melhor reserva de eficiência, de capacidade do futuro cidadão. O espírito sadio – pressuposto sempre da educação mais nobre, a intelectual – estará, assim, em corpo vigoroso e não em carcaça comida de mazelas e vícios” (LOURENÇO FILHO, 1939, p.12).

Pedro Calmon (1940, p.2) também creditava à prática regular de exercícios uma estratégia capaz de constituir uma geração de brasileiros fortes, saudáveis e disciplinados. Para tanto, sugeria a intervenção dos núcleos educativos das capitais sobre as populações do interior, em busca do que chamou de uma “regeneração ântropo-psíquica nas zonas menos cultas do Brasil”. Em 1939, Tenorio D’Albuquerque assina, “A educação física em Minas Gerais”, na seção “Atletismo” da edição nº 37, e ao exaltar os investimentos do estado mineiro na difusão da Educação Física, endossa as considerações destes autores no tocante a importância cívica do fortalecimento físico da população:

“É de uma realidade incontestável a frase: “O Brasil só será verdadeiramente forte quando dispuser de uma população forte”. O robustecimento do nosso povo é o grande problema brasileiro. Crianças débeis, anêmicas, não poderão estudar convenientemente. Homens raquíticos, fracos não poderão contribuir, com eficiência, para o aproveitamento de nossas riquezas. Imprescindível é atrair os brasileiros para as praças de esportes, fazer-lhes compreender a necessidade da cultura física” (D’ALBUQUERQUE, p.13, 1939).

Em conformidade com D’Albuquerque, o eugenista Renato Kehl, assíduo colaborador do periódico, escreve à revista afirmando que ao verificar o estado físico de inúmeros rapazes, tinha diagnosticado uma porcentagem elevada de indivíduos doentes e inaptos a geração de

uma prole sã por possuírem “capital hereditário” comprometido⁷². Ao abordar os efeitos das falhas morais na mocidade, Kehl declara que:

“Como na infância e na adolescência, também na mocidade existem múltiplos percalços a sobrepujar, destacando-se, dentre êles, os males e vícios sociais - pérfidos e pertinazes sempre à volta de todos nós, a espera do momento exato para nos dominar. De causas múltiplas e de efeitos vários, ultrapassam os limites da vítima, para se estender ao meio em que vive, à família, a toda a sociedade” (KEHL, 1940, p.16).

Parte dos eugenistas da época, apoiados na vertente lamarckiana, acreditava que o ambiente e os hábitos poderiam gerar modificações genéticas passíveis de transmissão às gerações seguintes, sendo assim, a regeneração da raça brasileira seria possível mediante intervenções salutareas e educacionais. Essa perspectiva contrariava a genética mendeliana, para a qual as alterações genéticas seriam impossíveis em apenas uma geração, por essa razão, propunha medidas de restrição matrimonial e de esterilização de sujeitos considerados disgênicos (SILVA ML, 2015).

Em todo caso, observa-se que ao final das suas considerações Renato Kehl expressa textualmente a ideia subjacente às reflexões de Humberto Baldariny, Lourenço Filho e Pedro Calmon, de que a fragilidade orgânica e os “desvios morais” seriam características particulares de determinados espaços sociais. Ao pensarmos na periferia como um local no qual se multiplicam indivíduos fracos, viciosos e delinquentes, como fazia crer esses autores, têm-se a periferia como um espaço onde determinados fenômenos agiriam sobre todos os nativos da localidade.

Vistas em conjunto, essas representações naturalizavam a periferia e os seus nativos a partir da regularidade de sentidos conferidos a eles: vadiagem, delinquência, patologia, alcoolismo, raquitismo, miséria, etc. As maneiras como foram descritos os locais afastados do centro dizem sobre um periódico cujas publicações denotavam seus direcionamentos para um público leitor jovem, ativo e composto pelas camadas médias e altas da moderna sociedade brasileira, ou seja, uma periferia construída pelo “centro”.

As inclinações classistas dos editores da revista aludiam às reformas educacionais implementadas na década de 1930, que tiveram como intenção ampla a produção de um sistema educacional conduzido do centro à periferia. Fruto da intervenção política na Área educacional, o desenvolvimento econômico do Brasil compôs os objetivos pedagógicos de

⁷² KEHL, Renato. A mocidade. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.46, p.16-17, 1940.

disciplinas como a Educação Física, incumbida de forjar indivíduos aptos a prover os interesses econômicos da nação.

Com efeito, já datava dos anos 1920, especialmente, a organização de dezenas de postos sanitários em áreas deslocadas dos centros urbanos e nas regiões periféricas das grandes cidades. Nos anos finais da década de 1920, o Brasil já contava com serviços de profilaxia rural em várias regiões do país, inclusive, os próprios estados passaram a organizar serviços de assistência médico-social, de saneamento e a capacitar profissionais para trabalhar nesses departamentos. A partir da reforma do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), proposta em 1935 e, implantada por Capanema em janeiro de 1937, a política de saúde pública no Brasil lucrou estrutura administrativa e respaldo político, já que foi adequada aos princípios da política social de Vargas (HOCHMAN; FONSECA, 1999).

O debate de Humberto Baldariny acerca da intervenção da Educação Física nas políticas assistencialistas dialogava com as providências tomadas na época pelo Mesp, cujas medidas de assistência social privilegiavam, sobretudo, a população pobre, infantil, idosa e indigente ou os indivíduos impossibilitados de trabalhar devido a algum problema de ordem orgânica ou física. As ações do Mesp, no entanto, não abrangiam o cidadão trabalhador, que deveria recorrer aos serviços ligados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) (HOCHMAN; FONSECA, 1999).

O panorama construído pelos editores da revista acerca da população periférica contribuía para justificar não apenas a intervenção da Educação Física nesses espaços, como também a estatização dos indivíduos localizados nessas regiões. Locais constituídos sob o estigma do alcoolismo, da doença, da delinquência e da inaptidão física representavam incapacidade para o trabalho, perfil oposto ao do “homem novo” almejado pelo Estado nacional. Portanto, a ação normativa do Estado e da Educação Física sobre esses indivíduos estaria alicerçada sobre a própria “natureza do ser vivo para estruturar a intervenção política sobre o mesmo” (BAZZICAPULO, 2017, p. 18).

Por conseguinte, as representações do periódico inseriam os fenômenos biológicos da população periférica em estratégias políticas que visavam o robustecimento físico, moral e consequente proveito econômico dos indivíduos. Nesse quadro, a Educação Física aparece nos textos como um instrumento de intervenção que busca atingir os fenômenos em série da população: doença, delinquência, alcoolismo, invalidez física, etc. Entendidos como efeitos de massa próprios do meio em que vivem, esses acontecimentos reclamariam a intervenção da Educação Física, como estratégia de governo dos fenômenos que poderiam intervir no projeto de engrandecimento econômico da nação.

Nessa direção, a utilidade econômica da Educação Física também estaria no apuramento moral proporcionado pela prática, pois, segundo Baldariny (1940a, p.38), ao desenvolver “o caráter, a audácia, o sangue frio e o espírito combativo, arrancar[ia] o nosso povo da apatia e resignação, legada pela influência africana, tornando-o mais otimista, mais confiante em si próprio, e principalmente, mais produtivo e creador”.

Nota-se que ao tratar sobre a dimensão moralizante da Educação Física, percebida em seu potencial de formar indivíduos produtivos, Baldariny constitui a noção de produtividade na negação de uma “moralidade africana” concebida a partir de características que denotam improdutividade e objeção a nova ética do trabalho potencializada nos anos 1930-1940. Em vista disso, os serviços prestados pela Educação Física à economia nacional passariam pela supressão da indolência e submissão “característica” dos povos africanos e dos seus descendentes no Brasil.

A perspectiva de Baldariny se alinhava a de Lourenço Filho, que se referindo a “tríplice matriz étnica” formadora da raça brasileira assinalava que da essência das três raças teria resultado um legado de qualidades sentimentalistas e tristes, portanto, alheias a produtividade e ao dinamismo necessário para empreender ações em proveito da pátria, como mostra o trecho a seguir:

“O português para aqui nos carrou a saudade. Ora, a saudade é muito bonita cousa, mas ela representa para nós como símile, o que representa o ópio para o chinês. É um enervante, é um narcotizador da atividade; não é construtora. O índio insubmisso e indolente, trouxe-nos o seu terror cósmico, a resignação acomodatória e fatalista ante a invencível pujança da natureza. O negro contribuiu com a sua alma recalçada, desarestada, despersonalizada pelo servilismo; alma [...] inexperiente, cheia de banzo e mandinga (LOURENÇO FILHO, 1939, p.11).

Percebidas como efeito do processo de miscigenação racial, a indolência e a resignação tornam a aparecer na escrita de Lourenço Filho como atributos que afetam a capacidade de produção do povo brasileiro e que reclamam a intervenção corretiva da Educação Física. Entretanto, diferente de Humberto Baldariny, que identifica esses traços como particularidades morais da “raça negra”, Lourenço Filho as apresenta como heranças psicológicas de negros e indígenas. De qualquer modo, entendidos como legados morais e psicológicos que inutilizam os brasileiros, a apatia e resignação aparecem como problemáticas que colocavam em intersecção aspectos raciais e econômicos.

Nesse tocante, as intervenções da Educação Física não ficariam restritas a regeneração moral e psicológica da população, pois, acreditava-se que a disciplina seria um meio eficaz de identificação das tendências morais dos brasileiros desde a infância, ou seja, antes que os fenômenos da indolência e da resignação atingissem a fase adulta, período em que os

indivíduos ingressam no mercado de trabalho. Era o que afirmava Osvaldo Magalhães no artigo “Educação”, publicado em 1940, no exemplar nº 41, na seção “Educação”. Segundo o autor, não seria difícil reconhecer o caráter de um jovem durante as atividades atléticas, para tanto, bastaria que o professor, “baseado na psicologia”, observasse “as inclinações das crianças que a indisciplina e a indolência seriam descobertas” (MAGALHÃES, 1940, p. 2).

Dessa forma, ao articularem a Educação Física a domínios que extrapolam o seu fazer pedagógico, os editores da revista constituem a Área como um campo de saber que investia os corpos de um poder simultaneamente disciplinar⁷³ e biopolítico. Como efeito de poder, o apuramento físico, moral e psíquico, proporcionado pela Educação Física, concorria para a regeneração da raça e para a formação de indivíduos úteis economicamente, cuja utilidade percorria a supressão das heranças morais e psicológicas das raças negra e indígena.

A intersecção entre aspectos raciais e econômicos, entretanto, não convergia a algumas medidas de regulação do trabalho aplicadas na época. Naquele momento, a Lei dos 2/3, que estabelecia que todas as empresas do país deveriam ter 2/3 de operários nacionais, havia oportunizado a integração de um contingente expressivo de negros no mercado de trabalho. Mobilidade conveniente à economia brasileira, tendo em vista que a diminuição das taxas de imigração estrangeira tinha reduzido a mão de obra disponível.

Se a relação entre raça e trabalho feita por eles não contribuía para o incremento das atividades econômicas do país, por outro lado, afluía para o preterimento do “braço negro” no trabalho industrial. Como aponta Bebel Nepomuceno (2012), devido à exclusão sofrida pelos homens negros no sistema trabalhista, preteridos em relação à mão de obra do homem branco, no início do século XX coube à mulher negra a tarefa de prover o sustento da família, recorrendo a variadas ocupações, especialmente, ao trabalho doméstico.

Contudo, com base nos estudos de George Andrews (1998) sobre a distribuição hierárquica das “raças” na firma São Paulo Light, vimos que a industrialização, por si mesma, não eliminava a “raça” como critério de estruturação das relações sociais. Mesmo que o desenvolvimento econômico e industrial pudessem reduzir as desigualdades raciais, Carlos Hasenbalg (1979) comenta que isso não eliminaria a subordinação das minorias raciais tampouco alteraria a posição dos grupos na hierarquia socioeconômica.

⁷³ O poder disciplinar, segundo Foucault (2005), atua especificamente sobre o corpo individual, com o intuito de aumentar-lhe a força útil através de procedimentos como exercícios físicos, treinamentos e a vigilância da sua distribuição no espaço. Exercido ao nível do corpo e das ações corporais, o poder disciplinar visa extrair dos indivíduos tempo e trabalho mais do que bem e riquezas, diferente das estratégias de biopoder (FOUCAULT, 2005).

Em todo caso, as representações da Revista Educação Physica favoreciam, em parte, o processo de limitação de oportunidades sociais aos “homens de cor”. Digo em partes, porque vimos nos subcapítulos 3.1 e 3.2, que o “negro esportista” possuía todas as características do trabalhador nacional “ideal”. Porém, em outros exemplares da revista, não privilegiados nas análises desta dissertação, o periódico também veiculou a imagem do negro “delinquente” e “alcoólatra” a partir do espaço esportivo, ou seja, os significados atribuídos ao negro através do esporte não possuíam unidade semântica. Por esse motivo, ao longo do editorial dirigido por Hollanda Loyola, o “negro esportista” também aparece como impróprio ao trabalho devido a sua propensão à delinquência e ao alcoolismo⁷⁴. Inaptidão moral, nesse caso, que diz respeito à transgressão das “normas” que regem o convívio social e não a ideia de inutilidade moral tal como sustentada por Humberto Baldariny e Lourenço Filho.

Diante da ambiguidade de significados que o periódico conferia ao negro pode-se observar que a sua relação com o trabalho era positivada como ideia subliminar às publicações que o evidenciavam como exímio esportista – forte de físico e frágil de intelecto. Todavia, quando os editores do periódico tratavam diretamente sobre o trabalho a aptidão do negro era negada, sob o argumento da sua incapacidade psicológica e moral para esses fins.

Frente a esse quadro de exclusão, que guardava resquícios da integração marginal sofrida pela população negra no Pós-Abolição, ativistas e entidades negras estiveram envolvidas em mobilizações contra a discriminação e às desigualdades raciais presentes nos espaços de trabalho dos anos 1930. A Frente Negra Brasileira (FNB), por exemplo, desde a sua criação em 1931, privilegiava ações políticas de integração absoluta do negro na sociedade brasileira, defendendo que em plenas condições físicas, técnicas, intelectuais e morais, a esse grupo não deveria ser negada a sua participação política, social e econômica (GOMES, 2005).

Na ocasião do Primeiro Congresso Afro-Brasileiro, Jovino da Raiz aproveitou o evento para denunciar as condições miseráveis as quais estavam submetidos os trabalhadores rurais negros e os péssimos salários que recebiam na indústria. Édison Carneiro⁷⁵ criticou às relações raciais desenvolvidas no Brasil no Pós-Abolição, argumentando que não havia

⁷⁴ A inclinação do negro à delinquência e ao alcoolismo pode ser observada nos textos, “Muitos boxeadores negros morrem tragicamente” e “A tragédia dos grandes boxeadores: Joe Louis às portas da falência”, publicados em 1942, nas edições 71 e 73, respectivamente. A esse respeito indico a leitura do artigo, “Aptos aos trabalhos braçais, suscetíveis aos vícios morais: Representações do homem negro na Revista Educação Physica” (STAUDT, SILVA, MAGALHÃES, 2018).

⁷⁵ Nascido em Salvador, Édison de Souza Carneiro foi intelectual brasileiro dedicou seus estudos aos temas relativos à cultura afro-brasileira. Jornalista, etnógrafo, folclorista, ativistas e cientista social negro, Édison Carneiro deixou uma coleção de escritos que influenciou intelectuais de Áreas como a cultura e a política (HERZMAN, ROSSI, 2017).

ocorrido a efetiva incorporação do negro na sociedade brasileira. Em tom nostálgico, iria rememorar o trabalho do negro na fazenda e nos engenhos, ao observar os maus ganhos e a opressão exercida pelos operários brancos sobre os negros nas fábricas. Para Édison Carneiro, a saúde pública no Brasil ainda estava balizada por parâmetros raciais e as comunidades negras, em locais insalubres, seriam a expressão da miséria no país (SIQUEIRA, 2005).

Naquele período, tanto a elite política brasileira quanto as classes médias nacionais definiam os trabalhadores “baianos”, “paraibas” e “nordestinos” como a “ralé” nacional. “Regiões majoritariamente mestiças, os termos “baianos” e “nordestinos” eram usados para fazer referência aos “pretos”, “mulatos” ou “pardos” das classes subalternas, transformados, assim, nos alvos principais do [...] racismo brasileiro” (GUIMARÃES, 1999, p.58).

Instruído às imposições de um sistema irracional de produção e caracterizado como apático para o trabalho não-coercitivo, o homem negro perdeu espaço de trabalho para o imigrante europeu, tido como indivíduo afeiçoado aos parâmetros do sistema de produção capitalista e, portanto, uma mão de obra mais oportuna, qualificada e produtiva. A esse respeito, Celia Marinho de Azevedo (1987) argumenta que o homem negro foi efetivamente destituído de orientações capazes de viabilizar sua inserção nos novos padrões modernizantes de produção agrícola e industrial. Produto de um sistema arbitrário e limitante, os libertos e seus descendentes eram vistos como incapazes de trabalhar de forma não-compulsória.

Na Revista Educação Physica a indolência, a resignação e o despreparo moral e psíquico do negro, enfatizavam, como efeito, o homem branco como mão de obra capaz de prover a mobilidade econômica do Brasil. Veiculado no Rio de Janeiro, o periódico dava a ver um corpo negro improdutivo precisamente no estado onde os negros correspondiam a um elemento importante da força de trabalho industrial da cidade (ANDREWS, 1998).

De acordo com Andrews (1998), o processo de industrialização e urbanização gerava, na época, inúmeras possibilidades de emprego, superiores às ofertas de trabalho disponíveis no campo. Entretanto, essas oportunidades de trabalho foram quase integralmente ocupadas por operários brancos e em número menor, por imigrantes europeus em São Paulo, por exemplo. As explicações dadas à exclusão do negro nas atividades industriais enfatizavam sua incapacidade de trabalhar nos parâmetros disciplinados e racionais do ambiente fabril. Porém, a suposta incapacidade do negro para os labores na fábrica não teriam tido a mesma ressonância no Rio Janeiro, que como dito, tinha na força de trabalho do negro um componente significativo da sua força de trabalho industrial.

Lourenço Filho torna a enfatizar as aptidões físicas do homem branco ao afirmar, assim como Pedro Calmon, a centralidade dos portugueses no processo civilizatório do Brasil.

Para tanto, o autor rememora personagens emblemáticos da Batalha dos Guararapes⁷⁶, dando a entender que o ânimo físico dos portugueses teria sido incorporado e colocado à mostra por Vidal de Negreiros (branco), Henrique Dias (negro) e Felipe Camarão (índio), já que para ele o “Brasil nasceu da ousadia aventureira dos lusos. A coragem rude e a capacidade de resistência dos primeiros colonos encarnou-se e demonstrou-se nos homens de Vidal de Negreiros, Camarão e Henrique Dias, tres paradigmas das tres côres originarias da raça” (LOURENÇO FILHO, 1939, p.11). Assim, na tríade racial formadora da nação, as contribuições do negro Henrique Dias e do indígena Felipe Camarão, são resumidas a sua capacidade de corporificar “predicados europeus”.

Para reforçar seu ponto de vista, o psicopedagogo recorda outros personagens do passado nacional, dessa vez, lançando mão dos bandeirantes Raposo Tavares e Fernão Dias, como exemplos de resistência física da raça brasileira:

“A melhor demonstração, porém, de vigor físico, no elemento étnico brasileiro é incontestavelmente a do ciclo das Bandeiras. Vêde esse tipo formidável que foi Antonio Raposo Tavares. Ora conquista o sul do país contra os espanhóis, ora chefia um socorro paulista contra os holandezes [...]. Considerae ainda esse lendário Fernão Dias Paes Leme, enfiando-se épicamente pelos sertões, nos sessenta anos de idade a cata de esmeraldas. Os bandeirantes foram um sinál pleno de pujança da raça”. [...] Pronunciaram-se sobre nós as influências europeias, quando o país, enfim, pôde abrir suas janelas para o mundo civilizado [...] (LOURENÇO FILHO, 1939, p. 11).

Como visto, quando rememora eventos do passado nacional, Lourenço Filho realça e centraliza exclusivamente os predicados físicos dos indivíduos brancos, sobretudo, dos bandeirantes. Os atributos corporificados pelo negro Henrique Dias e pelo índio Felipe Camarão seriam, em contrapartida, inerentes a bandeirantes como Raposo Tavares e Fernão Dias, cuja história atestava a resistência e o ânimo físico dos europeus para empreender grandes realizações em proveito da pátria.

Como indica Stuart Hall (2001, p. 51), a cultura nacional é um discurso que produz significados capazes de orientar as ações e os modos como os sujeitos se reconhecem, esses “sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”. Como discurso, a cultura nacional implica necessariamente a demarcação da diferença cultural (HALL, 2001), assim sendo, essa “outra cultura” seria, da perspectiva de Lourenço Filho, qualquer manifestação física deslocada da centralidade dos corpos brancos ou das ditas “influências europeias”. Sob

⁷⁶ Embora não tenha se referido explicitamente a Batalha dos Guararapes, os personagens que usa para sustentar suas argumentações remetem, infalivelmente, a esse evento. A Batalha dos Guararapes foi um conflito que ganhou notoriedade por estar permeado por um sentimento comum de zelo às fronteiras nacionais, mobilizando a ação sinérgica das “três raças” em prol da pátria (FAGUNDES, 2015).

esse ângulo, constrói na revista um “modelo nacional” que intersecciona valores masculinos e europeus, “masculinizando” e “caucasiando” a identidade étnico-cultural brasileira. Como efeito dessa representação, os corpos negro e indígena foram deslocados para as margens da nacionalidade.

O retorno a momentos exponenciais do passado brasileiro localizava a “origem da nação” e do caráter nacional naquilo que Hall (2001) chama de “*mito fundacional*”. Mitos fundadores que remetem “a um momento crucial do passado em que algum gesto, em geral, heroico, épico, monumental, [...] iniciado ou executado por alguma figura “providencial”, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional” (SILVA TT, 2014, p.85). Nessa direção, não interessa a veracidade dos fatos narrados, mas o potencial da narrativa fundadora em construir laços afetivos à identidade nacional que Lourenço Filho defendia em seu texto.

O tom afirmativo com o qual falou sobre os bandeirantes relegou ao “não-dito” outros desdobramentos históricos provenientes das incursões bandeirantes no Brasil⁷⁷. De acordo com Fernando Catroga (2001, p.50), a memória é sempre seletiva e busca, através da linguagem, “inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária”, que os distingue em relação a outros indivíduos/grupos. Não consistindo em um mero registro, em virtude de sua dimensão afetiva, as representações de corpo e identidade nacional foram produzidas pelo paulista Lourenço Filho a partir da retomada de um passado histórico e na adjacência de um tempo presente urdido por narrativas nacionais politicamente orientadas.

Ao rememorar personagens e eventos do passado nacional Lourenço Filho os articulava estrategicamente aos desdobramentos políticos do seu tempo. O recurso à memória bandeirante positivava valores e comportamentos que deveriam ser redistribuídos no presente implicando continuidade a um passado histórico “exemplar”.

Cumprir lembrar que nos anos de 1930, a elite paulista havia “revisitado” o bandeirante como artifício para recuperar seu prestígio nacional em um contexto de declínio político. Assim, os paulistas fizeram uso da imagem do bandeirante para articular o local ao nacional, visando destacar a importância singular do paulista no alargamento das fronteiras nacionais e relacionar o bandeirantismo a predicados que as elites almejavam ao Brasil: civilidade e progresso econômico (RAIMUNDO, 2012).

⁷⁷ Sua entonação positiva esconde a violência física e simbólica sofrida por populações ameríndias e quilombolas durante o processo de expansão territorial do Brasil, levado a cabo pelo Ciclo das Bandeiras entre os séculos XVII e XVIII. Em sua maioria paulistas, os bandeirantes, à custa da captura de escravos e da obtenção de minérios, aculturaram e assassinaram milhares de indígenas e negros em diversas regiões do Brasil (RAIMUNDO, 2012).

Reivindicando o fim das reformas políticas, do tenentismo e o reestabelecimento do controle do Governo pelos estados, os paulistas se revoltaram contra com o Governo Provisório de Vargas em 1932, na chamada Revolução Constitucionalista⁷⁸. Os paulistas pretendiam a constitucionalização do Brasil conforme um modelo liberal e a nomeação de um interventor paulista para o Estado. Além disso, a revolução visava reforçar a identidade paulista, ameaçada pela imigração europeia, recorrendo à figura do bandeirante. Se por um lado essa investida não favoreceu a identidade brasileira, por outro, mostrou um forte sentimento de identidade paulista nos anos 1930 (CARVALHO, 2012).

Esse fato nos possibilita pensar que o artigo submetido por Lourenço Filho à Revista Educação Physica foi uma escrita politicamente interessada, dada à intenção da elite local de positivar a identidade paulista a partir do bandeirantismo. Dessa forma, ao reconhecer o bandeirante como símbolo nacional, conferia a si próprio e ao seu Estado de origem, um local de destaque na História do Brasil. Para tanto, na esteira da positivação de sua própria identidade, como homem branco e paulista, Lourenço Filho constitui a alteridade negra e indígena como diferença, que foi estrategicamente lembrada somente por sua aculturação, apatia e resignação, dando estabilidade à identidade branca/paulista que construía como “norma étnica” para o Brasil.

Conforme Pesavento (2003, p.90), para a elaboração de identidades que forjam um sentimento partilhado de pertença, as identificações a um dado grupo são construídas na relação com outro. Sendo assim, as “representações de identidade são sempre qualificadas em torno de atributos, características e valores socializados em torno daqueles que integram o parâmetro identitário e que se colocam como diferencial em relação à alteridade”. Esse recurso remete “a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos a aquilo que não somos”, ou seja, o outro (SILVA TT, 2014, p.76).

Embora em proveito da identidade branca/paulista, Lourenço Filho tenha silenciado sobre o protagonismo das lideranças negras e indígenas nos conflitos da Guerra dos Guararapes e do Ciclo das Bandeiras, na ocasião da Revolta Constitucionalista as forças militares de São Paulo haviam contado com o auxílio de batalhões formados exclusivamente por soldados negros e indígenas.

⁷⁸ A Revolução Constitucionalista durou apenas três meses, entretanto, José Murilo de Carvalho (2012) acredita que tenha sido a mais importante guerra civil do Brasil do século XX. Embora tenham perdido o conflito, os paulistas lucraram com o consentimento do Governo em convocar eleições para a Assembleia Constituinte que elegeu também o presidente da República. As eleições aconteceram em 1933 e confirmaram Getúlio Vargas como presidente do Brasil.

Composta por índios da tribo Kaingang, a participação indígena guardava importância simbólica para a elite paulista, pois dava ver a integração nacional presente no movimento. Tal “patriotismo”, todavia, escondia o fato de que no início do século as terras Kaingang haviam sido desapropriadas para o plantio de café e para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, além de silenciar sobre o combate à cultura indígena praticado pelas elites paulistas sob justificativas evolucionistas (TORAL, 2003).

De modo semelhante, na narrativa elaborada por Lourenço Filho, na Revista Educação Physica, o índio aparecia como indivíduo aculturado, ou seja, já “desalojado” de sua própria cultura. Mais do que isso, a supressão da cultura indígena se deu em paralelo ao enaltecimento das “influências europeias”, que supostamente teriam colocado o Brasil na rota da civilização, guardando também fortes aproximações com as teorias evolutivas⁷⁹.

A mobilização de variados setores da sociedade paulista também teve ressonância no meio social negro com criação da Legião Negra. Idealizada pelo integrante da FNB, Joaquim Guaraná de Sant’Ana, que mais tarde, seria substituído por José Bento de Assis, professor do Ginásio Estadual de Campinas, essa companhia agregou forças à revolta paulista. O trabalho de arregimentação desenvolvido pela Legião Negra reuniu mais de dois mil combatentes, centenas deles alistaram-se no Exército Constitucionalista. Porém, a participação dos negros não esteve restrita a Legião Negra, pois havia tropas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais com contingentes expressivos de combatentes negros (GOMES, 2005).

A Legião Negra participou da revolta paulista através de variadas frentes de batalha, dentre as quais, os batalhões “Henrique Dias” e “Conselheiro Rebouças”, frentes dotadas de significados particulares para as lideranças negras. Participando voluntariamente da revolta, os negros pretendiam provar o valor da raça por meio da exaltação da bravura e da sabedoria característica de Henrique Dias e André Rebouças⁸⁰, respectivamente. Ou seja, usando como estratégia a memória de reconhecidos homens negros na História do Brasil (GOMES, 2005).

A reescrita da história, não rara vez, foi usada como recurso para legitimar certas identidades étnicas em detrimento de outras, já que nas disputas por domínio social os indivíduos reivindicam para o seu grupo o protagonismo histórico. Contudo, essas histórias estão sempre sujeitas a contestações “e isso ocorre, sobretudo, na luta política pelo

⁷⁹ A cultura indígena também apareceu de forma estereotipada na publicação, “Dansa para as festas escolares: Bailado dos Índios”, veiculada no exemplar nº 43, de 1940, na seção “Dansa”. Nesse texto, o “bailado indígena” foi descrito a partir de movimentos, indumentárias e sonoridades estereotipadas, reiterando a representação da cultura indígena pelo olhar do outro.

⁸⁰ André Pinto Rebouças foi um dos principais intelectuais abolicionistas do Brasil. Nascido em 1838, na cidade de Cachoeira, na Bahia, formou-se em Engenharia Militar pela Escola de Aplicação da Praia Vermelha, em 1860, tendo concluído sua formação na Europa. Rebouças deixou um valioso material autobiográfico, sendo que alguns de seus escritos foram publicados em livros em 1938 (MATTOS, 2013).

reconhecimento de identidades” (WOODWARD, 2014, p.27) e, por essa razão, um mesmo fato histórico pode ser narrado sob várias lentes, ligadas às intenções políticas dos narradores.

Nesse sentido, a significação positiva de figuras como Henrique Dias e André Rebouças, feita pela Legião Negra, evidencia como a identidade e a diferença não são “coisas da natureza”, mas efeitos de representações que sugerem os posicionamentos políticos de quem as representa. Nota-se que da perspectiva das lideranças negras, Henrique Dias era lembrado por sua bravura, possivelmente a partir do mesmo evento em que foi descrito na Revista Educação Physica como aculturado – o Ciclo das Bandeiras. Ou seja, havia na época movimentos negros que confrontavam representações negativas como as divulgadas na revista por Humberto Baldariny e Lourenço Filho, que davam a ver uma identidade negra apática, resignada, inapta ao trabalho e incapaz de protagonizar eventos do passado nacional.

Em virtude de a identidade ser construída “[...] dentro e não fora do discurso que precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos” (HALL, 2014, p.109). Mais do que produzir significados, o discurso constitui os corpos de que fala, assim, a maneira como os editores representavam o negro/índio não reconstituía um modo de ser negro ou índio “essencial” e “fixo”, antes disso, acenava para as coisas que foram efetivamente ditas na Revista Educação Physica sobre negros e indígenas.

Em virtude dos efeitos produtivos da representação, em termos de construção de identidades, na prerrogativa da fala transitam e se manifestam efeitos sutis de poder, uma vez que o discurso é um “bem que coloca [...] desde sua existência [...] a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta e de uma luta política” (FOUCAULT, 2008a, p.137). Portanto, as representações que associavam o corpo negro ao trabalho na revista traduziam as disputas por significação entre os grupos posicionados assimetricamente em relação ao poder de narrarem a si próprios e aos outros como indivíduos históricos, sociais e políticos.

Em um contexto no qual distintos intelectuais constituíam a ideia de nação com base em identidades de caráter local-regional, a Revista Educação Physica acolhia, a partir de seus editores, representações que advogavam o homem bandeirante como “modelo de brasilidade”, pondo em evidência um corpo masculino branco, forte e produtivo, economicamente. Nessa direção, a apatia e a resignação “característica” do homem negro e indígena dava estabilidade à norma branca veiculada no periódico. Interessante perceber como conviviam essas duas perspectivas na revista, que por um lado, davam a entender um corpo negro produtivo, quando representado nos espaços esportivos e, por outro, improdutivo, quando percebido a partir das suas heranças morais e psicológicas. Nesse tocante, ao propor diretrizes pedagógicas para o

ensino da Educação Física, o periódico acabou veiculando imagens de meninos negros que sedimentavam a incapacidade dos homens negros para o trabalho, como exposto a seguir.

4.2 COMBATENDO A IMPRODUTIVIDADE: O CORPO NEGRO INFANTIL

Em um contexto no qual a força de trabalho da população havia se tornado um problema político, a defesa do trabalho como “dever cívico” esteve entre os escopos da Revista Educação Physica e de seus editores. O fomento a produtividade conferia particular importância ao periódico. Na época, a busca pela constituição de indivíduos trabalhadores reclamava instituições e artefatos hábeis à formação de hábitos saudáveis e de cidadãos cientes de que a moralidade e o progresso eram produtos do trabalho.

O culto ao trabalho, de vários modos, esteve presente em praticamente todas as edições da Revista Educação Physica. Em seu projeto de “educar para o trabalho”, o periódico inscreveu a temática como finalidade cívica e pedagógica da Educação Física, instruindo os professores à formação de crianças úteis à nação. Vista como período em que o ensino teria maior fecundidade, a infância⁸¹ era apresentada pela revista como estágio cronológico mais apropriado para intervenções corretivas, disciplinares e moralizantes, tendo como pano de fundo um projeto que pretendia gerar um futuro promissor ao Brasil via modelação infantil.

Com efeito, a atenção dada pela revista à infância era parte de um contexto de reorientação das formas de conceber o corpo infantil no país. Entre os anos de 1930 e 1940, a imagem da criança havia sido associada ao progresso e ao futuro do Brasil, devendo ser educada para suprir as exigências socioeconômicas da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, os órgãos da imprensa passaram a veicular imagens da infância que trabalhavam valores articulados ao projeto de nacionalização e modernização do país (DANAIOLOF, 2005).

De modo análogo, os editores da Revista Educação Physica viam a criança como um futuro adulto, que deveria ser higienizada e instruída para futuramente ingressar no mundo do trabalho. À exemplo disso, no artigo “Educação Física infantil (dos 4 aos 6 anos)”, publicado na edição nº 34, de 1939, na seção “Cultura Física”, Hollanda Loyola assinalava que a Educação Física ministrada a essas crianças deveria, do ponto de vista moral, “[...] desenvolver o raciocínio, o interesse pelo trabalho [e] criar bons hábitos, [...] corrigindo as

⁸¹ De acordo com Philippe Ariès (1973), a infância é um fenômeno histórico não exclusivamente relativo à natureza biológica, portanto, também denota os modos como, em diferentes contextos e temporalidades, distintas representações produziram concepções de infância na estreita relação com as exigências sociais de seu tempo.

tendências más [...]”. Nessa direção, recomendava um método de ensino que privilegiasse a capacidade de imitação da criança, ou seja, apenas o seu saber técnico-prático. Os mesmos objetivos e metodologia aconselhava às crianças da 3ª infância (7 a 12 anos)⁸², nas quais deveria ser observada a execução precisa, contínua e disciplinada dos movimentos, com o mínimo dispêndio de esforço físico (LOYOLA, 1940b).

Além desses aspectos, Loyola (1940c, p.9) entendia que a saúde também deveria compor os objetivos da Educação Física moderna, uma vez que garantiria “ao indivíduo a amplitude de uma vida produtiva e útil [e] à sociedade consistência e progresso”. Assim, em sua proposta de “educar para o trabalho”, os cuidados com saúde da criança assegurariam o pleno desenvolvimento de adultos capazes de fazer o Brasil prosperar, visto que o ideal de nação forte e promissora estava fortemente ligado à imagem da criança sadia. Esse entendimento integrava as preocupações com a preparação do trabalhador do futuro e do “homem novo” almejado pelo Estado (BRITES, 1999).

A saúde, para Inácio Rolim (1940)⁸³, seria efeito de uma vida fisicamente ativa, já que o sedentarismo provocaria uma série de complicações ao organismo. Dessa forma, entendia que a Educação Física evitaria as fragilidades orgânicas e o ócio, potencializando “o emprêgo da máquina humana com o máximo de rendimento e o mínimo dispêndio de energia, [prestando] serviço ao Estado [...]” (ROLIM, 1940, p.73).

Vistas em conjunto, as considerações de Hollanda Loyola e Inácio Rolim fomentavam a constituição de crianças potencialmente produtivas pela Educação Física, uma vez que os predicados indicados à formação infantil aludiam ao modelo de corpo operário adulto: saúde, precisão dos movimentos e economia de energia. Nesse sentido, o periódico favorecia a modelação disciplinar das crianças ao meio técnico do ambiente fabril, além de sedimentar o próprio imaginário moderno de corpo produtivo, tão útil às pretensões econômicas do Estado.

Nesse tocante, a imagem de criança veiculada pela revista dialogava com o imaginário e com as representações de infância propaladas na época, que viam a criança como um local de investimento pedagógico, médico e político que visavam garantir a rentabilidade econômica dos adultos a partir da domesticação infantil (BRITES, 1999).

⁸² Para Loyola, a infância deveria ser pensada a partir de três estágios cronológicos: “[...] 1ª INFÂNCIA que vai do nascimento até os três anos de idade; 2ª INFÂNCIA dos três aos sete anos; e 3ª INFÂNCIA dos sete aos doze anos. Essas três etapas completam o ciclo do desenvolvimento da criança e cada uma se caracteriza por determinadas manifestações físicas e psíquicas [...]” (LOYOLA, 1940a, p.37).

⁸³ ROLIM, Inácio de Freitas. Educação Moral e Educação Física. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 45, p. 10, 11, 73, 74 e 75, 1940.

Portanto, a Educação Física na escola expressaria, segundo as diretrizes pedagógicas da Revista Educação Physica, o anseio político de formar futuros adultos capazes de otimizar as relações de produção e as novas formas de organização do trabalho. Dessa forma, a revista cumpria o papel de estimular a modelação das crianças às exigências físicas e morais solicitadas pelo sistema trabalhista, disciplinando gestos e subjetivando identidades.

De acordo com Acacia Kuenzer (2005), na época a produção racionalizada demandava a formação de um “homem novo” capaz de ajustar-se ao novo modo de produção caracterizado, sobretudo, pela automação isenta de mobilizações intelectuais. O trabalho pedagógico, como um conjunto de práticas que formam indivíduos, constituiria subjetividades tais como as demandadas pelo projeto industrial/econômico brasileiro. Por esse ângulo, ao “educar para o trabalho”, a finalidade da Educação Física seria o “disciplinamento para vida social e produtiva, em conformidade com as especificidades que os processos de produção, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas [iam] assumindo” (KUENZER, 2005, p.82).

Para além do enfoque pedagógico, a infância também havia se tornado um “problema” médico e social que se refletia em medidas de assistência e de proteção às crianças abandonadas ou desprovidas da tutela dos pais. Nessa direção, centros de saúde, creches e parques infantis foram alguns dos espaços construídos para abrigar, instruir e corrigir as crianças no tocante aos vícios e as enfermidades (DANAIOLOF, 2006).

No artigo, “Educação Física como assistência social à infância”⁸⁴, Humberto Baldariny identificava pela revista o funcionamento de quatro parques infantis no Rio de Janeiro, em 1940: Darcy Vargas, Maurício Cardoso, Otávio Correia e S.O.S., que atuavam sob a responsabilidade de professoras especializadas em jogos e recreações.

Criados para suprir o tempo livre das crianças enquanto os pais trabalhavam, esses parques pretendiam corrigir condutas viciosas e educá-las para aquisição de hábitos sadios e moralizados. Para as crianças esses parques representavam um espaço salutar de exercitação moral e física, criado pelo Estado para garantir a disciplina e a ordem social em locais de precárias condições sociais (SCHEMES, 2004).

Deslocados das áreas centrais e em condições de vulnerabilidade socioeconômica, esses lugares eram descritos na Revista Educação Physica sob a perspectiva da fragilidade física, dos vícios e da delinquência por Lourenço Filho, Pedro Calmon e o próprio Humberto

⁸⁴ Esse texto foi publicado na edição nº 46 da Revista Educação Physica, em continuação do artigo escrito por Baldariny no exemplar nº 45.

Baldariny, que ao constatar a ausência de profissionais e médicos especializados em Educação Física no Parque S.O.S. dizia:

“A única coisa que não compreendemos nesses modelares centros, é a falta de um mais eficiente plano de educação física e a falta de um gabinete médico. A falta do médico, então não se justifica, pois não é possível a ausência do mesmo em comunidades de crianças em plena idade infecciosa [...] na qual mais facilmente contraem as febres eruptivas, coqueluche, difteria, paralisia infantil, etc.” (BALDARINY, 1940b, p.43-44).

Para dar um panorama contextual dos espaços que recebiam as políticas assistencialistas, Humberto Baldariny inseriu em seu texto algumas imagens do Parque Darcy Vargas, como as apresentadas a seguir:

Figura 20: Crianças no "padejão de assento"



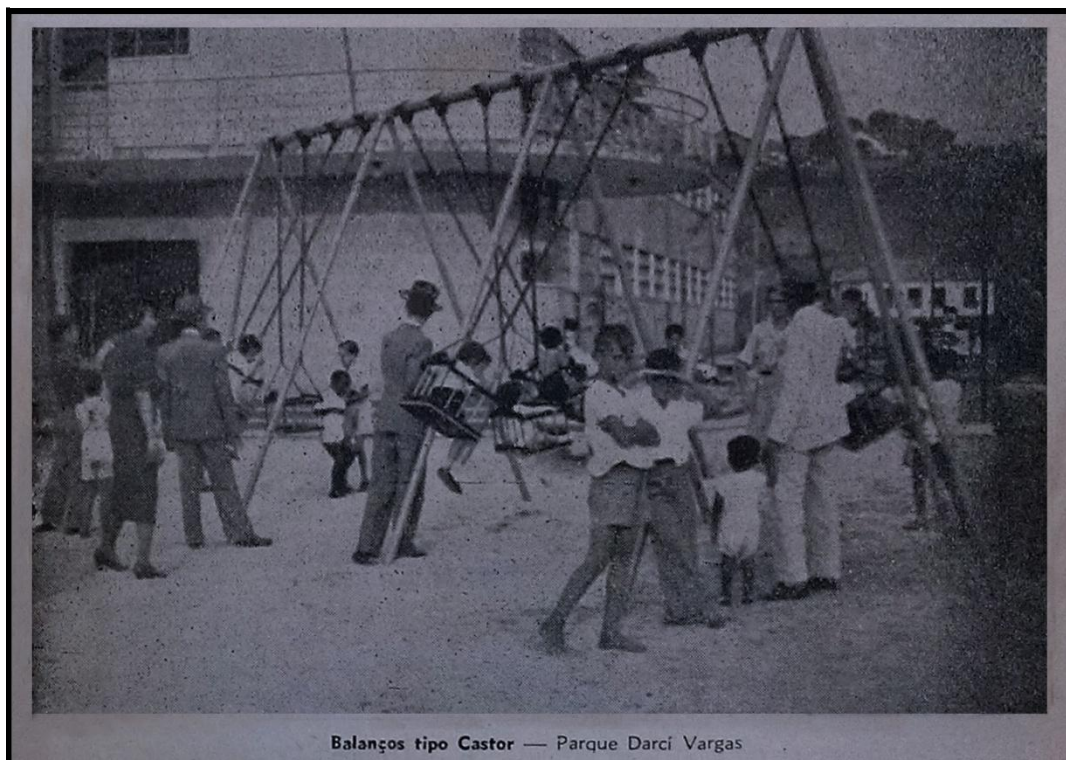
Fonte: Revista Educação Physica, ed. 46, 1940, p.38.

Figura 21: Crianças no carrossel



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 46, 1940, p.43.

Figura 22: Crianças nos balanços



Fonte: Revista Educação Physica, ed. 47, 1940, p.43.

Além da sua dimensão ilustrativa, essas imagens despertam particular atenção devido à presença de crianças negras integrando o parque, já que é possível identificar o enquadramento de meninos negros sentados no “padejão de assento”, no carrossel e no entorno dos balanços. Em diversas outras publicações o periódico lançou mão da visibilidade de crianças para positivar aspectos variados, como a importância do banho⁸⁵, a educação estética⁸⁶ e alimentar⁸⁷, os exercícios de correção postural⁸⁸, as capas dos exemplares⁸⁹, os artigos sobre Educação Física infantil⁹⁰, a família nuclear⁹¹ – branca, hétera e de classe média –, dentre outras questões. Essas imagens são singulares precisamente porque dentre todas as outras mencionadas acima, estas são as únicas que exibem crianças negras⁹².

Assim, ao constatararmos que a Revista Educação Physica representava o homem negro em espaços fixos, nota-se que o mesmo acontecia com os meninos negros, que além de pouco evidenciados, apareceram apenas em locais de fragilidade orgânica, moral e econômica.

Portanto, o manuscrito de Baldariny mostrava que, na prática, os meninos negros compreenderiam os “futuros adultos” – homens negros – que necessariamente precisariam ser readaptados à sociedade para que fossem evitados problemas como a delinquência, a miséria, os vícios e as depravações sociais. Ao dizer isso, não descuidamos do fato de que essas imagens, assim como as outras articuladas ao texto, também notabilizavam meninos não-negros como “socialmente nocivos”, o ponto em questão consiste em perceber que, em uma perspectiva relacional com as crianças brancas, as crianças negras foram representadas unicamente nesses espaços e somente a partir desses significados.

O viés produtivo dessas imagens está em seu potencial de fazer circular discursos (PESAVENTO, 2003) que se vinculavam às estratégias políticas que, na época, faziam uso da

⁸⁵ “O banho da criança”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.40, 1940, p.47.

⁸⁶ VERNEGO, Maria. “Como iniciá-los na educação estética?”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.41, 1940, p.18.

⁸⁷ “Fazem bem ou mal as goloseimas?”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.40, 1940, p.37 (Cortesia da revista Viva Cien Años); WHITEHEAD, Dr. “Verifique se sua alimentação é saudável?”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.47, 1940, p.29.

⁸⁸ “Como corrigir as atitudes viciadas”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.44, 1940, p.21; WOOD, Alfredo. “Habituai vossos filhos desde pequenos a manterem o corpo em atitude correta”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.48, 1940, p.16-18.

⁸⁹ Edição 40, de 1940.

⁹⁰ LOYOLA, Hollanda. Educação Física infantil. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 44, 1940, p.50-52 e 54; _____. Educação Física infantil: Primeira infância – período pré-escolar. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 41, p. 1940, p.37-39; _____. Educação Física infantil: Terceira infância. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 43, p. 50,51 e 72,73.

⁹¹ DOUMER, Paul. “O casamento”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.45, 1940, p.12,13 e 16.

⁹² Não me refiro somente às imagens de crianças identificadas neste estudo, mas sim, em referência a todos os impressos que correspondem ao período de direção técnica de Hollanda Loyola – 47 edições. Não parece demasiado lembrar que no meu Trabalho de Conclusão do Curso de Educação Física esse recorte foi investigado integralmente.

imagem de crianças para projetar o futuro da nação. Todavia, essas imagens davam a ver uma “condição” infantil contrária à imagem da criança idealizada pelo Estado Novo, uma vez que se distanciava do ideal de “infância forte, saudável, bem-comportada e livre do estigma da pobreza e do atraso” (CAMARA, 2010, p.143).

Assim sendo, a articulação entre imagens e texto distanciava essas crianças do ideário de infância moderna ao mesmo tempo em que justificava a gestão política dos “futuros adultos negros”, cuja “condição” insalubre, imoral e ociosa explicaria sua inserção em medidas de controle político-econômico. Em vista disso, Baldariny (1940b, p.44) entendia que a Educação Física deveria reabilitar essas crianças, já que estaria no “patrimônio humano a origem de toda a riqueza do Estado, e como tal, precipuamente, compete-lhe instruí-lo e educá-lo, para que, posteriormente, possa usufruir o máximo de sua eficiência”.

Com efeito, quando relacionamos as representações desses meninos negros a outras que evidenciavam homens negros na Revista Educação Physica é possível notar que o periódico constituía esse grupo a partir de uma “ordem semântica” que dava a entender a existência de um vir-a-ser, de um movimento linear entre infância e maioridade “negra”.

Como exemplo, na edição nº 71, de 1942, a revista publicou o artigo “Muitos boxeadores negros morrem tragicamente”, assinado por John Lardner. Nesse texto, o autor relatava a morte precoce de atletas como Joe Gans, Joe Walcott e Jack Johnson, que embora tivessem figurado entre os melhores atletas da modalidade, terminaram vítimas de patologias orgânicas e de condutas imorais, como tuberculose, alcoolismo, delinquência, etc. Contudo, John Lardner iniciou a sua escrita fazendo menção a Joe Louis, boxeador negro em atividade que, segundo ele, deveria ficar atento às fatalidades que haviam acometido outros boxeadores da sua “raça”. Ao fazer isso, Lardner tornava Joe Louis inclinado aos mesmos fins dos demais atletas negros, constituindo um perfil “característico” a “raça” (STAUDT, SILVA, MAGALHÃES, 2018).

Portanto, observa-se que existia certa regularidade nos modos como a Revista Educação Physica identificava o corpo negro, uma vez que na ideia abstrata de transição entre infância e maioridade negra percebia-se a continuidade de fenômenos como o vício, a delinquência e a patologia orgânica. Por esse motivo, se em outras passagens Lourenço Filho e Humberto Baldariny descreviam o negro como improdutivo devido a sua constituição moral e psicológica, nesses casos, a incapacidade do negro para o trabalho era justificada pela sua predisposição aos vícios e às doenças.

Tal como constituídos pela Revista Educação Physica, os fenômenos biológicos da “raça” deveriam ser observados, já que representavam um problema à ordem racionalizada do

trabalho. Para otimizar o uso econômico do corpo negro, tais fenômenos deveriam ser identificados e neutralizados desde a infância, garantindo a sua futura inserção no mercado de trabalho como parcela útil e potencialmente produtiva.

Conforme Luis Antonio Ferla (2005), na época acreditava-se que tal qual o criminoso, que possuía uma predisposição biológica à delinquência, haveria em determinados indivíduos uma propensão ao acidente de trabalho – tido como ato “antissocial” devido aos seus prejuízos a economia. Dessa forma, tanto a delinquência quanto o acidente ofereciam pistas sobre a “natureza” de quem os cometia. Assim sendo, a ênfase dado ao operário em relação ao acidente pretendia identificar nesse indivíduo a existência de algum traço biopsicológico ou racial tendencioso ao acidente.

Essa tese era advogada por autores como Edmur Whitaker⁹³, que em 1938, apresentou à Sociedade de Medicina Legal um estudo no qual defendia a ideia de que os acidentes de trabalho possuíam uma origem humana. Embora atribuísse certa importância às causas ambientais, Whitaker entendia que a maioria dos acidentes resultava da predisposição biopsíquica de alguns trabalhadores, sendo efeito da hereditariedade (FERLA, 2005). De fato, a própria predisposição ao trabalho também estaria relacionada à herança biológica dos indivíduos (BERCITO, 2011), noção que, em certa medida, também balizava às inclinações do negro às atividades esportivas e braçais na Revista Educação Physica.

Tendo reiterado em diversas passagens os benefícios da Educação Física racional e científica, Baldariny afirmava que a inserção de profissionais da Área nos parques tornaria a assistência social à infância ainda mais completa. Apesar disso, realçava o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelas professoras, que mesmo dispendo de pouco recurso material estavam obtendo um retorno educativo e social positivo:

“É um prazer, ver o carinho com que tratam as crianças, algumas vezes rebeldes, cheias de recalques e somente à custa da persuasão contornam essas dificuldades, tornando as crianças dóceis e aplicáveis. [...] De desconfiados, retraídos, inúteis à vida em sociedade, revoltados contra os regulamentos disciplinares, em pouco tempo, metamorfoseiam-se completamente, sentindo a necessidade de serem úteis, espontaneamente procurando produzir alguma coisa, e é curioso o prazer que manifestam ao contemplar o trabalho feito” (BALDARINY, 1940b, p.43).

Esta passagem permite pensar que as políticas assistencialistas cumpriam uma função econômica duplamente importante: Ela não apenas reduzia a probabilidade de reincidência de fenômenos como a indisciplina e o ócio como também ampliava a força produtiva da

⁹³ Edmur Aguiar Whitaker foi um médico da polícia paulista que desenvolvia estudos voltados para a infortunistica, à seleção e a orientação profissional (FERLA, 2005).

população, como se as energias dos “futuros adultos negros” fossem todas canalizadas para o desejo de “serem úteis” e para o “prazer do trabalho feito”.

A população, argumenta Foucault (2008b), é essencialmente constituída por indivíduos que se diferenciam um dos outros e cujas ações, dentro de certos limites, não se pode prever com exatidão. Apesar disso, declara que o desejo seria a único motor de ação capaz de fazer com que uma população opere em conjunto no interior das técnicas de governo. Nas palavras do autor, “o desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada. [...]” e, nesse sentido, a “produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la” (FOUCAULT, 2008b, p.95).

Portanto, o parecer de Baldariny dava a entender que a gestão política dos “futuros adultos negros” estaria constituindo subjetividades infantis afeiçoadas à produtividade e ao trabalho. Desse modo, contra a indisciplina e a ociosidade, o trabalho surgia como solução corretiva a esses fenômenos que significavam, em sentido amplo, prejuízos econômicos a nação. A importância do trabalho, nesse caso, não estaria na eliminação da “inutilidade social das crianças”, mas na probabilidade de evitar o fenômeno do ócio a partir dos efeitos positivos do trabalho em nível do desejo daquela população infantil.

Na época o ócio era considerado como causa paradigmática da conduta “antissocial”, pois, acreditava-se que o ocioso seria propenso à delinquência e, por esse motivo, deveria ser submetido ao disciplinamento moral do trabalho. Como recurso terapêutico, era indicado com base na ideia de que haveria no enfermo/delinquente uma predisposição psicobiológica ao comportamento “antissocial”. Assim, o indivíduo “delinquente” era submetido à disciplina normalizadora e moralizadora do trabalho visando seu reajustamento social (FERLA, 2005).

Constatado o reaproveitamento socioeconômico dos “futuros adultos negros”, a atuação de professores e médicos especializados em Educação Física também contribuía para a vigilância médica das doenças e para providências em casos de prováveis contágios, como relatava Baldariny:

“[...] uma das professoras de um dos “play-grounds” da Prefeitura, viu-se em grandes dificuldades no readmitir um antigo frequentador, que se tendo ausentado por seis meses desta capital, havia tido uma forte frustra de paralisia infantil. Não era portador de nenhuma manifestação ou sequela da enfermidade, porém, muito conscienciosamente, dizia a professora: - Não sei se essa criança ainda era contagiante. Devia eu admiti-la ou não?” (BALDARINY, 1940b, p.44).

Nota-se que a indecisão dessa professora quanto à possibilidade ou não de incluir essa criança estava no risco dela disseminar a doença. O problema que se colocava naquela situação era probabilidade de outros menores contraírem paralisia infantil em um “[...] meio

onde todas as crianças vinham buscar prazer e não enfermidade” (BALDARINY, 1940b, p.44). Em todo caso, a insegurança entre incluir ou excluir traduzia-se na existência de uma divisão binária entre os paralíticos e os não-paralíticos.

A inclusão de uma criança acometida por paralisia infantil representava insegurança à saúde física das outras crianças e uma probabilidade de surto epidêmico. Um risco real se pensarmos que “como êsse caso, muitas passaram despercebidas e muitas crianças, verdadeiros portadores de germes, disseminavam infecções naquele meio [...] (BALDARINY, 1940b, p.44). Assim, caso optasse pela recusa ao acolhimento daquela criança, a professora evitaria a circulação, entre os sadios, de um elemento doente e degenerado. Em circunstâncias como essa, em que o afluxo de indivíduos contagiosos podem comprometer o patrimônio biológico dos demais, trata-se de definir quem pode ou não circular, “[...] de eliminar o que era perigoso [...], de separar a boa circulação da má, [de] maximizar a boa circulação diminuindo a má (FOUCAULT, 2008b, p. 24).

Esse fato nos permite pensar que os cuidados com a saúde das crianças tinham em vista interesses econômicos e não as necessidades orgânicas dos menores, pois a medicina social, ao longo dos tempos, ofereceu cuidados médicos buscando assegurar a saúde dos pobres e com isso proteger sua própria saúde, ameaçada pelo risco de fenômenos epidêmicos desencadeados pelos pobres. Assim, as intervenções que surgiram nos locais insalubres, que abrangiam vacinações e o registro de doenças, tinham o intuito de garantir a saúde física da classe operária e a sua conseqüente aptidão para o trabalho (FOUCAULT, 2007).

Entendido como estratégia de biopoder, o saber médico da Área concorria para a demarcação dos sujeitos desviantes do ponto de vista físico e biológico. Atuando como instrumento de gestão dos seres vivos, seus efeitos de poder estariam manifestos no reconhecimento social dos indivíduos biologicamente nocivos e fisicamente “anormais”. Nesse sentido, as fichas biométricas da Educação Física desempenhariam uma “função [...] social decisiva, fornecendo [...] instrumentos de classificação que não possuem um caráter individualizante, mas estatístico, de grupos [...] a serem marginalizados ou corrigidos de forma funcional pela saúde pública” (BAZZICALUPO, 2017, p. 42).

Nesse sentido, a atenção que a Revista Educação Phisica conferia à criança condizia com a centralidade que a infância recebia durante o Estado Novo. Em vista disso, diversas publicações da revista se ocuparam da criança como objeto de variados discursos – médico, biológico, higiênico, pedagógico, etc. Nesse processo, o periódico inseriu a Educação Física como difusora de hábitos e valores favoráveis às demandas da sociedade industrial, primando pela saúde, moralidade e a eficiência produtiva da criança, pensada como futuro adulto capaz

de garantir um horizonte próspero ao Brasil. Na esteira do seu debate socioeducativo, o periódico construiu representações que dialogavam com o ideal de infância moderno e com o entendimento de corpo negro improdutivo, cuja incapacidade para o trabalho estaria na sua propensão aos vícios e as patologias orgânicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo a Revista Educação Physica foi tomada como fonte histórica sujeita a multiplicação de interesses políticos, sobretudo, devido a estatização dos artefatos da imprensa. Considerando a importância das questões raciais e trabalhistas nos anos 1930-1940 e os vínculos políticos de Loyola com a extinta AIB, movimento político que defendia concepções de unidade étnico-cultural, este estudo investigou as representações da Revista Educação Physica que associavam o corpo negro ao trabalho entre 1939 e 1940, período que compreendeu o exame de 17 exemplares veiculados durante a direção de Hollanda Loyola – da edição nº 34, de 1939 a edição nº 49, de 1940.

Nesse sentido, foi possível perceber que o envolvimento da Revista Educação Physica com o debate racial se deu, sobretudo, a partir da representação do negro nos esportes, especificamente, no futebol, no atletismo e no boxe. Em virtude disso, à procura por representações que associavam o corpo negro ao trabalho encontrou terreno fértil nos significados que o periódico conferia aos atletas notabilizados nessas práticas.

Não visto e não dito em qualquer outro espaço que não fosse o esportivo e, estritamente, nessas modalidades esportivas, a forma rígida como o periódico representou o homem negro deu vazão a concepção do “negro esportista”, inclinado às tarefas físicas e braçais. Foi possível chegar a esse entendimento a partir do cruzamento das publicações icônicas e textuais que abordavam os esportes nos quais o negro foi representado.

A própria fixidez das representações indicava que o periódico optou pela visibilidade do negro apenas em práticas que demandavam destreza, força e resistência física. Ademais, a Revista Educação Physica ainda construiu concepções de corpo masculino baseadas nos esportes que vinculou os homens negros – atletismo e o boxe – e, nesse sentido, acabou argumentando que existiam “tipos físicos” específicos que permeavam essas práticas.

A definição desses “tipos” incluía os aspectos anatômicos, atitudinais e psicológicos dos praticantes dessas modalidades, de modo que a relação linear e inflexível com que a revista articulou os “tipos físicos” às práticas, sugeria que todos os atletas e boxeadores teriam as mesmas características físicas, comportamentais e mentais.

Como efeito dessa relação determinista, a Revista Educação Physica trazia a tona um conceito de corpo negro que reunia predicados como força, predisposição aos trabalhos físicos e impulsividade, ou seja, características que enalteciam as suas aptidões físicas e silenciavam sobre a sua capacidade intelectual.

O universo esportivo, por sinal, havia se constituído como local em que o trânsito do corpo negro obtinha consenso social na época, dada as explicações que atribuíam ao desempenho dos jogadores mestiços o sucesso da seleção brasileira de futebol, por exemplo. Por essa razão, o conceito de “negro esportista”, dado a ver pelo periódico, se deu na esteira da admiração que povo brasileiro tinha pelas habilidades esportivas dos mestiços e negros. Essa noção ainda foi favorecida por se tratar de uma revista segmentada, especializada em Educação Física, cujo mote era precisamente as atividades salutaras, físicas e esportivas.

Embora a Revista Educação Physica não tenha feito menções explícitas ao talento dos negros para o futebol, foi possível perceber que o periódico argumentou em prol da “normalidade” dos pés africanos, dando respaldo a “natural” aptidão física dos mestiços para a prática, tal qual defendida Gilberto Freyre na época. Ao reiterar esse entendimento, a revista reforçou uma percepção de corpo negro que, ao longo tempos, foi usada para justificar sua representação em trabalhos físicos e braçais, como argumenta Lilia Schwarcz (1987; 1998).

Alinhada à ideia da “inata” aptidão física do negro para o esporte, a Revista Educação Physica publicou diversas imagens de equipes de futebol, cariocas e paulistas, que exibiam jogadores mestiços/negros. No tocante a essas representações, as imagens de jogadores negros compondo a seleção brasileira de futebol serviram para sedimentar, de forma simbólica, a integração social do negro pelo esporte e a retórica da “democracia racial brasileira” que se difundia nos anos 1930.

Diante do empreendimento do Estado de construir uma imagem de Brasil moderno e racialmente democrático, essas imagens convergiam com a ideia de positivar as práticas culturais que enalteciam o caráter mestiço da identidade nacional. Entretanto, mesmo que a alegoria da seleção brasileira ratificasse o entendimento de “democracia racial”, também preservava hierarquias sociais entre negros e brancos, uma vez que a inclusão do negro unicamente pelo esporte limitava as percepções acerca das suas potencialidades bem como definia espaços fixos de integração social a esse grupo.

Portanto, o periódico definia lugares de visibilidade ao negro em uma suposta sociabilidade que, por estimar a “democracia racial”, deveria incluí-lo, mas sem perder de vista a necessidade de impor limites de aceitabilidade a sua integração na sociedade brasileira. Em vista disso, as representações do periódico tornaram o negro reconhecido somente por meio de esportes que enalteciam sua predisposição as tarefas físicas, esportivas e braçais.

Dessa forma, subjacente às representações do negro no futebol, no atletismo e no boxe, a revista evidenciava a capacidade do corpo negro para o trabalho. Assim sendo, em uma época em que desenvolvimento industrial reclamava um corpo operário forte, resistente e

ágil, essas características, ao serem associadas ao corpo negro pela revista, davam a entender a sua aptidão para os trabalhos nos parâmetros da indústria moderna.

Por assim dizer, o estímulo ao trabalho apareceu de variados modos na Revista Educação Physica, cujos incentivos visavam significá-lo como sinônimo de moralidade e compromisso cívico do cidadão com o progresso socioeconômico do Brasil. Nesse sentido, características como disciplina, mecanização corporal e produtividade, substanciais ao trabalhador brasileiro, foram associadas ao corpo masculino e sugeridas como objetivo “pedagógico” da Educação Física no país.

Além dos incentivos a conscientização cívica para o trabalho, em vários momentos a Educação Física foi descrita como instrumento biopolítico de medicina social, cujas intervenções concorriam para a moralização de hábitos e para o melhoramento da saúde física da população. Nesse tocante, os indivíduos de vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo, foram constituídos como objeto das intervenções disciplinares e biopolíticas da Educação Física, visando a moralização de hábitos e o estímulo à capacidade produtiva de crianças e adultos.

Embora algumas publicações sedimentassem a ideia de “democracia racial”, a Revista Educação Physica propôs debates acerca de raça e miscigenação que dialogavam com as teorias do determinismo biológico e do pessimismo racial, traduzindo os dilemas e as controvérsias conceituais que envolviam o debate racial dos anos 1930 e 1940. Uma vez que determinismo biológico/racial havia sido hegemônico até a década de 1920, era presumível que as versões culturalistas encontrariam relutância intelectual na imprensa da época.

Advogadas por autores como Franz Boas, Arthur Ramos e Gilberto Freyre, as teorias culturalistas parecem não ter tido ressonância nas páginas da Revista Educação Physica, que aderiu às classificações raciais do antropólogo Edgar Roquette-Pinto. A escala racial acolhida pelo periódico, além de posicionar os negros na base da pirâmide racial brasileira, guardava fortes vínculos com o determinismo biológico e com a perspectiva do branqueamento racial.

Aparentemente obsoleta, a tese do branqueamento apareceu na revista como solução ao pessimismo quanto aos efeitos da miscigenação. Do cruzamento entre negros, índios e brancos, o periódico afirmou que teria surgido um povo improdutivo, cuja incapacidade para o trabalho seria efeito da apatia e da resignação legadas pela influência africana e ameríndia no Brasil. Descrita como característica moral e psicológica da “raça negra”, a apatia era uma qualidade inversa à iniciativa para o trabalho “característica” do homem branco e, por esse motivo, o branqueamento da população surgia como possibilidade de legar disposição e iniciativa prática as futuras gerações brasileiras.

Nesse processo, a Educação Física também era sugerida como instrumento de apuramento moral e como terapia para os estados mentais de apatia, vista como imprópria à forja de homens tenazes e arrojados, aptos a cooperar para o engrandecimento da nação a partir do seu trabalho. Como efeito disciplinar e biopolítico da profilaxia moral e psicológica da Educação Física, os editores da revista acreditavam que o povo brasileiro se tornaria mais disposto, produtivo e capaz de cooperar para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Além disso, os argumentos em prol do branqueamento físico da nação constituíam o corpo negro relegando-o às margens da noção de nacionalidade. As narrativas nacionais produzidas pela Revista Educação Physica construía os corpos negro e indígena como diferença étnico-cultural, dando solidez à identidade branca sustentada em alguns textos. Assim, o periódico negava o negro e o índio como possibilidade étnica e cultural em um contexto histórico no qual o Brasil passava a reconhecer a si próprio como nação miscigenada, étnica e cultural.

Contraditoriamente, a Revista Educação Physica também criticava o biodeterminismo proposto por Arthur de Gobineau e Georges Lapouge, intelectuais cujas teorias acerca da degenerescência mestiça haviam sido as formas predominantes de interpretação do “problema racial brasileiro” até a entrada das teorias culturalistas no Brasil. As críticas quanto ao pessimismo racial se ancoravam na composição corporal dos mestiços das regiões norte e litorânea, cuja constituição forte, robusta e sadia, contradizia a fragilidade física que supostamente resultaria da miscigenação racial, tal como defendia Gobineau e Lapouge.

Ainda foi possível notar que as ambiguidades acerca do debate racial também transitaram pelas discussões referentes ao trabalho, uma vez que a representação do “negro esportista” apresentava um panorama contrário à incapacidade negra para o trabalho. No tocante a isso, foi possível constatar que o negro era associado positivamente ao trabalho como ideia implícita às publicações que constituíam um conceito de corpo negro similar ao modelo físico do operário almejado na época: forte, resistente e predisposto aos trabalhos físicos. Entretanto, quando o periódico discutiu diretamente sobre o trabalho ou mesmo sobre a noção de “corpo-máquina”, foi notório o silenciamento acerca do homem negro tanto nas imagens quanto nos textos.

Ao perceber que as críticas ao pessimismo racial de Gobineau e Lapouge recorreram ao corpo negro como suporte para as suas argumentações, ficou ainda mais evidente que o homem negro era valorizado e enaltecido na revista somente pelo seu “repertório corporal”. Esse fato explica porque em algumas passagens o negro foi representado como impróprio ao

trabalho, pois mesmo que fosse fisicamente produtivo, era desprovido da moralidade capaz subjetivá-lo aos sentidos de civilidade e patriotismo necessários ao ato de trabalhar.

Enquanto fenômeno histórico e sociocultural, o racismo pressupõe uma relação hierárquica entre as “raças” que, com base em fundamentos biológicos e estigmas corporais, se tornou elemento atemporal-estrutural das relações sociais da sociedade brasileira. Nesse sentido, este estudo pôs à mostra parte do suporte dado pela Educação Física à (re)produção de estereótipos sobre raça e corpo negro, apontando para o fato de que a Área, a partir de seus periódicos especializados, contribuiu para a manutenção do racismo no Brasil ao advogar em prol do ideário de supremacia racial branca.

Cabe indicar que as considerações apresentadas nesta dissertação foram feitas a partir de uma leitura possível, portanto, não teve a pretensão de expor análises conclusivas ou de encerrar o assunto em toda a sua complexidade. Todavia, saliento a relevância deste estudo para as discussões relativas à História da Educação Física, sobretudo, nos seus desdobramentos com o debate sobre raça e racismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Bruno Otávio; SOARES, Antonio Jorge. A imprensa negra e o futebol em São Paulo no início do século XX. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.26, n.1, p.63-76,. 2012.

ABRAHÃO, Bruno Otávio; SOARES, Antonio Jorge. O elogio ao negro no espaço do futebol: Entre a integração pós-escravidão e a manutenção das hierarquias sociais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 9-23, jan. 2009.

ABRAHÃO, Bruno Otávio. Uma leitura do ‘racismo à brasileira’ a partir do futebol. Dissertação (Mestrado). Programa de **Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho**, Rio de Janeiro. 2006.

“A Consciência do bello”, **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 32. 1939.

ALMEIDA, Felipe Quintão. Unidade de doutrina e Pedagogia da Educação Física nos escritos de Hollanda Loyola (1939-1944). **Revista da Educação Física/UEM**, v. 19, n. 2, p. 291-303, 2008.

ALMEIDA, Milton José. A liturgia olímpica. In: SOARES, Carmem Lucia (Org). **Corpo e história**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006 – 3.ed. (Coleção educação contemporânea). p. 109-130.

ANDREWS, George. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. – Bauru, SP: EDUSC, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. – São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Cláudia Beatriz Carneiro. Festa e Modernismo. In: Linguagem – estudos e pesquisas. **Revista do Departamento de Letras do Campus Catalão** – UFG, v.15, n.1, 2011.

ARAÚJO, Mariele. A medida das raças na mistura imperfeita: Discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/33. Dissertação (Mestrado). **Departamento de Pós-Graduação em História**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ARBACH, Jorge Mtanios Iskandar. O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, Jornalismo e Linguagem – **Escola de Comunicações e Artes**, Universidade de São Paulo, 2007. 246f.

AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto. **História da Educação Física no Brasil**: Currículo e Formação. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013, 147f.

AZEVEDO, Celia Maria. **Onda negra, medo branco**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: **Leach, Edmund et Alii. Anthropol-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: <http://bit.ly/MUbp5w>.

BALDARINY, Humberto. Educação Física como assistência social à infância. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro. Ed.45, p.39-41, 1940a.

BALLARINY, Humberto. Educação Física como assistência social à infância. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.46, p. 38-44, 1940b.

BANDEIRA, Gustavo Andrada; SEFFNER, Fernando. Aranha, macaco e veado: O legítimo e o não legítimo no zoológico linguístico nos estádios de futebol. **Movimento**, Porto Alegre, v.22, n3, p.985-998, 2016.

BAZZICAPULO, Laura. **Biopolítica**: um mapa conceitual. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017. 164p.

BERCITO, Sonia de Deus. Corpos-máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo (décadas de 1930 e 1940). In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org). **História do corpo no Brasil** – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 66, 2013.

BHABHA, Homi. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p.105-128.

BIOMETRIA: “Instruções para o serviço médico de Educação Física nos estabelecimentos de ensino – Instruções baixadas pelo Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação.” **Revista Educação Physica**, Rio Janeiro, edição 37, 1939, p.38.

BOAS, Franz. Alguns problemas de metodologia nas ciências sociais, 1930. In: CASTRO, Celso (Org.). **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. p. 53-67.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

BRAGA, Amanda. Retratos em preto e branco: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil. **Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (Tese de doutorado)** - João Pessoa, 2013. 239f.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, jun. 2006.

BRITES, Olga. Imagens da infância São Paulo e Rio de Janeiro, 1930/1950. **Projeto História**, n.19, 1999.

BROWN, Albert, Cuide das unhas de seus pés. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 48, p.21-23, 1940.

_____. Elimine os calos. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 48, p.21-24 e 72, 1940.

_____. Por que adoecem nossos pés? **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 45, p. 21-23, p. 1940.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed UNESP 1992.

CALMON, Pedro. Educação. **Revista Educação Physica**, ed. 42, 1940, p.2.

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da república**: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

CAPRARO, André Mendes. “Diz-me como jogas e te direis que és...”: estilos de jogar futebol em Pasolini, Freyre e DaMatta. **História Unisinos**, v.19, n.3, 2015.

CAMARGO, Tarciso Alex. A Revista Educação Physica e a Eugenia no Brasil (1932-1945). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2010, 149f.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Racismo e Imigração: o modelo ideal do homem trabalhador no campo e na cidade (1930-1945). In: PASATTI, Matteo. **Tra due crisi Urbanizzazione, mutamenti sociali e cultura di massa tra gli anni Trenta e gli anni Settanta**, p. 111-140, 2013.

CARDOSO, Luis Antonio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.23, n.2, p.265-295.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. – 15ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. Os três povos da República. **Revista USP**, São Paulo, n.59, 2003, p.96-115.

CASAQUI, Vander; HOFF, Tânia Imagens do trabalho nos séculos XX e XXI: movimentos do sentido nas representações do corpo associadas à esfera produtiva. **Galáxia**, n. 20, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, 2010, pp. 44-56.

CATROGA, Fernando. Memória e história. **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 43-70, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

_____. O mundo como representação. São Paulo: **Instituto de Estudos Avançados da USP**, 1991.

Classificação de atletas. **Revista Educação Physica**, ed. 35, 1939, p. 76-77.

CORNELSEN, Elcio Loureiro. Os Jogos Olímpicos de Berlin 1936 e Rio 2016, e os fantasmas do passado. In: MARQUES, José Carlos, JUNIOR, Ary José Rocco (Orgs). **Qual legado? – Leituras e Reflexões sobre os Jogos Olímpicos Rio-2016**. E-book. São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora Unesp, 2018.

COUTINHO, Renato Soares. A tragédia de Fausto: a biografia de uma maravilha esquecida. **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio**. Instituto Multidisciplinar, UFRJ, 2016.

CRUZ, Natália dos Reis. O Integralismo e a Questão Racial. A Intolerância como Princípio. 2004. 281 f. **Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v.32, n.2, 2009, p.185-191.

D’ALBUQUERQUE, Tenorio. **A educação física em Minas Gerais**. Revista Educação Physica, Rio de Janeiro, ed.37, p.13 e 70, 1939.

DANAIOLOF, Kátia. A “Educação Physica” nos Parques infantis de São Paulo (1935-1938). **Movimento**, Porto Alegre, v.19, n.2, p.167-184, 2013.

_____. Crianças na trama urbana: as práticas corporais nos parques infantis da São Paulo dos anos de 1930. Universidade Estadual de Campinas, **Faculdade de Educação** – São Paulo. (Tese de Doutorado). 2006.

_____. Imagens da infância: a educação e o corpo em 1930 e 1940 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 26, n. 3, 2005, pp. 25-40.

DAMO, Arlei Sander. O espetáculo das identidades e lateridades – As lutas pelo reconhecimento no espectro do clubismo brasileiro. In: CAMPOS, Flavio; ALFONSI, Daniela (Orgs). **Futebol: objeto das ciências humanas**. São Paulo, SP: Leya, 2014.

DOMINGUES, Petrônio. Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 155-170, 2013.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 398-421, 2009.

DUBOIS, Philipe. O golpe do corte: a questão do espaço e do tempo no fotográfico (cap.4). **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papyrus, 1993 (Coleção ofício de arte e forma).

“EDUCAÇÃO FÍSICA”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 37, 1939, p.80.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, p. 19-29, 1995.

FAGUNDES, Igor Pereira. Felipe Camarão, um cavaleiro potiguar a serviço Del Rei: memória, história e identidades nas guerras pernambucanas, século XVII. **Revista 7 mares**, n.5, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. Ed Edusp, 3ª ed. 2015.

_____. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

Fazem bem ou mal as goloseimas??. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.40, 1940, p.37 (Cortesia da revista Viva Cien Años).

FERLA, Luis Antonio Coelho. Feios, sujos e malvados sob medida: Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). **Programa de Pós-graduação em História Econômica**, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado). 2005.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs). **O historiador e suas fontes**. Editora Contexto, 2009.

FLORES, Maria Bernadete. A Política da Beleza: Nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização Brasileira. **Diálogos Latino-americanos**. 2000. p 88-109.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. 23. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2007. 295 p.

_____. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção tópicos).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Estruturas e Sujeitos e os Fundamentos da Relação Trabalho e Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. – 3ª. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. – (Coleção educação contemporânea).

GOELLNER, S.V. **Bela, maternal e feminina, imagens da mulher na revista Educação Physica**. Ijuí: Unijuí, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002 (Descobrimos o Brasil).

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

GOMES, Flavio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMIDE, Bruno Barreto. A “vasta poeira humana” e o “simum da desordem”: paralelos Brasil-Rússia nos anos 1920-1930. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.35, 2005, p.121-138.

GRAHAM, Jessica. Joe Louis contra Max Schmeling e a nova ideologia da democracia racial nos Estados Unidos. **Tempo**, vol. 13, núm. 25, 2008, pp. 98-119.

GRIN, Monica; MAIO, Marcos Chor. O antirracismo da ordem no pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco. **Topoi**, v. 14, n. 26, p. 33-45, 2013.

GUEDES, Simoni Lahud. A dádiva e os diálogos identitários através das copas do mundo no Brasil. In: CAMPOS, Flavio; ALFONSI, Daniela (Orgs). **Futebol**: objeto das ciências humanas. São Paulo, SP: Leya, 2014.

_____. **O Brasil no campo de futebol**: Estudos antropológicos sobre os significados de futebol brasileiro. – Niterói: EDUFF, 1998.

GUIMARÃES, Antônio S. A questão racial na política brasileira. **Tempo social**, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. – São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999. 256p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. 102 p.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. Quem precisa da identidade? In: **In: Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73- 102.

_____. **The Work of Representation**. In: _____. (Org.). *Representation, Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERZMAN, Marc; ROSSI, Gustavo. O intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.37, n.76, 2017.

HILLMAN, Harry. Atletismo: Preparo para as corridas de velocidade. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, ed.45, p. 46, 1940.

HOCHMAN, Gilberto. FONSECA, Cristina. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

HYDE, Eva Louise. Educação. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.37, p. 2, 1939.

INFORMAÇÕES UTEIS: SECCÃO DE CONSULTAS. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.34, p.62, 1939.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O futebol da *canela preta*: o negro e a modernidade em Porto Alegre. Anos 90, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999, pp. 144-161.

JUNIOR, Edivaldo Gois. **O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)**. Doutorado em Educação Física: Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003, 293f.

O banho da criança”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.40, 1940, p.47.

KAZ, Leonel; SILVA, Paulo Costa. Dando tratos à bola: futebol e Brasil. **Revista USP** -São Paulo, n. 99, p. 67-78, 2013.

KEHL, Renato. A mocidade. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.46, p.16-17, 1940.

KUENZER, Acacia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. – 3ª. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. – (Coleção educação contemporânea).

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Unicamp. 1990.

LÓPEZ, Arturo León. A máquina humana e o combustível. *Revista Educação Physica*, Rio de Janeiro, ed. 34, 1939, p. 20-25. (Cortesia de “Viva Cien Años”).

LOURENÇO FILHO, Manuel. Educação Física e a futura Raça Brasileira. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 37, p. 10, 11 e 60, 1939.

LOYOLA, Hollanda. Educação Física Infantil (dos 4 aos 6 anos). **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 34, p. 13 e 67, 1939a.

_____. Educação Física Infantil: Primeira infância – período pré-escolar. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 41, p. 1940a, p.37-39.

_____. Educação Física infantil: Terceira infância. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 43, p. 50,51 e 72,73, 1940b.

_____. Educação Moral. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 37, p. 9 e 60, 1939b.

_____. Lição de Educação Física. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.35, p.62, 1939c.

_____. Saúde, beleza e alegria. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 45, p. 9, 1940c.

LINHALES, M. A. Militares e educadores na Associação Brasileira de Educação: circulação de interesses em torno de um projeto para a educação física nacional (1933-1935). **Revista Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 33, p. 75-91, 2009.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2008.

JENKINS, K. **A história Repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Associativismo Negro no Rio Grande do Sul**. – São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017. 226f.

MAGALHÃES, Osvaldo Diniz. Educação. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 41, 1940, p.2.

MATTOS, Hebe. André Rebouças e o Pós-Abolição: entre a África e o Brasil (1888-1898). **XXVII Simpósio Nacional de História** – Conhecimento histórico e diálogo social. Nata-RN, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naif, 2003. p. 399-422.

MESQUIDA, Peri; TAVARES, Luciana. Mulheres missionárias metodistas e a educação no Brasil, de 1880 a 1920: a educação da elite republicana”, In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n.14, p.1-14, 2005.

MIGOT, Ana Crystina. “Claparède, mestre e amigo: Memórias de travessias. **Revista Interinstitucional Artes e Educar**, Rio de Janeiro, v.2, N. Especial – “Vozes da Educação”, 2016, p.253-265.

MOREIRA, Antônio Flávio. **Currículos e Programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 2003.

MUNANGA, kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2004.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org). **Nova História das mulheres**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NETTO, Arsênio Firmino. A morte prematura de um jovem. **Revista de Educação do COGEIME**, n.50, 2017.

NOTÍCIA. **Revista Educação Physica**, ed. 48, 1940, p.46.

NOTICIÁRIO. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 40, 1940, p.63.

_____. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 42, 1940, p.65.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, 2008, p.255-275.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARADA, Maurício. Corpos infantil e nacional: políticas para a criança durante o Estado Novo. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org). **História do corpo no Brasil** – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PELA BELEZA FÍSICA MASCULINA: Adquira e conserve a elegância do seu corpo. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.45, p.28-29, 1940.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

POTTS, Frank. Alterações na forma de salto em altura. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 35, 1939, p.17-22.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. Bandeirantismo e identidade nacional: Representações geográficas no Museu Paulista. **Revista Terra Brasilis** [Online], 2012, 18p.

RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo**. 4ªed. – Rio de Janeiro, Dois Pontos Ed., 1986.

RODRIGUES, Rute. Os ‘Parques Proletários’ e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre 1930-1960. Texto para discussão, **IPEA**, 2013.

ROLIM, Inácio de Freitas. Educação Moral e Educação Física. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 45, p. 10, 11, 73, 74 e 75, 1940.

SCHEMES, Claudis. Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). – Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004.

SCHNEIDER, Omar. **A revista Educação Physica (1932-1945): Estratégias editoriais e prescrições educacionais**. Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003, 347f.

SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio. Estratégias editoriais, enciclopedismo, produtos e publicidade na revista Educação Physica (1932-1945). **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 23-52, 2004.

SCWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.284.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e campanha de nacionalização do Estado Novo. PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SGANDERLA, Ana Paola; CARVALHO, Diana Carvalho. Lourenço Filho: um pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. *Revista Psicologia da Educação*, São Paulo, 2008, p.173-190.

SILVA, André Luiz dos Santos. A perfeição expressa na carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl-1917 a 1929. Dissertação (Mestrado) - **Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano**, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SILVA, André Luiz dos Santos. **Nos domínios do corpo e da espécie: eugenia e biotipologia na constituição disciplinar da Educação Física**. 2014.

SILVA, Eliana Gesteira da; FONSECA, Alexandre Brasil. Ciência, estética e raça: observando imagens e textos no periódico *O Brasil Médico*, 1928-1945. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, supl., nov. 2013, p.1287-1313.

SILVA, Eliane Moura. Missionárias protestantes americanas (1870-1920): Gênero, cultura, história. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n.9, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira. Associativismo Negro em Pelotas no Pós-Abolição: Membros dos clubes sociais negros, articulistas do *A Alvorada* e militantes da Frente Negra Pelotense (1933-1937). **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, UFRGS, 2011.

SILVA, Henrique C. Lendo imagens na educação científica: construção e realidade. **Proposições**, Campinas, v. 17, n. 49, p. 71-83, 2006.

SILVA, Joyce Gonçalves. “Nós também somos belas”: a construção social do corpo e da beleza em mulheres negras. Dissertação (Mestrado) – **Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca**. Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, Narrativas Identitárias e Educação no Brasil (1900-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 14, p. 246-266, 2015.

SILVA, Sarah. **Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil**: raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do IHGRS (1940). 2010. 275f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2010.

SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org). Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. – **Brasília: Ipea**, 2013.

SILVA, Tatiane da; CUNHA, Marcus Vinícius. O discurso de Lourenço Filho em defesa da pedagogia do Estado Novo. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 2, 2013, p.667-693.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73- 102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

SKOLAUDE, Mateus Silva. "IDENTIDADE NACIONAL E HISTORICIDADE: O 1º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO DE 1934." *Anais do XII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História, verdade e ética*. São Leopoldo (2014).

SIMÕES, Renata; GOELLNER, Silvana. Educação Física e esportes na Ação Integralista Brasileira: Hollanda Loyola e a educação do corpo, **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 263-272, 2012.

SIQUEIRA, José Jorge. Os congressos afro-brasileiros de 1934 e 1937 face ao I Congresso do Negro Brasileiro de 1950: rupturas e impasses. **Revista Augustus**, v. 10, n. 21, p. 41-49, 2005.

SOARES, Carmem Lucia. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: _____. (Org). **Corpo e história**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006 – 3.ed. (Coleção educação contemporânea). p. 109-130.

_____. et. al. Corpo-Máquina: Diálogos entre discursos científicos e a ginástica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 4, 2015. p.973-984.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Tese de Doutorado. **Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz**. 2011.

SOUZA, Vinicius dos Santos; ZOBOLI, Fabio; SILVA, Renato Isidoro; BOMFIM, Evandro Santos. Análise semiótica da marca Puma: Da construção do argumento à incorporação dos signos. **Corpus et Scientia**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.1-12, 2015.

SPECHT, Roberta; SILVA, Mozart. CANTO ORFEÔNICO, DEMOCRACIA RACIAL E BIOPOLÍTICA NA ERA VARGAS (1930-1945). **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 4, n. 2, 2014.

STAUDT, J. L.; SILVA, A. L.; MAGALHÃES, M. L. Aptos aos trabalhos braçais, suscetíveis aos vícios morais: Representações do homem negro na Revista Educação Physica (1939-1944). **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 483-494, abr./jun. de 2018.

_____; MAGALHÃES, M. L. “Naturalmente” feias, subalternas e masculinas: representações da mulher negra na revista Educação Physica (1939-1944). **MÉTIS: história & cultura**, v. 17, n. 33, p. 227-247, jan./jun. 2018.

TADEI, Emanuel Mariano. A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a constituição de nossa identidade nacional. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 4, p. 2-13, 2002.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica**. – Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fundação Ford, 2003. 347p.

TORAL, André. O lado opaco do espelho: As imagens do Movimento de 32, setenta anos depois. **FACOM**, n.11, 2003.

WAGNER, Charles. O trabalho. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed. 48, 1940, p. 12, 13 e 72.

VERNEGO, Maria. Como iniciá-los na educação estética. **Revista Educação Physica**, Rio Janeiro. 1940. n. 41, p. 18-20.

WHITEHEAD, Dr. “Verifique se sua alimentação é saudável”. **Revista Educação Physica**, Rio de Janeiro, ed.47, 1940, p.29.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: **SILVA, T. S. (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7 – 72.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo: n. 4, 1985, pp. 89-102.